CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES
FACULDADE ALMEIDA RODRIGUES – FAR
INSTITUTO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES – ISEAR

REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES

RIO VERDE / 2017

REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES

Nº 5 – 2017

APRESENTAÇÃO

A Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues (ISSN: 2317-7284) é uma Revista Eletrônica com publicação anual, que marca o compromisso da FAR e ISEAR com o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade, bem como, com a democratização do conhecimento. Criada em 2013 este periódico tem por objetivo de divulgar artigos, resenhas, entrevistas, traduções, que sejam produções inéditas de pesquisadores nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Educação nas suas mais variadas formas de análise disciplinar, em fluxo contínuo, fomentando o intercâmbio entre pesquisadores de diversas instituições de ensino nacionais e internacionais.

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES
FACULDADE ALMEIDA RODRIGUES – FAR
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ALMEIDA RODRIGUES – ISEAR

ENDEREÇO
Rua Quinca Honório Leão, 1030, Morada do Sol
Rio Verde – Goiás - CEP: 75909-030
Fone: (64) 3620 4700
www.faculdadefar.edu.br

DIAGRAMAÇÃO
Fabiano Melo Moreira
(64) 98212-9141 / 98107-9606

CAPA
Fabiano Melo Moreira
(64) 98412-9141 / 98107-9606

CORRESPONDÊNCIA E ENVIO DE ARTIGOS
Coordenação de Pesquisa: Faculdade Almeida Rodrigues - FAR
Email: nucleopesquisa@faculdadefar.com.br
Fone: (64) 3620-4704

FICHA CATALOGRÁFICA

Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues. Rio Verde, FAR/ISEAR, Ano 5, nº 5, jan. 2017. Anual

ISSN: 2317-7284

TODOS OS TEXTOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES
FACULDADE ALMEIDA RODRIGUES – FAR
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ALMEIDA RODRIGUES – ISEAR

DIREÇÃO GERAL
ALBA ALMEIDA RODRIGUES

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA / FINANCEIRA
JÚLIO CÉSAR IVO DE RESENDE

COORDENAÇÃO DE CURSOS
Administração – Ma. Ana Cláudia de Oliveira
Direito - Ma. Gecilda F. Cargnin
Pedagogia - Me. Clésio Feliciano de Souza
C. Sup. de Tec. em Agronegócios – Ma. Ana Cláudia de Oliveira
C. Sup. de Tec. em Gestão de RH – Ma. Ana Cláudia de Oliveira

COORDENAÇÃO PEQUISA
Mauro Guimarães de Oliveira Junior

EDITOR

Mauro Guimarães de Oliveira Junior

CONSELHO EDITORIAL

Gecilda Facco Cargnin
Ana Claudia de Oliveira
Aurélio Ferreira Melo
Clesio Feliciano de Souza
José Marcelo de Oliveira
Ana Claudia Garcia de Carvalho
Mauro Guimarães de Oliveira Junior
Daniela Silva Ataides

SUMÁRIO

01. DESAMBIGUAÇÃO DOS TERMOS: PROBLEMAS, DIFICULDADES, TRANSTORNOS E DISTURBIOS DE APRENDIZAGEM
Gilson Xavier de Azevedo
Carlla Esmerino dos Santos
Márcia C. de Souza Santana
Rayanne K. de Jesus Martins
..... Pág. 009

02. A IMPORTÂNCIA DA LOGÍSTICA NA ÁREA DE TRANSPORTE
Denílson Rodrigues de Oliveira
Renata Ferreira Chavaglia
..... Pág. 026

03. O MODELO DE GESTÃO FAMILIAR E A FORMAÇÃO DO PROCESSO DE SUCESSÃO: Um estudo de caso sobre a Empresa Rio Verde em Fortaleza-CE
Jéssica Carolino Gomes Alves Amorim
Viviane Evany Almeida Oliveira
..... Pág. 039

04. PÓS-VENDA E FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE EM UMA EMPRESA NO RAMO DE PNEUS EM RIO VERDE – GO
Jéssyca Almeida Cavenag
Renata Ferreira Chavaglia
..... Pág. 050

05. O NOVO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO
Luciane Carvalho de Castro Guimarães
..... Pág. 061

06. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS EM EMPRESAS RURAIS NO AGRONEGÓCIO
Laís Fernanda de Araujo
Renata Ferreira Chavaglia
Sidney dos Santos Souza
..... Pág. 070

07. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA À MULHER: UMA QUESTÃO DE SAÚDE
Sônia Maria Teixeira Magalhães
Mariza Martins Avelino
..... Pág. 085

08. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE ESTOQUE: UM ESTUDO REALIZADO EM UM POSTO DE RESFRIAMENTO DE LEITE NA CIDADE DE RIO VERDE – GO
Caroline de Souza Castro
Renata Ferreira Chavaglia
..... Pág. 098

09. GESTÃO DE BIBLIOTECA NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS PARA O GESTOR
Alessandra Márcia Bueno Soares Morais
Fabio Luis Teles
..... Pág. 111

10. CONTROLE DE ESTOQUE: Um Estudo sobre o Setor de Carnes de uma
Empresa no Ramo Varejista em Rio Verde – Goiás
Valdemar Henrique Alves
Renata Ferreira Chavaglia
..... Pág. 118

11. INSTITUTO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA NOVA LEI DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
Douglas Ferreira Magalhães
..... Pág. 131

12. A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE ARMAZENAGEM PARA CONSERVAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GRÃOS
Wilson Dias dos Santos
Renata Ferreira Chavaglia
..... Pág. 155

13. GESTÃO DA QUALIDADE ADMINISTRATIVA REALIZADA EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO AGROPECUÁRIO NO RAMO DE NUTRIÇÃO DE BOVINO
Gislaine Oliveira Barcelos
Renata Ferreira Chavaglia
..... Pág. 167

14. GESTÃO DA PRODUÇÃO DE EUCALIPTOS PARA FONTE DE ENERGIA
João Batista Gomes Barbosa
Fabianne V. de Sousa
..... Pág. 175

ARTIGOS

DESAMBIGUAÇÃO DOS TERMOS: PROBLEMAS, DIFICULDADES, TRANSTORNOS E DISTURBIOS DE APRENDIZAGEM

Gilson Xavier de Azevedo
Doutor em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014-2016-Bolsista FAPEG). Mestre em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014 - Bolsista FAPEG). Filósofo (Dom Felício, 1998/FAEME, 2007), Pedagogo (UVA-¬¬ Escolar e Coordenação Pedagógica (UVA-RJ, 2006), Ética e cidadania (UFG, 2012) e Filosofia Clínica (Inst. Packter/PUC, 2013). Docente Efetivo da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Quirinópolis (Concurso 2013); Docente convidado de Pós-graduação pela UEG, Câmpus Mineiros, GO; Docente convidado e ex-preceptor do curso de Pedagogia pela UNIUBE; Ex-coordenador do curso de Pedagogia da UEG (2010-2011); Palestrante e conferencista com mais de 200 horas de atividades proferidas (gilson.azevedo@ueg.br).

Carlla Esmerino dos Santos
Acadêmica do 1º Ano de Pedagogia da UEG, Campus Quirinópolis

Márcia C. de Souza Santana
Acadêmica do 1º Ano de Pedagogia da UEG, Campus Quirinópolis

Rayanne K. de Jesus Martins
Acadêmica do 1º Ano de Pedagogia da UEG, Campus Quirinópolis

RESUMO: O objetivo desse artigo é promover uma desambiguação em relação aos termos, “problemas, dificuldades, transtornos, distúrbios” de aprendizagem. A motivação para o tema surgiu de muitas confusões notadas no meio acadêmico sobre tais questões, principalmenteem relação a diagnósticos com nomenclaturas nem sempre coerentes. Justifica-se o estudo pela necessidade de os educadores estarem seguros em relação às questões de aprendizagem que vivenciam em seu cotidiano. O problema proposto é analisar por meio da literatura disponível se é possível aclarar tais termos. A hipótese padrão é que mesmo na literatura em questão, haja ambiguidade. Adota-se por metodologia, compor um estudo exploratório e bibliográfico de revisão de literatura sobre o assunto proposto. Espera-se esclarecer o que foi proposto e aprofundar o debate sobre os temas preteridos.

Palavras-chave: 1. Aprendizagem. 2. Problemas. 3. Dificuldades. 4. Transtornos. 5. Distúrbios.

DISBURSEMENT OF TERMS: TROUBLES, DIFFICULTIES, DISORDERS AND DISTURBANCES OF LEARNING

ABSTRACT: The purpose of this article is to promote a disambiguation regarding the terms, “problems, difficulties, disorders, disorders” of learning. The motivation for the subject arose from the many confusions noticed in the academic environment on such questions, especially in relation to diagnoses with nomenclatures that are not always coherent. The study is justified by the need for educators to be sure about the learning issues they experience in their daily lives. The proposed problem is to analyze through available literature if it is possible to clarify such terms. The standard hypothesis is that even in the literature in question, there

is ambiguity. It is adopted by methodology, to compose an exploratory and bibliographical study of literature review on the proposed subject. It is hoped to clarify what was proposed and to deepen the debate on the themes that have been rejected.

Key-words: 1. Learning. 2. Problems. 3. Difficulties. 4. Riots. 5. Disorders.

1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa em inclusão escolar, o olhar para os alunos com necessidades educativas especiais deve ser atento, preciso e devotado. Isso porque, o indivíduo que apresenta tais necessidades, precisa ter o acompanhamento apropriado para poder desenvolver da melhor forma todo o seu potencial.

Nesse sentido, nota-se muita confusão no meio médico e pedagógico em relação a identificar o que de fato a criança tem (problemas, dificuldades, transtornos e distúrbios), de modo que tal fragmentação conceitual resulta em alunos mal preparados por educadores mal capacitados, além de uma sociedade sem condições reais de acolhimento do que chamo aqui de diferença.

Um olhar interdisciplinar parece essencial quando o assunto é inclusão, porém, vale ressaltar que esse olhar tem que ser coeso, coerente e conciso, de modo a não haver erro diagnóstico e de recomendações sobre a questão a ser tratada e acompanhada pela escola e pela família.

As necessidades do sujeito da aprendizagem devem ser olhadas de forma direta, de modo que possa ser bem compreendida nas áreas: médica, pedagógica, psicopedagógico, psicológica e, também, escolar.

Fica nesta introdução o desafio de se pensar cada um desses quatro termos que propormos aqui, para que sejamos mais críticos e cuidadosos em nosso cotidiano de educadores e profissionais das ciências da educação.

2 PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

Os problemas de aprendizagem (P.A.) estão datados na literatura médica por volta da década de 1960, após a publicação do livro Educação da criança excepcional (KIRK; GALLAGHER) tratando problemas como distúrbios de aprendizagem. Desse modo, nota-se são constantes os usos de termos diferentes para a mesma questão e vice-versa. Nota-se, portanto, que problemas de aprendizagem dizem respeito a aspectos coletivos de aprendizagem, não figurando apenas no aprendiz, mas no contexto em que este se encontra.

É importante ressaltar que os ditos distúrbios dos quais os referidos

autores tratam, não tem relação com aqueles apresentados por crianças ditas excepcionais (comumente chamadas nesta época de retardadas, incluindo aqui as crianças com algum tipo de paralisia cerebral ou portadoras de síndrome de Down). Para Kirk e Gallagher os Portadores de Deficiência Mental (PDMs), são aqueles que se diferem por: “Suas características mentais, suas capacidades sensoriais, suas características neuromotoras ou físicas, seu comportamento social, sua capacidade de comunicação ou deficiências múltiplas” (KIRK; GALLAGHER, 2002, p. 04).

Nos anos de 1970, com a criação nos Estados Unidos da Learning Disabilities Association of America (LDA), começam os estudos específicos sobre crianças ditas ‘aparentemente normais’, mas que apresentavam lentidão ou incapacidade de aprender. A distinção entre crianças aparentemente normais e crianças com retardo é ressaltada por Costa e Penco: “Às vezes, as dificuldades de aprendizagem são tão sutis que essa criança não parece ter problema, mas podem apresentar uma inteligência na média ou superior e serem excepcionais em algumas áreas” (COSTA; PENCO, 2009, p. 3).

Nesse sentido, duas entidades se dedicaram a estudar o problema e dar uma solução conceitual ao que se queria indicar por problema de aprendizagem, sendo que a Adults and Children with Learning and Developmental (ACLD) relaciona problema de aprendizagem com desenvolvimento pessoal e a segunda, a National Advisory Committee on Handicapped Children (NACHC) crianças com problema de aprendizagem, seja qual for o grau, são consideradas especiais. Para a primeira:

> São uma condição crônica de suposta origem neurológica que interfere seletivamente no desenvolvimento, integração e/ou não verbais. As dificuldades de aprendizagem específicas existem como uma condição incapacitante e variam em suas manifestações e no grau de severidade. Ao longo da vida, a condição pode afetar a autoestima, a educação, a vocação, a socialização, e/ou as atividades da vida diária” (ACLD, 1986, p. 15, o grifo é nosso).

Note o leitor que o problema vem apresentado como uma disfunção neurológica incapacitante, o que revela que estudos neurológicos foram feitos e detectou-se que áreas do cérebro não se desenvolviam devidamente acarretando tais problemas. Outro estudo desenvolvido na mesma época que o da ACLD pela NACHC, aponta que:

> As crianças com dificuldades de aprendizagem especiais (específicas – linguagem, leitura, escrita e matemática) possuem uma desordem em um ou mais dos processos psicológicos básicos envolvidos na compreensão ou uso da linguagem falada ou escrita. Estas dificuldades podem manifestar-se por desordens na recepção da linguagem,

> no pensamento, na fala, na leitura, na escrita, na soletração ou na aritmética. Tais dificuldades incluem condições que têm sido referidas como deficiências perceptivas, lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, dislexia, afasia de desenvolvimento, etc. Elas não incluem problemas de aprendizagem resultantes principalmente de deficiência visual, auditiva ou motora, de deficiência mental, de perturbação emocional ou de desvantagem ambiental (NACHC, 1968, p. 34, o grifo é nosso).

Note o leitor que apesar de se referir ao termo 'dificuldades de aprendizagem' e não a 'problemas', o estudo da NACHC recobra ao seu final a ideia de desvantagem ambiental, o que mostra uma possível confusão entre problema e dificuldade. Ainda sobre o conceito da NACHC, este mostra que a dificuldade é uma desordem psicológica que causa problemas de aprendizagem, de modo que as habilidades que são afetadas e as causas externas para o mesmo.

Para Sampaio e Freitas (2014), se a aprendizagem é a capacidade e possibilidade de percepção, conhecimento, compreensão e retenção na memória de informações obtidas, e todos esses processos acontecem por intermédio do cérebro nas suas regiões motoras e psicomotoras, ergo, os problemas, sejam de qual ordem forem, terão como origem danos sofridos nesse órgão.

> O processo de aprendizagem da criança é compreendido como um processo pluricausal, abrangente, implicando componentes de vários eixos de estruturação: afetivos, cognitivos, motores, sociais, econômicos, políticos. Isso significa que, ao concebermos a aprendizagem como um processo constituído por diversos fatores, não podemos aceitar uma causa única como determinante para dificuldades a ela relacionadas (SAMPAIO; FREITAS, 2014, p. 27, o grifo é nosso).

Nota-se no citado algo essencial para se estabelecer conceitualmente os problemas de aprendizagem, pois imaginando-os como um grande conjunto, neles estariam todas as dificuldades, transtornos e distúrbios de aprendizagem, por conseguinte, de modo que, esta seria uma nomenclatura geral para tal identificação.

Segundo Pain (1994), os problemas de aprendizagem se manifestam na resistência as normas disciplinares; na má integração no grupo de pares; na dificuldade de compreensão do professor sobre tais comportamentos; na inibição mental ou expressiva e nas reações a uma mal elaborada transição familiar ao grupo social. Os problemas de aprendizagem residem nas áreas de percepção, atenção, memória, associação e fixação de informações, emitem sem julgamento do pensar a primeira resposta disponível sem examinar as alternativas com cuidado.

Pode-se estabelecer, portanto, que os problemas de aprendizagem podem

ou não emergi de questões cognitivas da criança, mas que em geral estão nela e fora dela, com uma ou outra predominância. Desse modo, uma criança pode aprender esse ou aquele assunto de forma mais lenta quanto outras, de modo que toca-se en passant pela teoria das inteligências e capacidades múltiplas de aprendizagem. Assim, entende-se que uma criança pode ter predominância por aprender por meio da música, das artes, da linguagem matemática, ou oral/ escrita e assim por diante. Mas os problemas podem ter origem no meio, na escola, na gestão, no professor, na estrutura, no sistema de ensino, nas técnicas adotadas, de modo que deve ficar claro que problemas de aprendizagem são sempre diversos assim como são diversas suas origens e causas.

Passa-se então à desambiguação do segundo termo preterido a saber, as dificuldades de aprendizagem, termo este análogo ao primeiro em algumas literaturas, mas com algumas derivações que vale a pena tratar em separado.

3 DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

O termo “Dificuldade de aprendizagem” (D.A) tem uma conotação particular, subjetiva, dizendo respeito mais ao aluno e sua estrutura cognitiva que necessariamente ao conjunto do processo do ensinar-aprender já mencionados. Trata-se da maneira como o estudante relaciona e apreende os processos de ensino aprendizagem que a escola lhe fornece.De acordo com o estudo proposto pela The Interagency Committee on Learning Disabilities (ICLD):

> Dificuldades de aprendizagem é um termo genérico que diz respeito a um grupo heterogéneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e uso das capacidades de leitura, escrita, raciocínio, ou matemáticas, ou de aptidões sociais. Estas desordens são intrínsecas ao indivíduo e são devidas presumivelmente a uma disfunção do sistema nervoso central. Embora as dificuldades de aprendizagem possam ocorrer concomitantemente com outras condições de incapacidade (por exemplo, privação sensorial, deficiência mental, perturbação emocional ou social) ou com influências ambientais (por exemplo, diferenças culturais, ensino insuficiente/inadequado, fatores psicogenéticos), ou, ainda, e especialmente com um déficit de atenção, os quais podem causar problemas de aprendizagem, uma dificuldade de aprendizagem não é devida a tais condições ou influências (ICLD, 1987, p. 222).

Portanto, o termo não quer significar uma doença, mas antes algo momentâneo e sanável. Nesse sentido, apontam Smith e Strick:

> Dificuldades de aprendizagem são problemas neurológicos que afetam a capacidade do cérebro para entender, recordar ou comunicar informações. Consideradas raras no passado, as dificuldades de aprendizagem supostamente afetam, hoje em dia, pelo menos 5% da

> população, ou mais de 12 milhões de americanos. Muitas autoridades pensam que o número de indivíduos afetados é, na verdade, muito maior, e os especialistas concordam que muitas crianças não estão indo tão bem quanto poderiam na escola em virtude de deficiências que não foram identificadas (SMITH; STRICK, 2007, p. 14).

Na realidade, todos temos algum tipo de dificuldade de aprendizagem, seja em humanas, aplicadas ou exatas. A questão é como identificamos ou identificaram os médicos e se isso foi feito a contento. A partir de um estado mínimo de consciência, que não se limita a constatações ligadas aos juízos de valores do tipo: “não gosto de matemática ou de português”, mas um por quê mínimo que permita pontuar questões básicas como idade da fala, do andar, equilibração motora, estimulação, podemos estabelecer com mais precisam qual o quadro de cada indivíduo no contexto escolar.

> Hoje com a inclusão dos indivíduos em salas regulares, não só os com necessidades especiais, mas com dificuldades de aprendizagem, as escolas estão com muita dificuldade em trabalharem de forma diversificada e assim sanarem ou diminuírem os problemas escolares. Com isso, escolas estão buscando convênios e a colaboração das instituições de ensino superior que possuem os Cursos de Terapia Ocupacional, Psicologia, Pedagogia e outros (COSTA; PENCO, 2009, p. 5).

Muitos profissionais da educação, tem buscado pós-graduações no campo da psicopedagogia, sobretudo os que se dedicam à gestão escolar, com fins a investigar e sanar tais questões dentro do bojo escolar, dadas as situações de descaso familiar e ausência diagnóstica, conforme indica-se a seguir:

> Ano após ano, muitos jovens são erroneamente classificados como tendo baixa inteligência, insolência ou preguiça. Eles são constantemente instados, por adultos ansiosos e preocupados com seu desempenho acadêmico, a corrigirem-se ou a esforçarem-se. Quando as táticas comuns de recompensa e de punição fracassam, pais e professores tornam-se frustrados, mas ninguém sente maior frustração que os próprios estudantes. ‘As palavras mais deprimentes na língua inglesa são ‘Apenas esforce-se mais’, diz um aluno cujas deficiências foram finalmente identificadas no ensino médio. “Eu estava tentando, mas ninguém acreditava em mim, porque não estava tendo sucesso’ (SMITH; STRICK, 2007, p. 14).

A frustração de estudantes, professores e pais acaba muitas vezes por se tornar apenas frustração, não recebendo a atenção especializada necessária e incorrendo em muitos casos em fracasso escolar. “As questões educacionais que mais têm preocupado os profissionais ligados ao ensino, referem-se aos altos índices de evasão e reprovação escolar que têm sido registrados nas escolas municipais e estaduais e o grande número de criança que têm recorrido

a tratamento psicopedagógico com dificuldade de aprendizagem" (MORAES, 2001, p. 29).

É nesse sentido que a motivação para este artigo emana de uma vivência com projetos de extensão vinculados à Universidade Estadual de Goiás e escolas do município de Quirinópolis, que nos permitiu ter uma visão um pouco maior do problema, de modo a perceber que os diagnósticos são por vezes confusos e as prescrições insipientes.

> As dificuldades de aprendizagem tem sido alvo de constantes debates entre estudiosos, psicólogos, psicopedagogos, professores, gestores e pais, já que, todos fazem parte do processo de desenvolvimento cognitivo das crianças. Entender o que são dificuldades de aprendizagem remete ao indivíduo uma gama de leitura sobre tal temática, evitando assim terminologias/rótulos nas crianças que vão de encontro com a real situação. O diagnóstico de dificuldade de aprendizagem tem que ser bem avaliado pelos profissionais competentes para que sejam direcionadas atividades que estimulem a criança superar os seus conflitos com a aprendizagem (FERREIRA; SANTOS, 2012, p. 4).

Nesse jogo que vamos chamar aqui de "empurra-empurra", se a criança é sonolenta tem déficit, se levanta é TDAH, se está irritada tem transtorno e assim por diante. Aparentemente o meio escolar tem se preocupado mais em diagnosticar que necessariamente em tratar as dificuldades de aprendizagem, o que acaba criando dificuldades para todo o conjunto educacional, com índices de evasão cada vez maiores.

Para Santos e Ferreira:

> Dificuldades de aprendizagem são comumente expostas no ambiente escolar o que vem preocupando pesquisadores como e de que forma são feitos os diagnósticos nas crianças. Os professores ao depararem com crianças que não satisfazem aos planejamentos e a seus instrumentos de controle acabam rotulando, e até às vezes menosprezando essa criança sob o argumento de ser uma criança problemática ou hiperativa. Ao passar os seus conflitos para os gestores acabam recebendo orientações divergentes com a situação. Esse jogo de falta de conhecimento provoca nos professores e gestores um ambiente de incompetência e alienação. Ficando a cargo de psicólogos e psicopedagogos tomar devidas incumbências de solucionar as dificuldades de aprendizagem (FERREIRA; SANTOS, 2012, p. 3).

Como foi dito, é relativamente comum que a criança, sobretudo nos primeiros anos de vida escolar, apresente algumas dificuldades de aprendizagem, quase sempre ligadas a má alimentação, dificuldade de memorização e dificuldade de relação; mais tarde poderá surgir por volta dos 8 a 10 anos de idade as dificuldades de interpretação, de maneira que exercícios cotidianos e acompanhamento familiar poderão facilmente ajudar a criança a sanar o

problema. “As dificuldades podem ser específicas, como ocorre quando a criança apresenta dificuldades na leitura, ou pode ser geral, quando, por exemplo, ela apresenta um aprendizado mais lento que o normal em uma série de tarefas” (DOCKRELL; MCSHANE, 2000, p.11 e 12).

Se não for dada a atenção necessária, as dificuldades de aprendizagem podem arraigar crenças no indivíduo do tipo: “não sei, não aprendendo, sou burro, incapacitado” gerando assim transtornos de aprendizado, que são as dificuldades permanentes de aprendizagem (DPA) como ressalta Sisto:

> Dificuldade de aprendizagem engloba, um número heterogêneo de transtornos, manifestando-se por meio de atrasos ou dificuldades em leitura, escrita, soletração, cálculo, em crianças com inteligência potencialmente normal ou superior e sem deficiências visuais, auditivas, motoras ou desvantagens culturais (SISTO, 2001, p. 193).

Tais atrasos podem ser sanados, não caracterizando problema como permanente. Trata-se de um atraso no falar, no andar, do escrever, no relacionar silabas, dentre outros. Desse modo, as dificuldades de aprendizagem devem ser tratadas de forma rápida e precisa, mesmo sendo de origem neurológica, não são considerados doenças, nem são permanentes. O acompanhamento dos professores e equipe gestora multifuncional é elementar à superação dos problemas de aprendizagem, bem como,o acompanhamento dos pais nesse processo deve ser igualmente eficiente, dado que “Dificuldades de aprendizagem são problemas neurológicos que afetam a capacidade cerebral para entender, recordar ou comunicar a informações” (COSTA; PENCO, 2009, p. 3). Saber que a criança tem dificuldades em lidar com o cotidiano da escola, muitas vezes até o porteiro da escola sabe, a questão é levar a trabalhar isso com a criança dentro do âmbito escolar.

> A necessidade de ter, claramente, a concepção de dificuldade de aprendizagem na prática pedagógica indica que o fracasso escolar não está ligado diretamente com o fracasso do aluno. Por muito tempo o discurso do fracasso escolar remetia-se aos baixos rendimentos dos alunos na execução das atividades planejadas pelos professores, isso caracterizava a escola como inocente de práticas desgastadas e desmotivadoras. Assim, o sucesso do aluno resumia-se apenas aos seus próprios esforços. Por não mais satisfazer esse discurso o processo de ensino e aprendizagem começa a ser questionado o que provoca a busca de respostas para o fracasso do aluno e da escola (FERREIRA; SANTOS, 2012, p. 7).

Se o esforço do aluno e a ação da escola mostram-se insuficientes, outras soluções devem ser buscadas, inclusive fora do contexto escolar, tais como especialistas nos campos da psicologia, neuropedagogia e psicopedagogia,

de modo a acompanhar devidamente cada aluno e tornar sua passagem pela escola, exitosa. Mas deve-se considerar, ainda, que o modelo educacional que adotamos é por vezes coletivista, dificultando o atendimento individualizado, restando como metodologia a pedagogia construtiva de grupos de trabalho e interação.

Smith e Strick (2007, p. 28) nos apontam algumas das possíveis características comuns às dificuldades de aprendizagem que levantaram: desempenho não compatível com a capacidade cognitiva; maior dificuldade que a apresentada pelo restante da turma, normalmente resistente ao esforço pessoal, em superá-la; são geralmente transitórias; podem ser evitadas se respeitado o nível cognitivo da criança.

Diferente dos problemas de aprendizagem que tem várias causas, as dificuldades de aprendizagem são sempre inferidas a partir do desempenho escolar, tais como rotulações, bullying, baixa-estima, timidez, isolamento, sentimento de culpa e reações emocionais negativas que surgem a partir de problemas neurológicos do indivíduo, não podendo se fazer diagnósticos ligados a doenças ou distúrbios de aprendizagem. Conforme se vai apontar a seguir, é urgente e necessário estabelecer limites entre as terminologias problemas e dificuldades de aprendizagem, sem contudo rotulá-las como patologias.

> Existem autores que diagnosticam as dificuldades de aprendizagem fazendo um paralelo com patologias. O que se encontra em comum acordo entre diversos autores são os fatores, como psicológicos, neurológicos, sociais e outros, que influenciam na aprendizagem da criança e que precisam ser levados em consideração no diagnóstico de uma criança com problemas de aprendizagem. Isso só vem acrescentar ainda mais quando se defende uma ideia de que não se pode afirmar e ou diagnosticar que uma criança possui uma dificuldade de aprendizagem sem analisar uma anamnese, a história de vida da criança e os fatores fundamentais para se conseguir uma exatidão do diagnóstico do problema (COSTA; PENCO, 2009, p. 4).

Por fim, acredita-se ter aclarado mais o termo “dificuldade de aprendizagem”, com fins a desenvolver a desambuiguação que aqui se propôs, passando agora a tratar dos transtornos de aprendizagem.

4 TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Transtornos de aprendizagem tem uma ligação direta com transtornos mentais e ou de comportamento, pelo menos é o que aponta o CID – 10 (Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da Classificação Internacional de Doenças - OMS/1992):

> Grupos de transtornos manifestados por comprometimentos específicos e significativos no aprendizado de habilidades escolares. Estes comprometimentos no aprendizado não são resultados diretos de outros transtornos (tais como retardo mental, déficits neurológicos grosseiros, problemas visuais ou auditivos não corrigidos ou perturbações emocionais) embora eles possam ocorrer simultaneamente em tais condições (CID 10, 1992, p. 237).

Nesse sentido, notam-se os problemas neurológicos citados pela CID-10 são aqueles que comprometem permanentemente a aprendizagem dos indivíduos, sendo evidenciados já nos transtornos de aprendizagem, quando aparecem de forma mais branda, mesmo sendo de origem neurológica. Tanto o CID-10, como o DSM-V apresentam basicamente três tipos de transtornos específicos: o Transtorno na leitura.

> O Transtorno da Leitura, alternativamente conhecido como dislexia, é um transtorno caracterizado por problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldade de ortografia. Dessa forma, pode-se afirmar que se trata de um transtorno específico das habilidades de leitura, que sob nenhuma hipótese está relacionado à idade mental, problemas de acuidade visual ou baixo nível de escolaridade. O DSM-V classifica como critérios diagnósticos para o Transtorno da Leitura: • Leitura de palavras de forma imprecisa ou lenta e com esforço (p. ex., lê palavras isoladas em voz alta, de forma incorreta ou lenta e hesitante, frequentemente adivinha palavras, tem dificuldade de soletrá-las). • Dificuldade para compreender o sentido do que é lido (p. ex., pode ler o texto com precisão, mas não compreende a sequência, as relações, as inferências ou os sentidos mais profundos do que é lido) (FONTES, 2007).

O Transtorno na matemática

> O Transtorno da Matemática, também conhecido como discalculia, não é relacionado à ausência de habilidades matemáticas básicas, como contagem, e sim, na forma com que a criança associa essas habilidades com o mundo que a cerca. A aquisição de conceitos matemáticos e outras atividades que exigem raciocínio são afetadas neste transtorno, cuja baixa capacidade para manejar números e conceitos matemáticos não é originada por uma lesão ou outra causa orgânica.7 Em geral, o Transtorno da Matemática é encontrado em combinação com o Transtorno da Leitura ou Transtorno da Expressão Escrita. O Transtorno da Matemática, segundo o DSM-V, é caracterizado por: • Dificuldades para dominar o senso numérico, fatos numéricos ou cálculo (p. ex., entende números, sua magnitude e relações de forma insatisfatória; conta com os dedos para adicionar números de um dígito em vez de lembrar o fato aritmético, como fazem os colegas; perde-se no meio de cálculos aritméticos e pode trocar as operações). • Dificuldades no raciocínio (p. ex., tem grave dificuldade em aplicar conceitos, fatos ou operações matemáticas para solucionar problemas quantitativos) (FONTES, 2007).

O Transtorno na expressão escrita

> Um transtorno apenas de ortografia ou caligrafia, na ausência de outras dificuldades da expressão escrita, em geral, não se presta a um diagnóstico de Transtorno da Expressão Escrita. Neste transtorno geralmente existe uma combinação de dificuldades na capacidade de compor textos escritos, evidenciada por erros de gramática e pontuação dentro das frases, má organização dos parágrafos, múltiplos erros ortográficos ou fraca caligrafia, na ausência de outros prejuízos na expressão escrita. Em comparação com outros Transtornos de Aprendizagem, sabe-se relativamente menos acerca do Transtorno da Expressão Escrita e sobre o seu tratamento, particularmente quando ocorre na ausência de Transtorno de Leitura. Existem algumas evidências de que déficits de linguagem e percepto-motores podem acompanhar este transtorno (FONTES, 2007).

O modo que a caracterização geral destes transtornos não difere muito entre os dois manuais. Mas, de acordo com Zorzi (2004) atualmente, trabalha-se com a seguinte classificação para os transtornos na aprendizagem: transtornos da percepção, transtornos psicomotores, transtornos da atenção, transtornos da linguagem, transtornos de conduta, transtornos globais do desenvolvimento – TGDs, e de comportamento disruptivo, e transtornos de conduta.

Há que se acrescentar o TDAH ou Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, que pode ou não estar relacionado ao Autismo. Para Fontes (2007):

> O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um dos transtornos neuropsiquiátricos mais conhecidos na infância que ocasiona sérias dificuldades para o processo de aprendizagem. Isto se deve à baixa concentração de dopamina e/ou noradrenalina em regiões sinápticas do lobo frontal, leva o indivíduo a uma tríade sintomatológica de falta de atenção, hiperatividade e impulsividade. Atualmente, o DSM-V trouxe algumas mudanças em relação ao TDAH; agora é possível estabelecer o diagnóstico deste transtorno concomitantemente com o quadro de autismo, o que antes não era possível.

De acordo com o DSM-IV – (Manual Diagnóstico e Estatístico da Associação Americana de Psiquiatria – APA):

> Os transtornos de aprendizagem são diagnosticados quando os resultados do indivíduo em testes padronizados e individualmente administrados de leitura, matemática ou expressão escrita estão substancialmente abaixo do esperado para sua idade, escolarização ou nível de inteligência. Os transtornos de aprendizagem podem persistir até a idade adulta (DSM-IV, 1995, p. 46).

Pode-se aferir que em ambos os documentos citados, o termo “transtorno” é usado por toda a classificação, de forma a evitar problemas ainda maiores

inerentes ao uso de termos tais como “doença” ou “enfermidade”. “Transtorno” não é um termo exato, porém é usado para indicar a existência de um conjunto de sintomas ou comportamentos clinicamente reconhecíveis e associados, na maioria dos casos, a prejuízo e interferência com funções pessoais.

Portanto, ao se falar de transtornos, necessariamente não se está a identificar uma doença ou distúrbio que tem sua origem em problemas neurológicos severos e que comprometem permanentemente a aprendizagem. Ainda segundo o CID – 10, pode-se apontar algumas características gerais dos transtornos de aprendizagem .

> Na maioria dos casos, as funções afetadas incluem linguagem, habilidades visão espaciais e/ou coordenação motora. É característico que os comprometimentos diminuam progressivamente à medida que a criança cresce (embora déficits mais leves frequentemente perdurem na vida adulta). Em geral, a história é de um atraso ou comprometimento que está presente desde tão cedo quanto possa ser confiavelmente detectado, sem nenhum período anterior de desenvolvimento normal. A maioria dessas condições é mais comum em meninos que em meninas (CID 10, 1992, p. 239).

Como se pode notar, os transtornos tendem a diminuir conforme a idade, mas desde que devidamente tratados como tal, lembrando que tal diminuição vai depender muito de medicação adequada, fisioterapia, estimulação neuromotora, fonoaudiologia e psicopedagógica. Quando o assunto é questões de aprendizagem, não se pode muito contar com a sorte e com a premissa de que o tempo cura tais questões.

De acordo com o DSM-IV (1995) os Transtornos são definidos mediante os seguintes critérios de identificação:

- nível de desempenho na aprendizagem deve ser avaliado mediante provas padronizadas e o resultado deve estar substancialmente abaixo do esperado para a idade cronológica do sujeito, sua escolaridade e quociente de inteligência;
- nível do desempenho verificado deve intervir significativamente no rendimento acadêmico ou nas atividades da vida cotidiana que exigem as habilidades afetadas, como cálculo, leitura ou escrita
- Em caso de déficit sensorial, as dificuldades observadas devem exceder as habitualmente associadas a esse tipo de condição;

O tratamento dos transtornos de aprendizagem se dá por meio de aulas de reforço, acompanhamento psicomotor de equilibração corporal, jogos educativos que permitam à criança desenvolver seu senso linguístico e matemático, além de acompanhamento neurológico.

Para Sousa (2012), a prevenção dos transtornos de aprendizagem

fundamenta-se especialmente em cuidar do desenvolvimento do cérebro da criança, de forma harmoniosa e sadia, uma vez que há evidências científicas de que as lesões ou disfunções podem ser de ordem pré-natal, perinatal ou pós-natal.

- Na vida intra-uterina: assistência pré-natal (o cérebro já se encontra formado e completo na vigésima semana de gestação);
- Parto bem assistido para evitar traumatismos;
- Alimentação e sono adequados são essenciais para a mielinização e maturação dos centros nervosos;
- Afetividade no trato com a criança para estimular a produção de neurotransmissores favoráveis à aprendizagem;
- Estimulação de todos os sentidos por meio de brincadeiras;
- Apoio, incentivo e acompanhamento na aprendizagem escolar.

Por fim, nota-se que os transtornos de aprendizagem atualmente enquadrados na CID 10 são apenas quatro, mas que podem associados a outros fatores, ocasionar problemas e dificuldades de aprendizagem, ou evoluir à condição de distúrbios: Dislexia, Discalculia, Disgrafia e TDAH, de modo que frisa-se a separação entre estes e os distúrbios de aprendizagem que trataremos na parte final desse artigo.

5 DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

O Distúrbio de Aprendizagem afeta diretamente o modo pelo qual crianças com inteligência média, ou acima da média, recebem, processam ou expressam informações e que se mantém por toda a vida. Isto prejudica a habilidade para aprender habilidades básicas em leitura, escrita ou matemática. A Coordinated Campaign for Learning Disabilities (CCLD), uma coalizão de organizações nacionais ligadas aos distúrbios de aprendizagem, define-os como "uma desordem neurobiológica na qual o cérebro da pessoa trabalha ou é estruturado de uma maneira diferente" (SMITH; STRICK, 2007, p. 25). Para Colares e Moysés:

> Distúrbios de aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de alterações manifestas por dificuldades significativas na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estas alterações são intrínsecas ao indivíduo e presumivelmente devidas à disfunção do sistema nervoso central. Apesar de um distúrbio de aprendizagem poder ocorrer concomitantemente com outras condições desfavoráveis (por exemplo, alteração sensorial, o retardo mental, distúrbio social ou emocional) ou influências ambientais (por exemplo, diferenças culturais, instrução insuficiente/inadequada, fatores psicogênicos), não é resultado direto dessas condições ou influências (COLLARES; MOYSÉS, 199, p. 32).

Desse modo, Smith e Strick (2007) esclarecem que distúrbio de aprendizagem não o esmo que deficiência ou retardo mental, autismo, deficiência auditiva ou visual, deficiência física, distúrbio emocional ou o processo normal de aquisição de uma segunda língua, nem são causados por falta de oportunidade educacional como trocas frequentes de escolas, por faltas constantes às aulas ou falhas no ensino das habilidades básicas.

> Distúrbio de Aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de desordens, manifestadas por dificuldades na aquisição e no uso da audição, fala, escrita e raciocínio matemático. Essas desordens são intrínsecas ao indivíduo e presume-se serem uma disfunção de sistema nervoso central. Entretanto, o distúrbio de aprendizagem pode ocorrer concomitantemente com outras desordens como distúrbio sensorial, retardo mental, distúrbio emocional e social, ou sofrer influências ambientais como diferenças culturais, instrucionais inapropriadas ou insuficientes, ou fatores psicogênicos. Porém, não são resultado direto destas condições ou influências (HAMMILL, apud CIASCA, 1994, p. 36).

O citado, se coaduna com o comentado anteriormente, de modo que se deve para bem do leitor, definir quais seriam esses distúrbios mencionados, evitando assim qualquer confusão com os chamados transtornos dos quais tratamos anteriormente.

Pode-se apontar como distúrbios a gagueira, a disartria (distúrbio da articulação da fala ou uma dificuldade na produção de fonemas que resulta de uma lesão cortical ou de uma lesão periférica provocada por uma paralisia dos órgãos de fonação; também chamada de barilalia; a apraxia (uma desordem neurológica que se caracteriza por provocar uma perda da capacidade em executar movimentos e gestos precisos que conduziriam a um dado objetivo, apesar do paciente ter a vontade e a habilidade física para os executar); a dispraxia (disfunção motora neurológica que impede o cérebro de desempenhar os movimentos corretamente) e a disortografia (dificuldade do aprendizado e do desenvolvimento da habilidade da linguagem escrita expressiva. Esta dificuldade pode ocorrer associada ou não a dificuldade de leitura, isto é, a dislexia).

Assim, transtornos se diferem de distúrbios basicamente por serem tratados pelos especialistas ligados à educação e ao meio escolar, enquanto os distúrbios requerem por vezes intervenção de vários profissionais e áreas ligadas à saúde.

> Os termos distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem têm sido utilizados de forma aleatória, tanto na literatura especializada como na prática clínica e escolar, para designar quadros diagnósticos diferentes. Os defensores da abordagem comportamental preferem à utilização do termo distúrbio. Os construtivistas parecem ser adeptos do termo dificuldade. O termo “dificuldade” está mais relacionado a problemas de ordem psicopedagógica e/ou sócio -

> culturais, ou seja, o problema não está centrado apenas no aluno, sendo que essa visão é mais frequentemente utilizado em uma perspectiva preventiva. O termo "distúrbio" está mais vinculado ao aluno, na medida em que sugere a existência de comprometimento neurológicos em funções corticais específicas, sendo mais utilizado pela perspectiva clínica ou remediativa (BRITO, s.d., p. 1).

Assim, a construção do presente artigo, visou justamente aclarar tais terminologias, embora se possa reconhecer que nem sempre isso é possível, de modo que, um dos erros mais recorrentes é tratar problemas, dificuldades, transtornos e distúrbios de aprendizagem como doenças do tipo: autismo, síndrome de Down e síndromes neurológicas.

Reconhecendo que estamos longe que ter um consenso entre os especialistas e médicos sobre os termos aqui tratados, acredita-se que o aprofundamento proposto, elucidou um pouco mais cada termos, com a esperança de que o presente artigo seja lido e debatido, para que outras contribuições lhe sejam acrescidas.

CONCLUSÃO

Nosso artigo procurou desambiguar os termos problemas, dificuldades, transtornos e distúrbios de aprendizagem, mas como o leitor pode notar, existe muita confusão inclusive entre as referências disponíveis, de modo que esta discussão não se encerra nesse artigo, ficando em aberto, um escopo gigantesco de vertentes a serem tratadas conceitualmente na prática escolar, tempo por base sempre o auxílio à criança que por alguma das razões elencadas, não consegue aprender como os demais.

Conforme se buscou evidenciar, problemas, dificuldades, transtornos e distúrbios de aprendizagem não são doenças irreversíveis, mas questões que merecem olhar acurado, especialidades escolares e profissionais de fato dedicados a tornar mais acessível os processos de ensino-aprendizagem, tornando ainda a escola um lugar de acolhimento e não de fracasso escolar.

REFERÊNCIAS

APA DSM-IV. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**, DSM-IV, 5ª ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BRITO, Dorival R. **Distúrbios da Aprendizagem**. Disponível online em < http://www.drb-assessoria.com.br/da.pdf> Acesso em: 05 jun. 2017.

CIASCA, S. M. & Rossini, S. D. R. (2000). **Distúrbio de aprendizagem: mudanças ou não? Correlação de dados de uma década de atendimento. Temas sobre Desenvolvimento,** 8 (48), 11-16.

CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE COMPORTAMENTO DA CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Organização Mundial de Saúde (Org.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

COLLARES, C. A. L. e MOYSÉS, M. A. A. **A História não Contada dos Distúrbios de Aprendizagem**. Cadernos CEDES no 28, Campinas: Papirus, 1993, pp. 31-48.

COSTA. Elaine Cristina; PENCO, Iara Jaqueline Frigério. **Dificuldades De Aprendizagem:** Tipos de Dificuldades de Aprendizagens encontradas na Clínica de acompanhamento Pedagógico, do Unisalesiano Lins/SP – Unidade II. 2009. Disponível em: <www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC21483524825.pdf>. Acesso em: 24 abr 2017.

DOCKRELL, Julie & MCSHANE, John. **Crianças com dificuldades de aprendizagem**: uma abordagem cognitiva. Tradução Andrea Negreda. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FERREIRA. M.; SANTOS. P. **Princípios da fisiologia do exercício no treino dos músculos do pavimento pélvico**. Acta Urológica. V. 26, n.3, p. 31-38, 2009.Disponível em: <http://www.apurologia.pt/acta/3-2009/princ-fisio-ex-trei.pdf> Acesso em: 28 Ago. 2013.

FONTES, Maria Alice. **O que são Transtornos de Aprendizagem?** Causas, tipos e tratamento. 2007. Disponível em: <http://www.plenamente.com.br/artigo/194/-que-sao-transtornos-aprendizagem-causas-tipos.php#.WP5jgenFjcs>. Acesso em 24 abr. 2017.

KIRK, Samuel & GALLAGHER, James J. **Educação da criança excepcional.** Tradução Marilia Zanella Sanvicente. 3ed. São Paulo. Editora Martins Fontes, 1996.

LEARNING DISABILITIES ASSOCIATION OF AMERICA (LDA). Disponível em:<https://ldaamerica.org>. Acesso em: 24 abr. 2017.

MORAES, Antônio Manoel Pamplona. **Distúrbios de Aprendizagem:** uma abordagem psicopedagógica. São Paulo: Edicon, 1997.

National Advisory Comimttee on Handicapped Children (1968). **Special education for handicapped children** (first annual Report). Washignton, DC:Departament of Health, Education, & Welfare. Disponível em <http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED018058.pdf. Acesso em: 24 abr. 2017.

PAIN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1994.

SAMPAIO, Simaia; FREITAS, Ivana B. **Transtornos e dificuldades de aprendizagem**: entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

SANTOS, Larissa Batista Carvalho; PEREIRA, Mônica Pereira Reis Amarante Dória. **Dificuldades de aprendizagem:** concepções e problemáticas contemporâneas. VI Colóqui Internacional "Educação Contemporânea, 2012. Disponível em: <educonse.com.br/2012/eixo_15/PDF/16.pdf>. Acesso em: 24 abr 2017.

SISTO, F. F.. **Dificuldade de aprendizagem em escrita: um instrumento de avaliação** (Adape). In: Sisto, F.F.; Boruchovitch, E.; Fini, L.D.T.; Brenelli, R. P.; Martinelli, S.C.. (Org.). Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico. 1ed.Petrópolis: Editora Vozes, 2001, v. 1, p. 190-213.

SMITH, Corine; STRICK, Lisa. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z:** um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOUSA, Franscica M. A. de Andrade. **Distúrbios, Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem:** Uma Perspectiva de interface entre saúde e educação. 2012. Disponível em: <http://psicopedagogiaespacocrerser.blogspot.com.br/2012/10/disturbios-transtornos-e-dificuldades.html>. Acesso: 30 Mar. 2011

ZORZI, Jaime Luiz. **Os distúrbios de Aprendizagem e os distúrbios:** específicos de Leitura e da Escrita. CEFAC, 2004. Disponível em: <http://www.cefac.br/library/artigos/2405420cdd61d3c9ba0387897e1316ed.pdf>. Acesso: 30 Mar. 2011.

A IMPORTÂNCIA DA LOGÍSTICA NA ÁREA DE TRANSPORTE

Denílson Rodrigues de Oliveira
Acadêmico (a) do Curso de Administração da Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: olivdr.oliveira@gmail.com

Renata Ferreira Chavaglia
Professora Administração e coordenadora do NICOM da FAR graduada em tecnologia de agronegócio e especialização em gestão estratégica empresarial pela Faculdade Almeida Rodrigues – FAR e-mail: renata_chavaglia@hotmail.com

RESUMO: Através desse estudo, tivemos como objetivo analisar todo o processo, estrutura, gestão e planejamento em uma empresa de transporte de pessoas. Nessa empresa, pode-se analisar o processo feito dentro da logística, a forma em que é feito o direcionamento das frotas, escalas de folga dos motoristas, folhas de ponto e pagamento, e em outros setores dentro da empresa, como a área administrativa. Com base nesses dados, foram feitos alguns levantamentos e identificados os pontos a serem melhorados, contribuindo para o crescimento e produtividade da empresa. A partir desse estudo, obteve-se resultados nos quais foi possível identificar a gestão, liderança e liderados, a importância da função de cada gestor, suas competências, responsabilidades com a logística e a operação dentro do planejamento, desenvolvendo um bom desempenho, em que todos contribuem com a organização dando suas opiniões, expondo suas ideias, funcionários que têm oportunidades a oferecer processos com responsabilidade, com crescimento profissional e contribuir para o aumento da produção e satisfazer a necessidade do cliente, trazendo os resultados esperados pela empresa para o mesmo.

Palavras-chave: Logística. Gestão. Organização. Planejamento.

THE LOGISTICS OF IMPORTANCE IN TRANSPORT AREA

ABSTRACT: Through this study, we aimed to analyze the whole process, structure, management and planning in a people carrier. In this company, we can analyze the process done within the logistics to the way it is done the direction of fleets, drivers scales, time sheets and payment and other sectors within the company, based on these data, we can make some surveys and identify points to be improved, contributing to the growth and productivity of the company. From this study, we obtained results which we can identify the management, leadership and led the importance of the role of each manager, their skills, responsibilities with logistics and operation within the planning, developing a good performance which all contribute to the organization giving their opinions, exposing their ideas, employees have opportunities to offer process with responsibility, professional growth and contribute to increased production and satisfy the customer's need and bring results expected by the company for the same.

Key words: Logistics. Management. Organization. Planning

INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa foi: A importância da Logística na área de transporte, no qual foi possível entender melhor sobre o processo rodoviário implantado na logística dos veículos, assim pode-se detectar quais os problemas a serem resolvidos, melhorando e seguindo as exigências do cliente e da própria empresa que tem sua política, missão, visão e valores implantados para melhor produtividade e entendimento dentro das instalações.

O tema abordado, a importância logística, realizou-se em uma pequena empresa que está em um processo de desenvolvimento, crescendo a cada dia, expandindo seu novo ramo que é a área de transporte de pessoas, inovando com sua forma de administrar, controlar e conduzir as operações. Consegue-se adquirir esse grande crescimento graças à qualidade em que se é realizado o sistema logístico e administrativo. Aqui visamos sobre segurança no trabalho, fazendo levantamentos de pontos fortes e fracos, podendo buscar melhorias para corrigirmos nossas falhas e investimos mais em nossos acertos, o que garante um trabalho com excelência, tendo como influência a empresa que é nossa cliente. Com isso, produzimos um transporte com qualidade, conforto, dentro do prazo, e acima de tudo, com a segurança que é nossa prioridade, respeitando limites de velocidade estabelecidos pelo cliente, normas da empresa e sinalizações de vias pavimentadas e não pavimentadas.

Ao apurar as informações, precisamos definir quais as propostas corretas para que sustente nas tomadas de decisões e no desenvolvimento operacional e logístico para buscar melhores desempenhos e por uma produtividade com qualidade, para que no futuro não afete e não prejudique o desempenho da operação, e que os custos sempre estejam positivos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Logística

Hoje em dia temos um sistema muito utilizado pelas grandes empresas de transporte terrestre, marítimo, ferroviário entre outros, e é o foco principal para que sejam realizadas todas as entregas, dentro dos prazos, do tempo estabelecido pelos clientes e fornecedores, esse sistema se chama Logística.

A base da logística é militar, e foi desenvolvida especialmente para melhorar e colocar os recursos certos no local certo, na hora certa, com apenas um objetivo: vencer batalhas. A logística teve origem no Brasil por volta de 1970, para poder ser usada em seus aspectos: com a distribuição física interna e

externa, foco principal de nossa atenção (MARTINS 2005).

Logística é uma base para podermos ter o controle do fluxo de entregas, um suporte para o planejamento que traçamos para melhor plano e diminuirmos custo e tempo (CHRISTOPHER; MARTIN, 2011 p. 3).

A logística abrange a demanda em que o planejamento e o custo usado nos armazéns de matéria prima refletem no consumo para atender às solicitações que os clientes exigem (CHIAVENATO, 2005 p. 162).

Segundo Dias (1993), os administradores começaram a pensar nessas necessidades de estruturar um processo logístico para ajudar a desenvolver uma forma de vazão de fluxo contínuo.

Além de tudo, os administradores já estão cientes que devem ter controle do processo de produção, transporte e comercialização, tendo o máximo de lucratividade com um mínimo de custo.

Francischini (2002) nos mostra que a empresa que atua no ramo de transporte que não tem um processo logístico não tem controle de seus custos, despesas, não saberia o prazo, tempo gasto para entrega, custo de combustível, custo em manutenção. O cliente não sentiria confiança em entregar sua carga para a transportadora fazer o processo de entrega, não saberia se seria apropriado, ou se atingiria suas expectativas quanto ao serviço prestado.

2.2 Para que serve a Logística

Para Moura (2004), a logística tem por parte ter o controle dos processos voltados à parte de reposição, na qual se faz o planejamento e é implantado o controle de fluxo de estoque com eficiência e eficácia dos produtos, serviços, com dados lançadas desde sua origem ao ponto de uso e consumo, para que assim possa atender os resultados esperados pelos clientes.

Segundo Moura (2005), as atividades logísticas envolvem um processo que inclui o transporte, local de depósito, estocagem do material a ser utilizado pelos consumidores e manutenção, embalagem, movimentação de materiais, atendimento, controle do pedido, previsão de estoques, planejamento da produção, suprimentos, serviços prestados ao cliente, local onde é feito o controle do depósito, a produção realizada, o controle estabelecido pela qualidade e segurança da distribuição física.

“Podemos afirmar que uma empresa pode alcançar uma posição e superioridade duradoura sobre os concorrentes, em termos de preferência ao cliente” (POZO; HAMILTON, 2010 p.16).

As indústrias por si só têm grandes concorrentes, então, para melhor atender aos seus clientes, usam estratégias como descontos, tendo seus produtos

com baixo custo, em que terão uma maior quantia nas vendas crescendo seu setor.

Hoje não se compra produtos pelo que são, mas sim pelo que eles representam, olham em que são atribuídos e acrescentados em seu uso.

Para Francischini (2002), os motoristas precisam ter uma folga, os veículos foram feitos, projetados, para trabalhar a todo o momento, sendo realizadas suas devidas manutenções, mas o ser humano tem suas limitações. Para um melhor controle, são feitas as escalas, nas quais intercala-se cada motorista em um turno, para que o outro possa vir a descansar e ter um bom rendimento na produção.

Como exemplo, vamos usar o ramo automobilístico, carros de todas as formas, modelos, design, versões novas e modernas. As montadoras Toyota e Ford são referências no mercado, pois variam muito em seus valores comercias.

Os clientes que têm recursos para adquirir esses produtos pelos seus valores são agregados e tem um valor alto, tornando o serviço dificultoso para o ramo de logística, criando assim grandes desafios para os profissionais dessa área.

Não é necessariamente através de economias que se tem um recuo em seu custo, mas sim com a ajuda da logística, acompanhado da cadeia de suprimentos (CHRISTOPHER; MARTIN, 2011).

Para Chistopher, (2011 p. 9),

> Uma coisa é certa: não se pode falar que há divisórias na liderança de custos e excelência no atendimento. Para ser claro, temos que desvendar os desafios da gestão e identificar estratégias logísticas e de cadeia de suprimentos adequadas para levar a organização ao canto superior da matriz.

Segundo Garcia (2005), existem três dimensões da logística: dimensão de fluxo, dimensão de atividades, dimensão de domínios. Cada dimensão dessa explica criteriosamente as partes do processo de logística.

Com o aumento das informações, o consumidor tem por necessidade procurar melhorias para o consumo de seus produtos. Com a ajuda do Marketing, tentamos obter resultados através de suas campanhas, publicidade, para que o consumidor tenha acesso direto às informações.

A logística hoje depende muito do produto a ser transportado, dos recursos que cada cadeia varejista nos proporciona, o processo vai desde as pequenas matérias primas e chegam até os consumidores finais. Contudo, elas são nomeadas uma entidade única, em que cada parte depende das outras e deve ser alinhado a um só, um todo (NOVAES, 2007).

Segundo Galvão (2007), há uma divisão na empresa em setores que

gira em torno das atividades executadas dentro (manufatura, finanças, vendas, marketing, transportes e armazenagem).

> A empresa precisa ter um relacionamento com seu cliente, o consumidor e o varejista, porém, todos abrangem e defendem o interesse que é dar atenção necessária com muito respeito, profissionalismo e humildade, e essa atenção resumisse de como pode depender do comprometimento e desempenho da logística usada em seu todo (NOVAES, ANTONIO GALVÃO, 2007, p.14).

2.3 Logística empresarial

Segundo Viana (2002), a logística empresarial cuida dos processos de transição e estocagem que facilitam o giro de produtos no estoque, tanto no início da matéria-prima quanto no processo em que será consumido. Dessa forma, as informações que fazem os produtos ter um grande movimento, entram com o propósito de ter crescimentos nos níveis de serviços, gerando aos clientes um consumo no custo muito baixo.

A melhoria da logística empresarial gera perguntas sobre a estratégia, quais seriam as consequências, pois seria como um efeito dominó, baseados em perguntas voltadas a forma de como as empresas, sendo de uma mesma cadeia de suprimento, estão se organizando para enfrentar os novos desafios. Bowersox e Closs (1996) falam que a forma para conhecer o processo da evolução organizacional das empresas pode ser de grande serventia para os executivos de logística.

Segundo Galvão (2007), com a abertura da economia e a globalização, as empresas andam em situações tímidas, em situações onde ainda estão no início na primeira fase, ou seja, ainda controlam muito a logística e os estoques.

De acordo com Martin (2011), a logística por sua própria natureza, tende a ter intensivo investimento, os gastos com a logística são consideravelmente altos, pois incluem cuidados com caminhões, centro de distribuições, investimentos que possivelmente não terão um retorno sobre o investimento.

As bases de dados logísticos contêm, para cada referência, as características necessárias para que se tenham funcionalidades com uma relativa performance. A riqueza dessa base permitirá uma maior sofisticação das funcionalidades (VIEIRA, DARLI 2012, p.131).

Segundo Martin (2011), é da natureza que os efeitos que causam na logística se espalhem para além da área imediata de impacto.

Para Garcia (2005), existem alguns pontos da logística que se baseiam em movimentação dos produtos, movimentação das informações, tempo, custo e nível de serviços.

Chiavenato (2005) nos mostra que a movimentação tem sido indevidamente encarada com uma atividade improdutiva, contudo, ultimamente ela tem sido objeto de grandes investimentos. Na realidade, quando bem administrada, a movimentação de materiais pode trazer grandes economias.

Segundo Martin (2011), é da natureza que os efeitos que causam na logística se espalhem para além da área imediata de impacto.

Chiavenato (2005) deixa bem claro que para fazermos a movimentação de matérias precisamos de três passos: aumentar a capacidade produtiva da empresa, melhorar as condições de trabalho e reduzir custos de produção.

Dias (1993) relata que, nada menos de 76,4% de produtos em cargas produzidas no país são transportadas por rodovias, as ferrovias têm um movimento de apenas 14,2% e a cabotagem 9,3%.

Falando um pouco sobre o transporte marítimo, Dias (2003) relata que existem navios que são voltados ao transporte de graneis sólidos, e eles não aceitam qualquer tipo de tabelas envolvendo o valor dos fretes.

Deacordo com Chiavenato (2005), para fazermos a movimentação de materiais é necessário fazermos um grande movimento, pois o sistema logístico passa por vários processos até chegar ao depósito, onde será distribuído ou comprado. Hoje temos várias formas de transporte de cargas, alguns mais utilizados do que outros, com um custo mais acessível e outros com o custo elevado.

a) Transporte rodoviário, mais utilizado;
b) Transporte ferroviário, tempo excessivo;
c) Transporte Hidroviário e Marítimo, baixo custo, mas tempo é secundário;
d) Transporte Intermodal, pode ser usado tanto em ferrovias, rodovias e marítimo.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

Com o objetivo de cumprir a carga horária do estágio obrigatório de 400 horas necessário para a conclusão do curso de Administração, esse estudo está sendo desenvolvido por meio de um estudo de caso.

Araújo et al. (2008) definem um estudo de caso como uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. Esse estudo se baseia na logística que é desenvolvida para garantir um melhor atendimento ao nosso cliente, dando a ele a oportunidade de ter melhorias e crescimento

nessa nova etapa da empresa, ou seja, na parte de transporte de passageiros localizado na região sudeste.

3.1 Caracterização da Empresa

A empresa foi fundada em 1960, na cidade de Mirandópolis/SP, com o objetivo de ser uma empresa de transporte de cargas seca e líquida. O crescimento da empresa está fundamentado em relações comerciais saudáveis e de longo prazo.

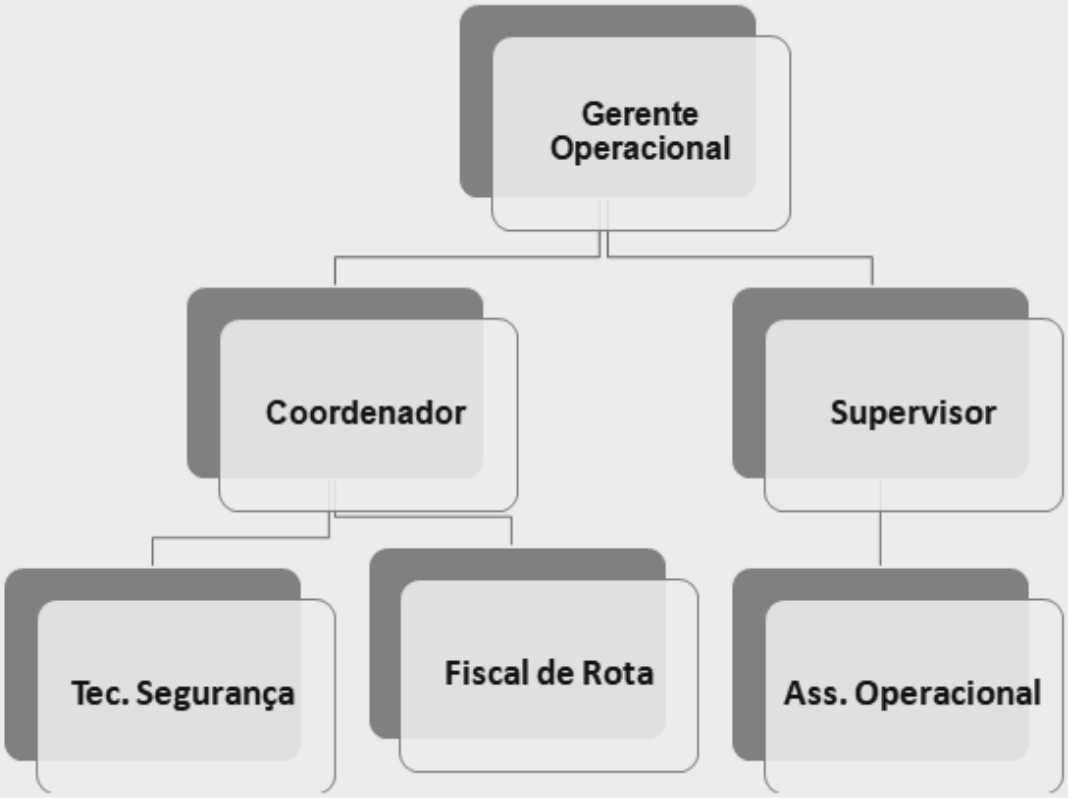
Isto é possível através do desenvolvimento e fornecimento de produtos e serviços que ofereçam valor em termos de preço, qualidade, segurança e respeito ao meio ambiente. Hoje em 2016, a empresa voltou para outro ramo logístico, foi para a parte de transporte de pessoas. Iniciou na cidade de Porteirão, no dia 13/10/2015, o transporte de pessoas para uma usina da região. O ramo de transporte de pessoas deu tão certo que a empresa já está com mais três unidades como mesmo seguimento logístico.

A empresa só tem a crescer, pois a mesma segue com seriedade, seguindo suas políticas, visando a segurança, saúde, meio ambiente e qualidade.

a) Segurança - O gerenciamento efetivo e responsável dos assuntos relacionados à segurança de nossas operações, à saúde de nossos colaboradores e à conservação ambiental se tornou um foco constante de ação da diretoria.
b) Foco no cliente - A satisfação de nossos clientes é ponto de honra para todos os nossos profissionais, independentemente do nível organizacional. Foco no cliente, pois acreditamos que dessa forma fortalecemos a confiança mútua e os laços de parceria se tornam cada vez mais estreitos
c) Missão - “Oferecer soluções em transporte e logística, onde segurança e qualidade sejam as referências do nosso negócio promovendo o desenvolvimento sustentável da empresa, parceiros e sociedade”.
d) Visão - “Ser reconhecida como melhor opção na prestação de serviços de transporte e logística”.

Dessa forma, podemos garantir ao cliente a segurança o respeito e a qualidade de nosso trabalho, dando a eles a confiabilidade necessária para serem feitas nossas operações de uma forma rápida, legível e satisfatória.

No organograma a seguir, podemos ver detalhadamente como está o processo hierárquico nos dias atuais.



FONTE: Elaborado pelo autor (2016).
FIGURA 1 – Organograma

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com as atividades vivenciadas no estágio, pôde ser identificado que o processo da logística necessita de uma atenção especial, pois cada detalhe, cada momento dentro do processo, precisa ser minuciosamente analisado para que não tenha perdas, tanto na parte de custo, quanto na parte de deslocamento, tempo real, pois a empresa ganha por Km rodado.

A partir desta pesquisa, foi comprovada a importância da operação dentro das ações tomadas e o planejamento usado na logística. Com as informações sendo claras e objetivas dentro da organização, podemos ver que isso influencia o desenvolvimento dos funcionários e a empresa consegue almejar e alcançar a lucratividade esperada dentro do prazo, com recursos estabelecidos pela empresa para diminuir gastos e perdas no sistema da logística.

Para termos melhor resultado, é de suma importância que as empresas formulem avaliações e métodos de trabalho para verificar se os colaboradores estão satisfeitos com a política e os métodos impostos pela empresa, sempre tirar resultados dessas pesquisas para buscar melhorias e praticidade para alcançar os resultados estabelecidos. Sempre ter informações coerentes, concretas e

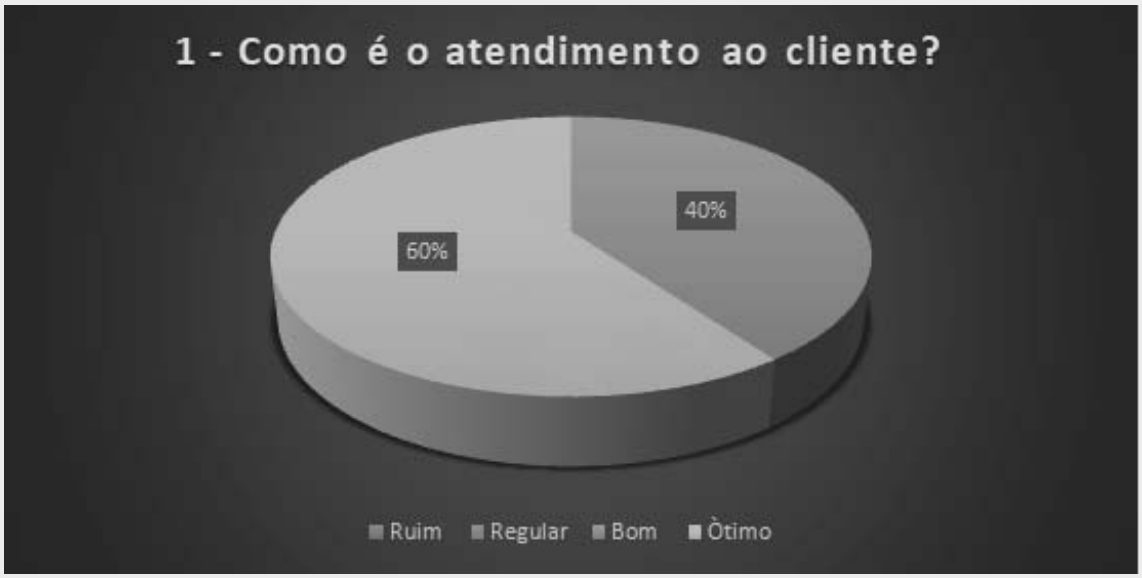
precisas para que não venha ocorrer erros que ocasionem possíveis falhas nos relatórios e no financeiro.

Dentro das tomadas de decisões, os colaboradores têm o momento certo para dar sua opinião para melhorias dentro da instituição, assim contribuindo tanto no crescimento profissional quanto no crescimento da empresa, dando ideias no desenvolvimento da organização.

Com a gestão responsável pela empresa, é muito importante que ele se desenvolva para melhoria e crescimento da empresa em que é gestor, ele precisa liderar seus liderados, focar em treinamentos para crescimento e desenvolvimento de sua equipe, pois dela que serão cobradas as análises e resultados de relatórios usados em reuniões e apresentações gerenciais. Fazer com que sua equipe tenha competências e responsabilidades. Afinal, um desses colaboradores futuramente poderá ser o novo gestor dessa empresa ou de outra. Dentre todas essas qualidades, o gestor tem que manter em seu ambiente de trabalho um lugar harmonioso, no qual todos trabalhem em equipe.

Para Monica Vargas (2012), a empresa é como uma família, onde cada membro, ou seja, cada colaborador tem sua responsabilidade para que ajude no crescimento e desenvolvimento das funções e aumento dos lucros. A parte da gestão de pessoas é o ponto chave dentro da organização, que unifica e controla o desempenho, comportamento e atitudes de cada colaborador em seu local de trabalho.

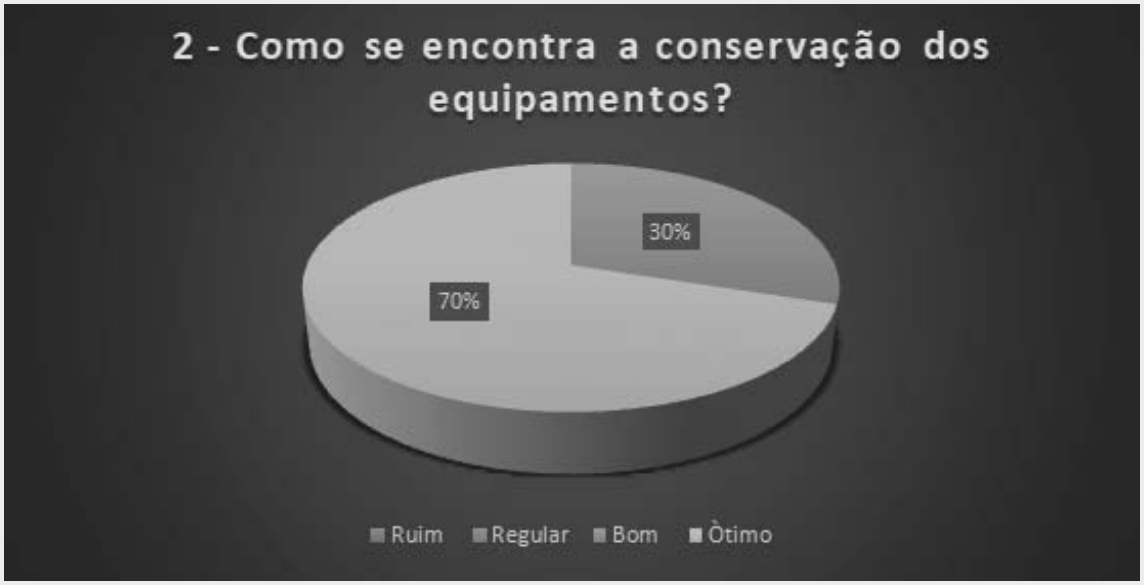
Na figura 2, vemos que foi feito uma pesquisa com 10 funcionários dentro da empresa, questionando como é o atendimento ao cliente.



FONTE: Elaborado pelo autor (2016)
FIGURA 2 – Gráfico 1 Como é o atendimento ao cliente?

Na figura 3, temos como está o nível de conservação dos equipamentos,

ou seja, os veículos usados dentro da logística.



FONTE: Elaborado pelo autor (2016)
FIGURA 3 – Gráfico 2 Como se encontra a conservação dos equipamentos?

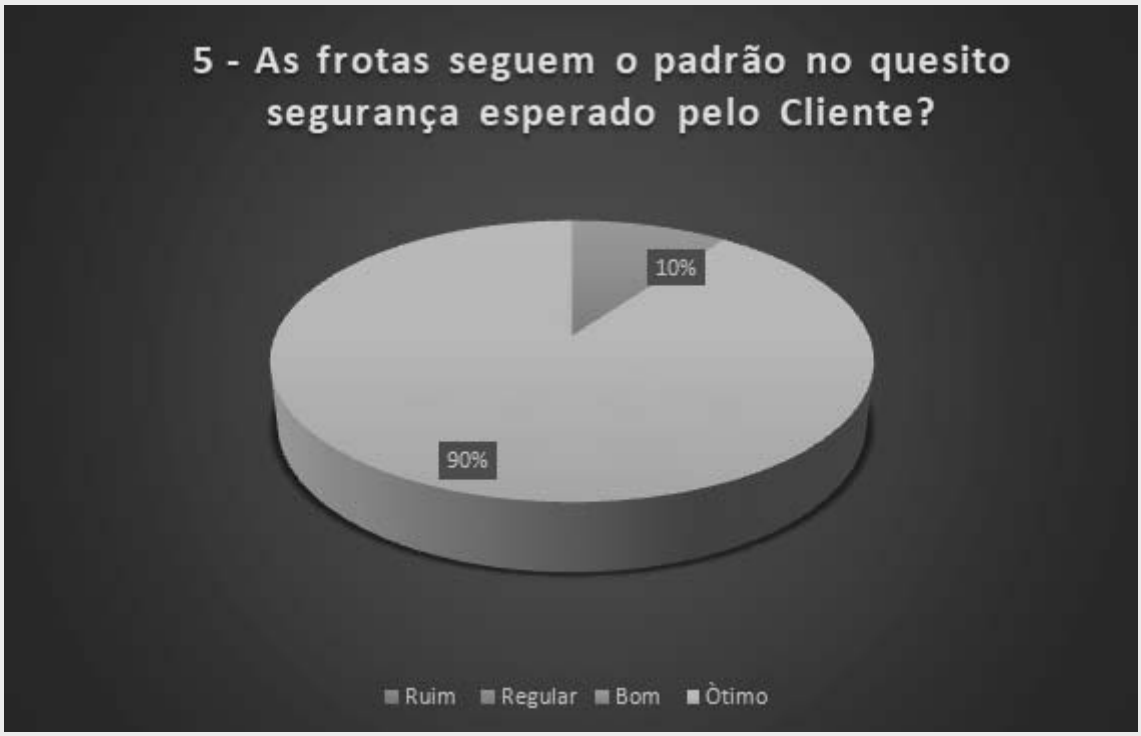
Na figura 4, podemos ver que a relação entre os motoristas e a empresa está em um nível bom, pois atendem às expectativas, e os motoristas demonstram ser profissionais.

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)
FIGURA 4 – Gráfico 3 Qual é o atendimento dos motoristas por parte da empresa?

Na figura 5, encontramos o nível de satisfação entre o cliente e a empresa, pois os serviços prestados são de alta confiança e tudo é feito para atender às expectativas estabelecidas pelo cliente.

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)
FIGURA 5 – Gráfico 4 A empresa atende as necessidades que o cliente contratou?

Na figura 6, podemos ver que as frotas usadas para o transporte dos passageiros são de excelentes condições, estão dentro no nível exigido pelo cliente na parte de segurança.



FONTE: Elaborado pelo autor (2016)
FIGURA 6 – Gráfico 5 As frotas seguem o padrão no quesito segurança esperado pelo Cliente?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com dados nesse estudo, visamos a importância que tem a gestão logística e administrativa dentro da empresa, na qual seus colaboradores prezam a organização, o trabalho em equipe, entendem as dificuldades e o processo, consegue ter o raciocínio rápido e lógico, onde o veículo possa estar inutilizável (problemas mecânicos), e conseguir fazer com que a rota não perca sua produção, assim evitando transtornos e problemas no processo, sempre buscando atender e satisfazer as necessidades do cliente. Poder estimular novas pesquisas para desenvolver cada vez o ramo logístico e aprimorar resultados que venham a ser de apoio e crescimento profissional e ter lucros garantidos, com satisfação, pois é o que a empresa almeja.

O gestor sempre precisa ter um plano que venha auxiliar, dar suporte caso algo dê errado em um processo logístico, ter um veículo de reserva, um motorista a disposição. É importante que o gestor tenha em mãos ferramentas de auxílio para que possa efetuar uma gestão de qualidade em todos os aspectos da organização, seja no setor operacional ou administrativo, a empresa busca fornecer o melhor para o cliente, assim como para o colaborador, pois precisa do apoio e ajuda de todos para ter um bom processo e garantir a lucratividade, ter um software atualizado que atenda às demandas, com relatórios, dados confiáveis, para a empresa e o cliente. É importante que o gestor tenha sempre em mente que sem a qualidade de seu trabalho e equipe consequentemente ele não obterá o resultado e lucro esperado.

REFERÊNCIAS

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logistical management** : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552000000100004&script=sci_arttext
the integrated supply chain process. New York : MacGraw-Hill, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de materiais: uma abordagem introdutória** / Idalberto Chiavenato. – Rio de Janeiro Elsevier, 2005 – 5ª reimpressão.

COUTINHO, Dra Clara **Estudo de caso** http://www.nelsonreyes.com.br/Estudo%20de%20Caso%20-%20Doutora%20Clara%20Pereira%20Coutinho.pdf

CRISTOPHER, Martins. **Logística e gerenciamento na cadeia de suprimentos**

/ tradução Ez2 Translate. revisão técnica James Richard Hunter. - - São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de matérias: uma abordagem logística** / Marco Aurélio P. Dias. – 4. Ed. – São Paulo : Atlas, 1993.

FRANCISCHINI, G. Paulino. **Administração de materiais e do patrimônio** / Paulino G. Francischini, Floriano do Amaral Gurgel. - - são Paulo : Pioneira Thomson, 2002.

MARTINS, Petrônio Garcia. **Administração e recursos patrimoniais** / Petrônio Garcia Martins, Paulo renato Campo Alt. – São Paulo: Saraiva 2005

NOVAES, Antonio Galvão, 1935 – **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição** / Antonio Galvão Novaes. – Rio de Janeiro : Elsevier, 2007 – 6ª reimpressão.

POZO, Hamilton **Administração de recursos materiais e patrimônios: uma abordagem logística** / são Paulo: Atlas, 2010.

ROSA Monica Vargas **Educadores de Equipes** https://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/23915/citacao-gestao-de-pessoas-educadores-de-equipes

VALENTE, Amir Mattar **Gerenciamento de transporte e frotas** / Amir Mattar Valente, Eunice Passaglia, Antônio Galvão Novaes; revisão Janice Yunes Perim. – São Paulo: Pioneira, 1997.

VIEIRA, Darli Auditora **Logística: uma abordagem pratica para operações de centros de distribuição** / Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VIEIRA, João José **Administração de materiais: um enfoque pratico** / João José Viana. -- São Paulo: Atlas, 2002.

O MODELO DE GESTÃO FAMILIAR E A FORMAÇÃO DO PROCESSO DE SUCESSÃO: Um estudo de caso sobre a Empresa Rio Verde em Fortaleza-CE

Jéssica Carolino Gomes Alves Amorim
Pós-Graduação em Gestão Estratégica Empresarial, pela FAR – Faculdade Almeida Rodrigues, conclusão em 2014. Graduada em Administração com Habilitação em Gestão de Sistemas de Informação, também pela FAR, conclusão em 2010. E-mail: jessica.rv13@gmail.com.

Viviane Evany Almeida Oliveira
Aluna do curso de Pós-Graduação em Gestão Estratégica Empresarial da FAR – Faculdade Almeida Rodrigues. Graduada em Zootecnia, pela ICESP, conclusão em 2012. E-mail: vivievany@hotmail.com.

RESUMO : O presente estudo buscou identificar e analisar os modelos de gestão de uma empresa de governança familiar e como é preparado o processo de sucessão. Observou-se a importância dos empreendimentos familiares para a economia, e o fato de que no modelo de gestão familiar são encontradas vantagens e desvantagens. O processo de sucessão nas empresas familiar é um ponto que pode gerar conflitos entre os interesses da família e da empresa, sendo assim é possível destacar que o preparo de um sucessor, bem como a escolha antecipada deste que passará a gerir o empreendimento, contribuem para o sucesso da corporação. A metodologia utilizada partiu da realização de uma pesquisa teórica, baseado em livros e pesquisas que tratam de empresas familiares, analisando principalmente como é realizada a escolha a preparação de sucessor para conduzir os negócios da família. Após a pesquisa bibliográfica foi realizado um estudo de caso, através de entrevista com a família Amorim, proprietários da Empresa Rio Verde, com sede na cidade de Fortaleza-CE, que produz e comercializa artigos de cama, mesa e banho. Constatou-se que o Gestor possui um modelo de gestão conservadora, que se apoia nos valores e crenças adquiridos ao longo de experiências obtidas desde a infância através do pequeno negócio de sua família. As atividades da empresa são comandas com auxílio da esposa, que forma natural e espontânea vem preparando o único como sucessor para administrar a empresa da família.

Palavras-chave: Gestão Familiar. Sucessão. Empresa Familiar.

THE MODEL OF FAMILY MANAGEMENT AND THE TRAINING OF THE SUCCESSION PROCESS: a case study on the Company Rio Verde in Fortaleza-CE

ABSTRACT : The present study was to identify and analyze the models for the management of a company of family governance and how prepared the process of succession. It was noted the importance of family businesses for the economy, and the fact that the model of family management are found advantages and disadvantages. The process of succession in family businesses is a point that can generate conflicts between the interests of the family and the company, therefore it is important to highlight that the preparation of a successor, as well

as the early adopter of this that will manage the project, contribute to the success of the corporation. The methodology used was based on the achievement of a theoretical research, based on books and researches dealing with family businesses, analyzing mainly as is held to choose the preparation of successor to lead the family business. After a literature search was carried out a case study, by means of an interview with the family Amorim, owners of the Company Rio Verde, with headquarters in the city of Fortaleza-CE, which produces and sells articles of bed, bath and table. It was found that the Manager has a model of conservative management, which is based on values and beliefs acquired along experiences since childhood through the small business of your family. The company's activities are everywhere with the help of his wife, which form natural and spontaneous has been preparing the single as the successor to administer the family company.

Key words: Family Management. Succession. Family Business.

1 INTRODUÇÃO

Com o progresso econômico que se desenvolve em todo mercado mundial, podemos observar o crescimento elevado e constante da empresa familiar. Vinculado à este crescimento podemos relacionar inúmeras dificuldades encontradas no processo de sucessão encontrado por várias gerações, que por sua vez irão assumir um novo cargo, muitas vezes inesperado e na maioria dos casos de imediato.

Autores como Bernhoeft e Bornholdt destacam que a empresa familiar é uma das formas de organização econômicas mais antigas e existentes no mercado atual. E passou por muitas adaptações ao decorrer do tempo, mas suas particularidades não sofreram muitas mudanças, como os problemas e dificuldades encontradas no processo de sucessão continuam os mesmos.

Como qualquer processo de transição, o processo de sucessão familiar também encontra dificuldades na sua execução. Vários fatores levam esse procedimento a não se tornar uma simples mudança de cargo de chefia, podendo se destacar o processo como um ato delicado por envolver um grau de parentesco entre os gestores envolvidos na sua transição. Além da dificuldade encontrada no processo de transitório, destaca-se o vínculo psicológico que acompanha o mesmo. Devido não apenas envolver a atividade econômica, como também laços afetivos entre familiares. A escolha do sucessor é um fator chave no sucesso de uma empresa denominada familiar.

O valor da empresa familiar dentro do mercado econômico brasileiro, assim como a sua forma de gestão e as dificuldades contínuas encontradas e averiguadas no processo de sucessão, são os objetivos do desenvolvimento desta pesquisa.

2 GESTÃO FAMILIAR E O PROCESSO SUCESSÓRIO

O meio empresarial está repleto de instituições denominadas familiares, seja no mercado nacional ou internacional, com destaque por sua forma de gestão e na preparação dos sucessores.

Observa-se que empresa familiar não se trata apenas das instituições com uma estrutura formal, mas também de famílias que se dedicam a uma profissão, como por exemplo: a medicina, a advocacia e as engenharias. Nestes tipos de empreendimento são prezadas as tradições culturais, os termos econômicos, financeiros e sociais (RICCA, 2007).

2.1 Empresa Familiar

As empresas familiares são aquelas em que a família detém o controle da instituição, onde eles nomeiam ou participam diretamente da gestão. Qualquer geração pode estar no poder, desde que o controle acionário detenha a sucessão para um ou mais membros da família (MACEDO, 2009).

O conceito de empresa familiar se fundamenta em algumas características básicas, que de acordo com Bornholdt (2005, p. 34) são

> a) o controle acionário pertence a uma família e/ou a seus herdeiros;
> b) os laços familiares determinam a sucessão no poder;
> c) os parentes se encontram em posições estratégicas, como na diretoria ou no conselho de administração;
> d) as crenças e os valores da organização identificam-se com os da família;
> e) os atos dos membros da família repercutem na empresa, não importando se nela atuam;
> f) ausência da liberdade total ou parcial de vender suas participações/ quotas acumuladas ou herdadas na empresa;

Os determinantes para a classificação de uma empresa familiar estão fortemente ligados aos laços familiares, porém o aspecto familiar na forma de gestão também é um fator tão característico quanto o fato do capital financeiro pertencer a uma família ou grupo familiar.

Conforme afirma Donatti (1999, p. 59),

> É possível visualizar muitas vantagens numa empresa familiar. Uma delas é a lealdade dos empregados para com o empreendimento, o qual lhes pertence e deles dependerá para seguir em frente. Outra vantagem é a grande reputação do nome da família, o que pode ter grande influência no âmbito regional.

Porém, para Ricca (2007), alguns pontos fracos também são ressaltados,

como: dificuldade de transmitir o carisma para as futuras gerações, dificuldade de delegar tarefas, desacordos familiares, medo de inovar e correr riscos, incompatibilidade de personalidades, fracionamento do poder, conservadorismo e pouca inovação tecnológica.

Em um empreendimento familiar, é muito importante manter os valores e crenças, que precisam estar presentes na imagem do sucessor. Para que isto se torne, realmente uma vantagem, se o herdeiro demonstrar ser uma pessoa engajada com o negócio da família e, principalmente, um profissional de muita competência.

2.2 Modelo de Gestão

A gestão familiar, por ser arraigada em crenças e valores, pode representar vantagens competitivas em relação aos concorrentes que possuem um modelo de gestão formal. Na maioria dos casos o poder de decisão está concentrado nas mãos de uma só pessoa, escolhida e nomeada pela família.

Podemos destacar três vertentes dentro da gestão familiar, primeiro a empresa capitalista romântica, que na sua maioria das vezes são empresas literalmente mal geridas, no qual o gestor que está à frente não se preparou para assumir seu novo cargo e não tem experiência no mesmo. Segundo, empresas com conflitos internos familiares, deixando os funcionários inseguros e confusos perante a liderança da empresa. Terceiro, o mais relevante dos casos, aglomerados de pequenas e médias empresas que geram uma grande quantidade de empregos, sustentando economicamente vários países, não se atentando com os valores e costumes da geração anterior (BORNHOLDT; GALO, 2003).

O empreendimento familiar, não pode ser visto apenas como fonte enriquecimento da família. Os princípios e valores precisam estar presente no administrador, aliados a busca de conhecimento continuo. A escolha do tipo de gestão é um fator que pode ser determinando no sucesso do negócio.

Fritz (1993) afirma que para alcançar o êxito em seu empreendimento, o gestor precisa inicialmente definir um modelo para sua gestão. Modelo este, que irá conduzir a equipe de forma a atingir os objetivos propostos, sem deixar de lado os valores e crenças da organização (FRITZ, 1993). Pois de acordo com Bernhoeft (2001) os gestores, de forma consciente ou não, deixam sua forma de pensar e agir representar seu estilo de gestão, impactando na forma com que irá conduzir as atividades para alcançar as metas propostas. Eles precisam saber lidar bem com: a centralização e descentralização do poder, a delegação de tarefas, o comprometimento e a responsabilidade ao liderar sua equipe.

O novo gestor escolhido necessita por sua vez, buscar uma forma de gestão que não interfira no andamento da empresa e procure alcançar novos resultados dentro da mesma, procurar gerir de uma forma eficaz e competente, passando para sua nova equipe as verdadeiras metas a serem atingidas, observando que as melhorias sejam acompanhadas das tradições e costumes da geração anterior, podendo se manter as crenças da gestão empregada.
Segundo Macedo (2002, p. 06),

> Os processos de tomada de decisão são politizados e também influenciados pelos sistemas de valores por vários motivos: as situações são incertas e abertas a múltiplas interpretações, os objetivos são conflitantes, pouco claros e não podem ser atingidos simultaneamente, os interesses são divergentes, as preferências pessoais são inconsistentes e ambivalentes e as consequências das alternativas não são bem conhecidas.

O novo gestor ao assumir seu deferido cargo, deve buscar uma forma convincente e determinante para que suas novas decisões perante sua gestão sejam entendidas e consolidadas por sua equipe, não interferindo negativamente no andamento atual da empresa, podendo ser executada de uma forma sem que ocorram mudanças bruscas na mesma. Deve o mesmo deixar claro do poder cujo sua pessoa vai obter no novo cargo consolidado. Ainda estabelecendo quais objetivos e metas das atividades a serem empregadas e passando com clareza e transparência os prazos a serem obtidos. Consolidando um novo processo de gestão, sem grandes surpresas indesejadas e uma pequena visão do que se deseja ser alcançado, evitando que surjam fatores de risco para a mortalidade da empresa.

2.3 Conflitos entre Empresa e Família

As empresas familiares, quando comparadas com as demais organizações, demonstram fraquezas evidentes, como o conflito de interesses entre família e empresa, visto que todos os herdeiros legais estão aptos a se candidatar para assumir o poder na empresa, neste momento pode haver conflitos, atritos e brigas (FRITZ, 1993).

O fracasso de uma empresa familiar geralmente não está ligado ao mau funcionamento da sua gestão, mas sim a conflitos mal esclarecidos e atritos entre os sócios familiares envolvidos. Abaixo a figura 1 demonstra as principais fontes de conflito no processo de sucessão. Levantando pontos importantes de processo que necessitam ser discutidos com antecedência.

FONTES COMUNS DE CONFLITO

Sucessão

QUEM ficará encarregado?
QUANDO acontecerá?
COMO ocorrerá?

Participação

QUEM pode/não pode fazer parte da empresa?
QUANDO não podem mais entrar?
COMO você determina autoridade?
QUE preparação é necessária?
E se não funcionar?

Remuneração

QUEM pode possuir ações?
COMO você avalia e paga membros da família?

Responsabilidade

E se houver divórcio?
QUE responsabilidade você tem em relação à comunidade?
QUE responsabilidade você tem em relação a empregados mais antigos?
QUE responsabilidade você tem em relação a outros membros da família?

Fonte: COHN, 1991.
Figura 1 – Fontes Comuns de Conflito

Na busca por tentar amenizar as dificuldades encontradas no processo sucessório, algumas medidas podem ser tomadas. O herdeiro precisa trabalhar na empresa, por muito tempo antes de assumir e de forma a conhecer todas as atividades desenvolvidas na empresa. Ou, também, o herdeiro pode trabalhar por um tempo fora do empreendimento da família, na busca de demonstrar se tem ou não as habilidades e qualidades necessárias para merecer seu espaço profissional (COHN, 1991).

A disputa por poder entre os possíveis herdeiros da família pode acabar gerando o desequilíbrio financeiro da empresa, pois pode haver falta de capital, má condução das decisões financeira e até mesmo nepotismo. A definição de um sucessor e seu preparo, assim como e quando acontecerá a sucessão, como deve ser feita a remuneração e qual a responsabilidade e o poder dos membros

da família, são providências que podem ser tomadas em reuniões familiares (semelhantes as reuniões de Conselho) para que as decisões sejam acordadas entre pais, filhos e cônjuges.

2.4 O Processo Sucessório

A sucessão, no contexto de gestão familiar, representa a continuação do nome da família e da estruturação do patrimônio, trata-se da história de vida e transmissão de valores e crenças ao longo das gerações. Estima-se que essa forma de organização seja o primeiro empreendimento privado no Brasil, e a empresa familiar seja responsável pelo crescimento do país como agroexportador, levando em questão que o processo de sucessão foi o fator determinante para o sucesso dessa atividade dentro da empresa familiar e na economia brasileira.

Em uma empresa familiar, podemos destacar que no mínimo a gestão deve-se ter passado por duas gerações, tendo como um ideal a conservar uma empresa certa e o sucesso do fundador da mesma, numa visão que compense a levar essa empresa à diante.

De acordo com Bernhoeft (1989, p. 23)

> O processo sucessório na empresa familiar é assunto relevante e ao mesmo tempo delicado. Não pode ser tratado apenas sob os aspectos puramente lógicos da administração, pois envolve pontos afetivos e emocionais, relacionados com a própria estrutura familiar. Existem seis pontos focais fundamentais que devem ser encarados para que esse processo não comprometa a sobrevivência da empresa. São eles: o sucedido, o sucessor, a organização, a família, o mercado e a comunidade.

Esse processo se inicia com a substituição do fundador do empreendimento, onde um novo gestor dará continuidade na liderança da empresa com enfoques e estilo diferente. É possível afirmar, que cabe ao sucedido preparar as regras e planejar a gestão, antes que esta se faça obrigatória por lei, o que pode afetar a família e todos os envolvidos à organização.

Assim como em qualquer processo sucessório, vamos encontrar no processo de sucessão familiar, os pontos positivos e também vamos ter vários pontos negativos, devido envolver laços afetivos e emocionais, que buscam interesses particulares para a manutenção do patrimônio da família, geralmente encadeados por conflitos entre os parentes envolvidos na sociedade da empresa. No processo sucessório a fundamental razão para a fragilidade do sucesso dos negócios é a família (BERNHOEFT, 1989).

Cabe ao gestor saber o momento certo para começar a preparação do seu sucessor, que irá dar prosseguimento ao empreendimento. Passando

todos os seus conhecimentos e lhe mostrando a realidade em que se encontra a empresa no atual momento, assim como as expectativas para o futuro da mesma. Além de preparar, é muito importante motivar o futuro encarregado a levar o empreendimento à diante, visando não apenas seguir os costumes e tradições da família, mas também o crescimento profissional do próprio.

A sucessão necessita de planejamento, pois não deve ser um acontecimento inesperado. Este processo pode levar muitos anos e pode facilitar a transferência de poder e na nova administração. É importante estudar o modelo de gestão utilizado visando a continuidade da organização (COHN, 1991).

Qualquer forma de organização que seja antecipadamente planejada, onde seus futuros gestores sejam anteriormente preparados, treinados e qualificados para admitir o cargo, levará ao possível sucesso do empreendimento, não ficando diferente na empresa familiar. Para o sucesso desta gestão para o sucessor, além de preparado antecipadamente, é necessário que sua eleição tenha sido de forma justa e, principalmente, sem criar discórdias e tumultos. Vale ressaltar que todos os sócios envolvidos estejam cientes se possível anteriormente da nova sucessão, assim como o novo gestor seja avisado antecipadamente da data prevista para ele assumir o cargo, evitando que essa transição precise ocorrer de forma rápida e súbita.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo é a pesquisa bibliográfica, que procura, através de referencial teórico publicado em artigos, livros, dissertações e teses, explicar um determinado problema buscando analisar a contribuição cultural e científica sobre o assunto (MARCONI; LAKATOS, 2005). Após a fundamentação teórica foi realizado um estudo de caso, que para Gonsalves (2003, p. 67) “ao realizar um exame minucioso de uma experiência, objetiva colaborar na tomada de decisões sobre o problema estudado, indicando as possibilidades para sua modificação”.

Os dados para a pesquisa foram coletados através de entrevista realizada com os proprietários da Empresa Rio Verde, a família Amorim, em 12 de julho de 2014. Instituição escolhida por ser de propriedade de familiares de uma das autoras.

3.1 Caracterização da Empresa

A Empresa Rio Verde teve o início de suas atividades em outubro do ano de 2010, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. Tem como atividade principal

a fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico, além do comercio varejista de artigos de vestuário, acessórios, cama, mesa e banho.

Trata-se uma organização que conta uma gestão familiar, administrada por Neurami Gomes de Amorim e Francisca Gomes Vieira, o casal fundador da empresa. Junto a eles, o filho Nakston Nayron Castro de Amorim, atua nas vendas e supervisão de entrega das mercadorias comercializadas. A Empresa conta ainda com 15 funcionários.

A Rio Verde conta com uma estrutura física de 672m², ocupados em 80% com as mercadorias comercializadas. Há ainda, o escritório e um refeitório onde todos fazem suas refeições juntos, sendo: café da manhã, almoço e lanche da tarde, proporcionando momentos de confraternização e descontração diária.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Empresa Rio Verde, objeto deste estudo, realiza de uma forma bastante natural a preparação do sucessor que irá gerir o negócio da família. O Sr. Neurami, o atual gestor da empresa, mesmo sendo deficiente visual desde a infância, sempre acompanhou os negócios do pequeno comércio de propriedade de seus pais. Deu início a sua carreira como autônomo na cidade de Rio Verde-GO, vendendo mercadorias à domicilio, após 09 anos de trabalho abriu sua loja e começou a trabalhar junto à sua esposa, e há 07 anos transferiu seu empreendimento para Fortaleza-CE, onde conta com uma grande estrutura e passou a ter vários funcionários. O aprendizado na empresa de sua família contribuiu para torná-lo um empresário de sucesso, que possui mais de 29 anos de experiência em gestão e multiplica a cada ano o patrimônio da família.

A Srª. Francisca faz parte da gestão da instituição, sendo responsável pelo departamento financeiro e a administração de recursos humanos. Há mais de 20 anos trabalha com afinco junto ao seu esposo em busca do bom desempenho dos negócios de sua família. Está sempre em busca de atualização, realizando cursos que a auxiliem nas tomadas de decisão.

Os gestores já preparam um sucessor, o filho Nakston, que assim como o pai cresceu convivendo com os negócios da família. Esta escolha não foi imposta por nenhuma das partes, surgiu de forma natural. O jovem cursou a graduação em Administração de Empresas e procura aliar seus conhecimentos teóricos à vivência no ambiente empresarial.

A família tem plena consciência de que é necessário que um sucessor seja preparado para dar continuidade aos negócios. A escolha não gerou conflitos, pois trata-se do único filho do casal. Eles acreditam que o momento de transição de poder não se dá apenas por fatos trágicos, mas há a possibilidade

de que um dos gestores venha a demonstrar interesse por desenvolver novos projetos, inclusive para realização pessoal, e para que isto ocorra a empresa precisa continuar funcionando bem e ter um sucessor preparado para assumir a qualquer momento que necessário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas familiares têm demonstrado grande importância na economia, não só brasileira, mas também mundial, sendo uma grande fonte de geração de emprego. Diante sua importância no mercado, surge a necessidade de se identificar o modelo de gestão e preparar um sucessor para conduzir os negócios.

Esta pesquisa estudou a Empresa Rio Verde, identificando as características de gestão e a preocupação em preparar o sucessor da organização. Os resultados obtidos através da entrevista mostram que há uma preocupação em orientar o sucessor, como sugere a literatura, permanecendo os valores e princípios da atual gestão.

A organização estudada passou por períodos de crescimento e evolução, com as conquistas do atual gestor, que não deixou que sua deficiência visual se torna-se obstáculo para a expansão do comércio, que há 07 anos passou por uma grande mudança na localização e amplitude de negócios realizados.

Não houve dificuldade para definição do sucessor, visto que trata-se do único filho do casal, que sempre trabalhou na empresa da família e tem focado seus estudos na área de gestão. Alguns conflitos familiares surgiram durante o processo de preparação do sucessor, mas segundo a família trazem crescimento e amadurecimento para a relação familiar e no desempenho dos negócios.

Os resultados obtidos com este estudo não fugiram à explicação tradicional sobre o preparo de sucessores. No entanto, para aprimorar a abrangência da extensão que abrange o tema sucessão na empresa familiar, outros estudos precisam ser elaborados com a finalidade de mostrar que o planejamento da mudança de gestores pode evitar desgastes emocionais entre a família e riscos para as empresas.

REFERÊNCIAS

BERNHOEFT, Renato. **Empresa Familiar: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. **Como criar, manter e sair de uma sociedade familiar: sem brigar.** 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

BORNHOLDT, Werner. **Governança na empresa familiar: implementação e prática.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

_____; GALLO, Miguel. **Governança na empresa familiar: poder, gestão e sucessão.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

COHN, Mike. **Passando a tocha: como conduzir e resolver os problemas de sucessão familiar.** São Paulo: Makron Books, 1991.

DONATTI, Lívia. **Empresa familiar: a empresa familiar em um âmbito global. Caderno de Pesquisas em Administração.** São Paulo, janeiro a março de 1999, p. 56-63.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica.** 3. ed. São Paulo: Alínea, 2003.

FRITZ, Roger. **Empresa familiar: a sustentação da visão, dos objetivos e da atuação empreendedora.** São Paulo: Makron Books, 1993.

MACEDO, José Ferreira de. **Sucessão na empresa familiar: teoria e prática.** São Paulo: Nobel, 2009.

MACÊDO, Kátia Barbosa. **Cultura, Poder e Decisão na Organização Familiar Brasileira**. RAE Eletrônica (FGV-EAESP). São Paulo, janeiro a junho de 2002, p. 1-12.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RICCA, Domingos. **Sucessão na empresa familiar: conflitos e soluções.** São Paulo: Cla Editora, 2007.

PÓS-VENDA E FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE EM UMA EMPRESA NO RAMO DE PNEUS EM RIO VERDE – GO

Jéssyca Almeida Cavenag
Aluna do curso de Graduação em Administração da FAR. E-mail: jessyca15cavenag@gmail.com.

Renata Ferreira Chavaglia
Professora do Curso de Administração e Coordenadora do NICOM da FAR Graduada em Tecnologia de Agronegócio e Especialização em Gestão Estratégica Empresarial pela Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: renata_chavaglia@hotmail.com.

RESUMO : O presente estudo aborda o pós-venda e fidelização do cliente como uma ferramenta como diferencial competitivo. O pós - venda é um instrumento do marketing de relacionamento indispensável ao desenvolvimento no mercado e as organizações que possuem esse serviço acabam se destacando no mundo empresarial. Ao longo do trabalho será possível perceber que o consumidor está à frente de qualquer negócio, com o alto nível da concorrência na atualidade. As empresas buscam, cada vez mais, melhorar a qualidade de seus produtos e/ou serviços, desta forma o pós-venda torna-se indispensável para qualquer organização. Assim o objetivo desse estudo é apresentar como é possível a fidelização do cliente com a cultura da pós-venda na empresa no ramo de pneus e transformá-la mais competitiva. Como suporte teórico foi apresentado Kotler (2000, 2004, 2006); Las Casas (2006); Bogmann (2002) entre outros. O trabalho se justifica por contribuir com o entendimento sobre o pós-venda e para futuras pesquisas que contemplam esse assunto. Conclui-se que o pós-venda, de fato, é uma estratégia de marketing que colabora com o crescimento da empresa, uma vez que há a satisfação e fidelização do cliente.

Palavras-chave: Pós-Venda. Fidelização. Marketing de Relacionamento.

POST-SALES AND CUSTOMER LOYALTY IN A COMPANY IN THE TIRES RANGE IN RIO VERDE-GO

ABSTRACT : The present study addresses the post - sale and customer loyalty as a tool as a competitive differential. After sales is an indispensable relationship marketing tool for development in the market and the organizations that have this service end up standing out in the business world. Throughout the work will be possible to realize that the consumer is ahead of any business, with the high level of the competition in the actuality. Companies increasingly seek to improve the quality of their products and / or services, so after sales becomes indispensable for any organization. Thus, the objective of this study is to present how customer loyalty is possible with the after-sales culture of the company in the field of tires and to make it more competitive. As theoretical support was presented Kotler (2000, 2004, 2006); Las Casas (2006); Bogmann (2002) among others. The work is justified by contributing with the understanding about the after-sale and for future researches that contemplate this subject. It is concluded that after-sales, in fact, is a marketing strategy that contributes to the growth of the company, since there is satisfaction and customer loyalty.

Key words: After sales. Loyalty. Marketing of relationship

1 INTRODUÇÃO

O marketing está como um todo nas atividades humanas no mundo e na sua atualidade, mostrando no mercado muita importância como nunca visto antes. Esse é um tema que na atualidade tem alcançado cada vez mais atenção da área administrativa das empresas, percebendo como o pós- venda e fidelização do cliente pode contribuir para melhorar o crescimento da empresa. Com a fidelização do cliente ele mesmo pode fazer o marketing da empresa, atraindo novos clientes e, também, fazer uma consultoria de graça, dando idéias de produtos e serviços para um melhor atendimento da empresa

O pós-venda possibilita a empresa manter a disponibilização, o suporte e a atenção necessária às reclamações e manter um vínculo com o cliente, e a partir desse pós-venda percebe-se que manter clientes fixos custa muito menos do que investir em novos, o que permite uma política de fidelização.

Este trabalho tem por objetivo alcançar o sucesso da empresa através da satisfação e fidelização do cliente, com o a cultura da pós-venda na empresa de pneus da cidade de Rio Verde – Goiás, na tentativa de fazer com que a mesma se torne mais competitiva.

Evidencia-se que o capital humano é um fator principal para as organizações de modo geral que se destaca e concorre com a competência e não apenas objetivando o lucro.

O trabalho proposto divide-se em: pós-venda; marketing de relacionamento; procedimentos metodológicos e, por fim, resultados e discussões.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Pós-venda

A gestão estratégica de clientes está relacionada com a forma que a organização se relaciona com seus clientes, reconhecendo seus valores frente aos negócios, buscando fazer um padrão de atendimento com qualidade e melhor satisfação no relacionamento.

Segundo Vavra (1993), o pós-venda tem como objetivo manter o cliente sempre fiel, em vez de procurar um novo concorrente. O pós-venda conquista os clientes pelos produtos e serviços, deixando o cliente satisfeito após a compra.

De acordo com Dias (2003, p.7), “o marketing de fidelização ou retenção é o primeiro nível do marketing de relacionamento”, ou seja, o marketing é um

instrumento necessário para que o cliente conheça a empresa.

Segundo Bogmann (2000) cliente presente é o cliente fiel que sempre mantém um vínculo com a empresa e sempre voltará a organização na intenção de fazer uma nova compra, por estar satisfeito com a compra ou com o serviço da organização.

A satisfação do cliente é a área mais importante para as organizações, porque caso os clientes não se sintam satisfeitos não comprarão, e se eles não comprarem a organização deixa de lucrar e, consequentemente, isso é uma consequência de fatos que poderão definir o futuro da empresa (KOTLER, 1998).

A empresa que foca em aumentar a satisfação do cliente focado na pós-venda, que também é um marketing, certamente terá retorno por entender que isso é usado como ferramenta de trabalho na captação e fidelização de cliente. Kotler e Keller (2006) argumenta que as empresas que estão centradas em seu cliente busca criar o nível maior possível de satisfação, e essa é uma meta principal.

2.2 A Pós-venda e suas ferramentas

O cliente é o fator-chave de qualquer negócio para o sucesso e sua lealdade em relação à compra é base para que a empresa se mantenha no mercado. As marcas cada dia que passa precisa ser mais competitivas, uma vez que a concorrência está em alta e clientes mais exigentes.

Eles querem muito mais que um bom preço ou um produto de qualidade, querem envolvimento da empresa durante o seu consumo, comportamento ético e claro, satisfação garantida, mas muitas empresas desconhecem a necessidade de utilizar ferramentas para fidelização de seus clientes, com isso perdem lugar para outras mais competitivas.

Bogmann (2000) defende que o marketing se enfraquecerá se o produto não for de qualidade, uma vez que a fidelização do cliente dependerá, principalmente, de um produto de boa qualidade.

Segundo Vavra (1993), a maior garantia que o pós-venda tem é de que os clientes atuais comprarão grandes quantidades de produtos da mesma empresa, ao invés de procurarem o concorrente quando precisarem de tais produtos. Para o autor os esforços em relação à pós-venda ajudam na satisfação dos clientes pelos produtos ou serviços da organização.

“Rosa (2004, p.37) aponta que a empresa, através do telemarketing, conhecerá e manterá contato com seus clientes, e também, poderá comunicar benefícios e vantagens adicionais aos seus clientes efetivos e ainda permanecerá no mercado de competitivamente”. O autor explica que além do grande valor

para a satisfação de seus clientes, a empresa adquire várias informações que se bem aproveitadas darão origens às mudanças e melhorias na empresa em relação aos seus produtos.

Keller e kotler (2006, p.153) explicam que o maior desafio das empresas na atualidade é conquistar clientes fiéis, pois os clientes de hoje são mais difíceis de agradar, “mais inteligentes, conscientes em relação aos preços exigentes, perdoam menos e são abordados por mais concorrentes, com ofertas iguais ou superiores”.

A partir disso, percebe-se, segundo Nickels e Wood (1999, p. 380) que “é aqui que a capacidade de ouvir é especialmente importante, juntamente com a pesquisa para explorar os problemas, situações e expectativas dos clientes potenciais”.

Segundo Kotler e Ketler (2006), as empresas que são totalmente focadas na satisfação de seus clientes como meta na ferramenta de marketing têm melhores resultados, ou seja, as empresas precisam se preocupar com o grau de satisfação do cliente, porque a evolução de redes sociais proporciona aos consumidores a expor suas ideias, reclamações e elogios para o mundo inteiro.

2.3 Fidelização do cliente

Os autores defendem que é preciso considerar fidelidade como uma estratégia, e que sua prioridade demonstra que a empresa tem um cuidado especial com o cliente nesse processo, com isso o objetivo da empresa é agregar valores e não apenas produtos e serviços.

Fidelização de clientes não é nada mais que gerenciar e criar valores, o principal objetivo da fidelização é reter seus clientes, evitando que migrem para a concorrência.

Las Casas (2006) aponta que a fidelização dos clientes de uma empresa está relacionada com o produto e serviços que adquirem, se a empresa se empenhar nesse objetivo o cliente se tornará fiel. Dessa forma, a fidelização é fazer com que o cliente se sinta em um ambiente prazeroso, satisfeito e com experiências positivas, que se envolva e gere lucros para a empresa.

Quando o atendimento e os serviços prestados aos clientes são adequados a empresa consegue desenvolver uma relação de longo prazo, isso é uma ferramenta de grande diferenciação e de vantagem para a concorrência. Bogmann (2002, p.28) destaca que:

> Um programa de fidelização implica o uso de várias ferramentas promocionais, mas não pode ser confundido com elas. Os programas de fidelização são ações contínuas como tudo em um relacionamento

permanente e que recompensa os seguidores fiéis.

A Fidelização, como o autor defende, engloba vários fatores de ações que devem ser pensados de acordo não apenas com a política da empresa, mas, principalmente, com a satisfação do cliente, isso colabora com o sucesso do marketing.

Ainda em Bogmann (2002, p.21) o "cliente fiel é aquele que está envolvido, presente, não muda de fornecedor e mantém consumo freqüente", e, também, a maioria prefere consumir em um determinado lugar. A satisfação e fidelização do cliente faz com que ele recomende o produto para familiares e amigos.

Para Kotler e Keller (2006) fidelizar um cliente significa fazer com que ele consuma o maior número de produto, por maior tempo possível e mantê-lo satisfeito, apresentando qualidade e um bom serviço.

"Para Gronroos e Kotler (2004, p.85), dentro das empresas é preciso definir qualidade do produto, como os clientes exigem, caso contrário a empresa pode cair no erro sobre os programas de qualidade e investir mal o dinheiro e o tempo". Deve-se sempre lembrar que o que conta é a qualidade exigida pelo cliente.

O valor percebido pelo cliente está calculado na avaliação entre o que o cliente potencial adquire de todos os valores agregado a um produto ou serviço. O segredo para gerar um nível grande de fidelidade é mostrar um alto valor para o cliente, o valor percebido é fundamento notável que muda situações e proporciona ensinamentos (KOTLER E KELLER, 2006).

2.4 Marketing de relacionamento

"Marketing é entendido como o processo social e gerencial através do qual os indivíduos e grupos obtêm aquilo de que necessitam e que desejam, criando trocando produtos e valores com outros (KOTLER, 2000, p.3)". A necessidade do marketing é conquistar e, principalmente, transformar clientes leais de empresas e instituições, desenvolvendo marketing de relacionamento.

O marketing de relacionamento, ainda em Kotler 2000, visa manter um relacionamento com os clientes, não apenas para conquistá-los, mas para mantê-los em seu negócio e é uma área fundamental capaz de detectar os desejos e necessidades do público alvo.

É fundamental destacar para que as organizações cresçam é necessário o aumento do valor oferecido, pois os produtos são lançados e aperfeiçoados diariamente, e o diferencial está no relacionamento estabelecido entre a empresa e seu mercado consumidor.

Segundo Kotler e Keller (2006) o principal objetivo do marketing, é cada vez mais, conservar relacionamentos duradouros com todas as pessoas e organizações, sendo direta ou indiretamente e tem como meta construir relacionamentos satisfatórios e de prazo longo, sendo clientes, fornecedores e entre outros parceiros de marketing, sendo assim conquistar ou manter negócios.

Kotler e Keller (2006) aponta que o fator chave é o marketing de relacionamento em estratégias no atendimento e na gestão de relacionamento entre a organização e seus clientes, com o objetivo de proporcionar melhor valor da marca e manter um relacionamento, promovendo melhor satisfação.

De acordo com Crocco (2006), a definição de marketing de relacionamento visa o desenvolvimento de relacionamentos com a sua clientela e empresas, conseguindo a satisfação e a lealdade de longo prazo. O marketing tem dado ênfase às organizações e aos relacionamentos com clientes e fornecedores, tendo uma aproximação a fim de alcançar suas expectativas e desejos, e possui um papel fundamental para o sucesso das organizações (KOTLER, 2005).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, o problema proposto apresentado neste estudo de caso foi realizar uma pesquisa bibliográfica em diversas obras de diversos autores que serviram para o embasamento da análise dos dados. Com o objetivo de cumprir a carga horária de 400 horas de estágio obrigatório necessário para a conclusão do curso de Administração.

Conforme Yin (2001), o estudo de caso é um método de pesquisa que compreende uma técnica que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

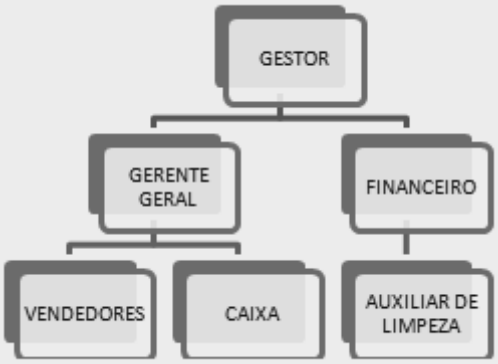
Percebendo-se a necessidade de buscar conhecimentos, a fim de obter-se sucesso profissional e pessoal o objetivo por ter escolhido o devido tema é pela sua importância e aos benefícios que poderão ser alcançados através de informações vivenciadas e coletadas pela estagiária.

Como estratégia e aprendizagem para a realização da proposta pesquisa foram selecionados quinze clientes da empresa Ricardo Pneus Ltda, da cidade de Rio Verde, com o contato via telefone ou presencial, os quais responderam seis perguntas sobre o pós-venda prestado, sendo essas com respostas sempre, nunca, às vezes, ruim, bom, regular, ótimo, sim e não para a avaliação da prestação do pós-venda. Em seguida essas respostas foram analisadas, a fim de avaliar a partir do pós-venda a satisfação e desejos desses clientes.

3.1 Caracterização da empresa

O estudo foi realizado na empresa Ricardo Pneus Ltda. situada na Avenida Pauzanes de Carvalho n° 171 – Setor Pauzanes – Rio Verde, Goiás, CEP 75903-060. A empresa Ricardo Pneus Ltda. é uma empresa em atuação desde 2004 para satisfazer a demanda de componentes para o comércio de pneus. Os serviços da empresa são distribuídos em clientes de Rio Verde, região e diversos estados, como segmentos diferentes, tanto quanto agrícola, transporte e carga. Dentre esses serviços são oferecidos o de comércio a varejo de pneumáticos, câmaras de ar, serviços de borracharia para veículos automotores, comércio e varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.

A empresa Ricardo Pneus Ltda. por ser de pequeno porte, conta hoje com oito funcionários e um sócio. A maioria dos colaboradores possui escolaridade a partir do ensino superior incompleto.



FONTE: Elaborado pela autora, 2017.
FIGURA 1 – Organograma Ricardo Pneus Ltda

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a análise de dados obtidos através da pesquisa, pode-se afirmar que ainda existem algumas empresas preocupadas em conquistar seus clientes, ressaltando a importância de alcançar o sucesso da empresa através da satisfação desses. Isso revela que uma boa gestão em qualquer organização, seja ela de pequeno, médio ou grande porte pode fazer com que o cliente passe a ser fiel.

Com informações adquiridas na empresa Ricardo Pneus Ltda. sendo diretamente dos clientes, através de pesquisa, foi apurada a importância de alcançar o sucesso da empresa através da satisfação do cliente para que os objetivos da empresa sejam alcançados e para que se possam obter resultados satisfatórios.

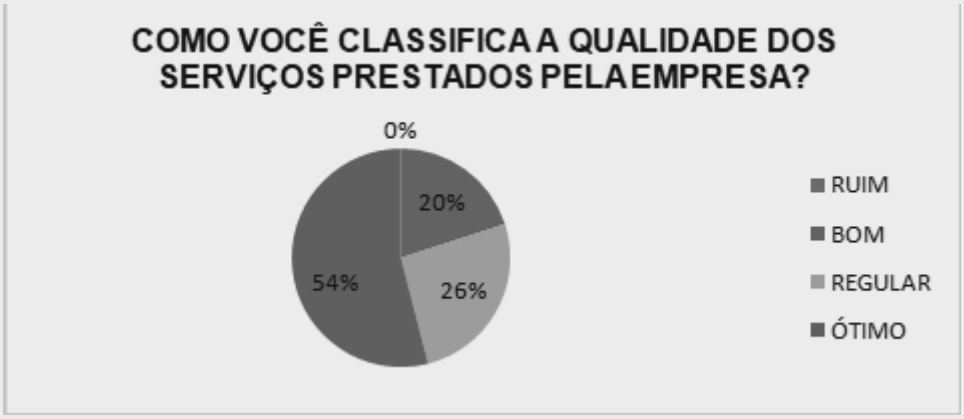
A partir das respostas obtidas através do questionário, no qual era composto de questões fechadas, referentes à satisfação dos clientes da empresa

houve a certeza de que o pós-venda da empresa acontece de forma positiva.

Os resultados da pesquisa realizada com os entrevistados, vista nos gráficos abaixo, mostraram em porcentagem se a empresa trabalha com o marketing de relacionamento de forma consciente, a fim de buscar a satisfação e desejos dos mesmos.

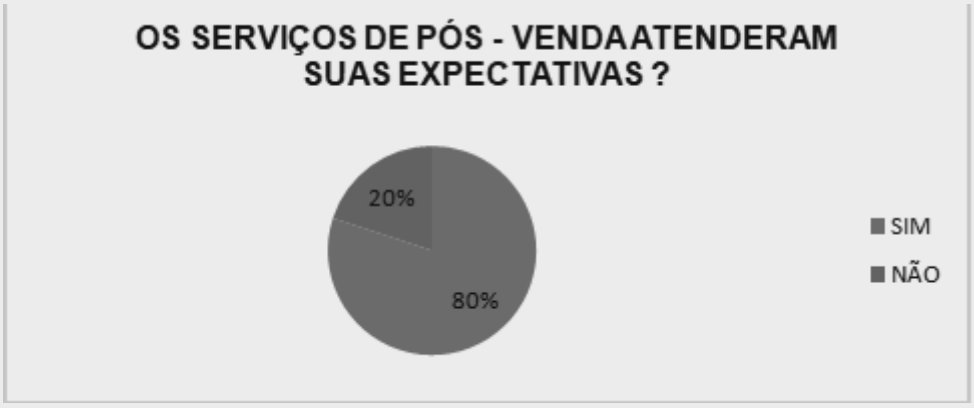
FONTE: Elaborado pela autora, 2017
Figura 2 – Gráfico: Quando o Sr/Sra. Compra na empresa Ricardo Pneus

Verifica-se no gráfico 01 que 74% de clientes responderam que compram sempre na empresa, mostrando que encontra o melhor atendimento e de boa qualidade, e 26% responderam às vezes.



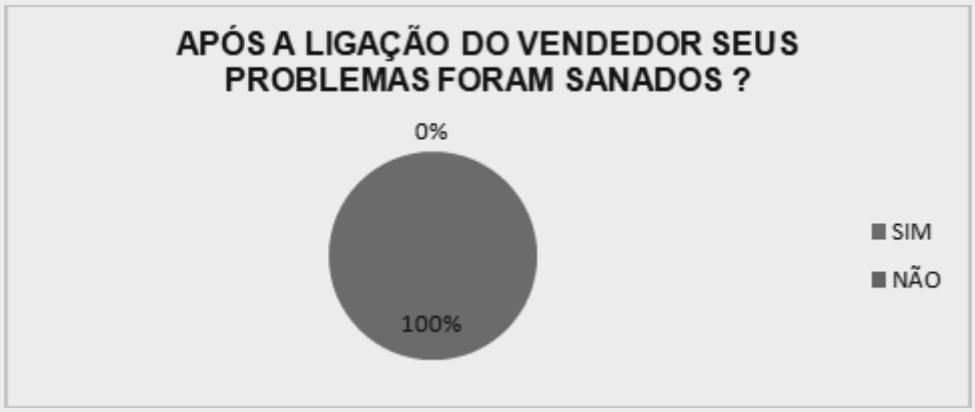
FONTE: Elaborado pela autora, 2017
Figura 3 – Gráfico: Como você classifica a qualidade dos serviços prestados pela empresa

Quanto à classificação da qualidade dos serviços prestados, a grande maioria dos clientes se mostrou satisfeita, sendo que 54% afirmaram que estava ótimo, 20% acharam que estava bom, 26% opinaram que estava regular, e nenhum desses opinaram que a qualidade do serviço estava ruim.



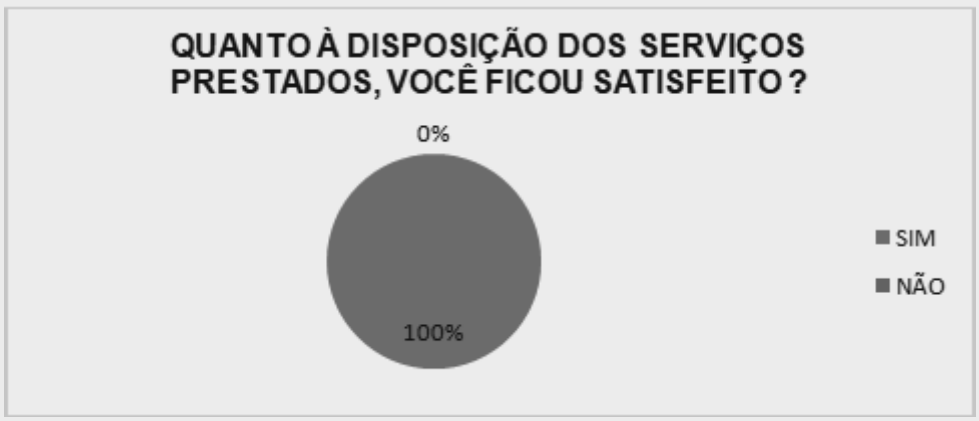
FONTE: Elaborado pela autora, 2017.
Figura 4 – Gráfico: Os serviços de pós – venda atenderam suas expectativas

Em relação aos serviços de pós–venda, obtiveram-se os seguintes resultados ao questionar se o cliente ao necessitar do serviço foi resolvido. Do total de entrevistados, 80% afirmaram ter sido bem atendido e apenas 20% não tiveram suas expectativas atendidas.



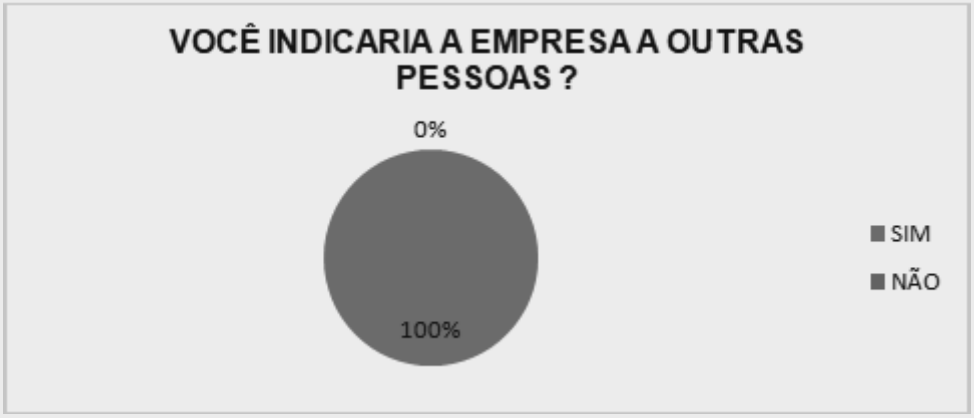
FONTE: Elaborado pela autora, 2017.
Figura 5 – Gráfico: Após a ligação do vendedor seus problemas foram sanados

Em relação à ligação do vendedor para os clientes referente aos problemas proposto 100% responderam que foram resolvidos.



FONTE: Elaborado pelo autor. 2017.
Figura 6 – Gráfico: Quanto à disposição dos serviços prestados, você ficou satisfeito.

Quanto aos serviços prestados, 100% dos entrevistados responderam que ficaram satisfeitos.



FONTE: Elaborado pela autora, 2017.
Figura 7 – Gráfico: Você indicaria a empresa a outras pessoas.

Dos 15 entrevistados, 100% responderam que indicariam a empresa para outras pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da teoria e análise sobre o pós-venda realizado na empresa de pneus em Rio Verde, percebe-se que é evidente que o que influência e fidelizam o consumidor na hora da compra já não é somente o preço percebido como justo e a qualidade dos produtos oferecidos pela empresa, mas também a satisfação em comprar num local que lhe ofereça a mesma qualidade de atendimento após a compra ter sido efetuado, ou seja, o pós-venda.

O pós-venda como ferramenta do marketing de relacionamento mostra que é mais fácil reter os clientes que já estão na base do que conquistar novos clientes, e, consequentemente, a fidelização acontecerá, oferecendo maior segurança, redução de custos e retrabalho.

Os dados coletados na pesquisa foram analisados e tabulados, mostrando que a população de clientes entrevistada apresenta alto grau de satisfação com os serviços prestados pela empresa, principalmente aqueles que precisaram dos serviços prestados no pós-venda, mostraram-se bastante satisfeitos. Entretanto, esses dados não esgotam o assunto e tampouco impedem que novas pesquisas de satisfação possam ser realizadas, buscando constantemente melhorar a excelência na prestação de serviços.

REFERÊNCIAS

BOGMANN, Itzhak Meir. **Marketing de relacionamento: estratégias de fidelização e suas implicações financeiras**. SÃO Paulo: Nobel, 2000.

_____. **Marketing de relacionamento.** São Paulo: Noel. 2002.

CROCCO, L. **Marketing: perspectivas e tendências**. SP: Saraiva. 2006.

DIAS, Sergio R. **Gestão de Marketing.** São Paulo, 2003

GRONROOS, C. KOTLER, P. **Administração de marketing nas organizações.** Rio De Janeiro: Campus, 2004.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing.** 12. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

_____. **Administração de Marketing: A Edição do novo milênio.** 10. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

_____. **Administração de Marketing: analise, planejamento, implementação e controle.** 5. Ed. São Paulo: Altas, 1998.

KOTLER PHILIP. **Administração em marketing: a edição do novo milênio.** SP: Prentice Hall, 2005.

LAS CASAS, A.L. **Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos.** São Paulo: Atlas. 2006.

NICKELS, G. Willian; WOOD, B. Marian.Marketing. **Relacionamentos, Qualidade, Valor**. Rio de Janeiro: Livrostécnicos e Científicos. AS, 1999.

ROSA, Silvana Goulart. Machado. **O poder do pós venda.** 2. Ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2004.

VAVRA, Terriz. G. **Marketing de relacionamento aftermarketing**. São Paulo: Atlas, 1993.

YIN, Roberto K. **Estudode caso: planejamento e métodos**. 2 Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

O NOVO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO

Luciane Carvalho de Castro Guimarães
Mestranda em Educação Holística. Graduada em Letras Modernas. Especialista em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patrocínio-MG.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo relacionar o Novo Ensino Médio para a identidade do educando. As novas mudanças vão de encontro ao que fomenta a ação de valores quanto ao desempenho do aluno nas diferentes situações para o princípio de uma formação técnica e outros fatores que agregam as diversas situações que favorecem e abrangem um novo olhar em relação ao Ensino Médio, para que associam as mudanças e atendam as necessidades do homem na sociedade. Os cursos de formação do educando propiciam e estabelecem o que de fato acompanha e torna evidente a interação do discente com as atividades do seu cotidiano. As medidas adotadas na educação já consistem num processo de mudança há anos, que buscam fazer a diferença e considera-se primordial na conquista de novos horizontes, para adequarem as transformações a serem tomadas em relação ao processo educacional. Portanto, o Novo Ensino Médio encontra-se pautado nas diretrizes e princípios de formação do aluno em novos paradigmas a serem seguidos. Por isso, precisa de intervenções e melhoria na valorização do docente e qualidade do ensino para galgar dias vindouros melhores.

Palavras-chave: Educação. Aprendizagem. Realidade. Professor-aluno.

ABSTRACT: This article aims to relate the New High School to the identity of the student. The new changes go against what fosters the action of values regarding the performance of the student in the different situations for the principle of a technical formation and other factors that add the diverse situations that favor and embrace a new look in relation to the High School, to which associate the changes and meet the needs of man in society. The student's training courses provide and establish what actually accompanies and makes evident the interaction of the student with the activities of his daily life. The measures adopted in education have already been a process of change for years, which seek to make a difference and consider it to be primordial in the conquest of new horizons, to adapt the changes to be made in relation to the educational process. Therefore, the New High School is based on the guidelines and principles of student training in new paradigms to be followed. Therefore, it needs interventions and improvement in teacher appreciation and quality of teaching to improve better days ahead.

Key-words: Education. Learning. Reality. Teacher Student.

1 INTRODUÇÃO

Diante de toda análise da conjuntura do ensino atual, faz se necessário mudanças cabíveis aos paradigmas que pautam a educação brasileira, mas com discussões e opiniões dos profissionais da educação para uma interação maior

da vivência e a realidade da sala de aula e não um retrocesso na nossa história da educação imposto de maneira autoritária como se tivéssemos retrocedendo em períodos que a gente não gosta de lembrar como da ditadura, onde a proposição tem validade sem qualquer tipo de diálogo para fazer uma repaginação do ensino dos anos anteriores e dizer “Novo Ensino Médio”.

Do ponto de vista político governamental a Medida Provisória (MP) carece de sustentação e desvio de atenção para a mídia, porque paralelo ao que se propõe no Congresso, temos a PEC 55 (antes 241) que congelará os investimentos na educação por vários anos. Assim, considera-se problemática, a escala de implementação das escolas por tempo integral colocadas no texto, sendo um dos grandes desafios em tornar o ensino mais atraente. Esse tem sido um dos argumentos do MEC na defesa da MP. Atualmente 38% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos terminam o Ensino Médio no Brasil, sendo 13 milhões de jovens entre 15 e 17 anos abandonaram a escola e estão no mercado informal ou criminalidade. Assim fica o questionamento se esse jovem voltará a estudar na escola integral? Pois a evasão noturna existe, devido a conjuntura econômica da própria sociedade brasileira, onde um em cada três alunos estudam à noite e a proposta não faz menção nenhuma e sim ao ensino médio integral. Outro problema sério é o déficit de professores e a desvalorização salarial. Também não esclarece se esses alunos terão algum tipo de auxílio ou bolsa, pois as classes mais baixas e que frequentam o período noturno, segundo pesquisas (CENPEC-Centro de Estudos e Pesquisa em Educação), comparando o sistema educacional de quatro estados de tempo integral são ocupados predominantemente por jovens com maior poder aquisitivo.

O problema do ensino brasileiro não é a quantidade de matérias, mas sim na falta de estrutura das escolas e investimentos na educação de qualidade e não quantidade vista em gráficos e resultados fictícios. Afinal, continuaremos baseando e pautando num modo tradicional e conteudista. Então não é somente dizer que há flexibilidade, via aprovação de BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

A decisão tem como mérito emergencial atender às necessidades dos alunos que comprovam nas pesquisas o alto índice de estudantes que concluem seus estudos no Ensino Médio, saem sem formação profissional e adentram ao mercado de trabalho despreparados, com mão de obra barata e sem condições financeiras para integrar ao curso superior. Portanto é uma situação precária que cabe uma discussão nas políticas públicas para uma mudança emergencial. Afinal, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e a criação do ENEM em 1998, discute-se um projeto. É verdade que a Medida Provisória vai ao encontro de algumas aspirações de educadores, bem como o foco num ensino

antenado aos interesses dos alunos em especial ao seu próprio conhecimento profissional para galgar desafios nos seus dias vindouros.

2 ANÁLISE DAS INOVAÇÕES NO ENSINO MÉDIO E AÇÕES IMPLEMENTADAS NA EDUCAÇÃO

A proposta de reformulação para melhorar a educação com intervenções são necessárias na atuação favorável à melhoria da qualidade do ensino médio para a realização e revitalização de abordagens que acreditam, não se excluírem, mas se complementarem. Contando com a mediação do professor, com a liberdade de ação e vivência pedagógica em instigar o discente a liberação da linguagem e do pensamento que se realiza por meio de propostas que focalizam o desenvolvimento da imaginação criadora do processo de autodescoberta e motivação para desenvolver as competências e habilidades nas várias práticas de sociabilidade em que estão inseridos, tendo como excelência a equidade dos pilares norteadores das políticas públicas de educação.

Estamos vivendo uma crise complexa da escassez de professores e outros que exercem a profissão fora da sua devida formação, evasão de alunos que começam o Ensino Médio e por motivos financeiros, cansaço, optam pelo mercado informal e abandonam os estudos. Os que terminam 80% não entram na faculdade e saem sem formação para o mercado de trabalho. O outro motivo são as políticas pedagógicas impostas que preocupam com gráficos e o professor passa a ser um facilitador para atingir o êxito desejado por isso, o programa Internacional de Avaliação de Estudante (PISA) mostrou que o Brasil está estacionado há dez anos entre os países com o pior desempenho.

Na verdade, esse Novo Ensino Médio é uma repaginação da lei 5.692/71 – produto de uma das mais importantes políticas educacionais da ditadura brasileira (1964-1986), que obteve o fracasso no campo educacional com a política de profissionalizantes, destinados a formar técnicos e auxiliares técnicos para as mais diversas atividades econômicas. O resultado foi o esvaziamento do conteúdo profissional já na Era Vargas foi à criação das escolas técnicas-instituições para a formação profissional de qualificação intermediária para a indústria, a agricultura, comercio e os serviços carregados de conteúdos missionários e carismáticos. Sendo também compatível (Ensino Secundário) a qualquer curso superior. Essa realidade foi sendo alterada pelas leis de equivalência dos anos 1950 e pela LDB – 1961, aumentando o número de egressos das escolas técnicas que ingressavam nos cursos superiores mesmo fora das especialidades compatíveis (BRANDÃO, 1994).

As escolas técnicas, notadamente as industriais, obtiveram grande

prestígio pela qualidade dos cursos, pela empregabilidade dos concluintes e pelo sucesso obtido nos exames de vestibulares.

Havia uma reivindicação de vagas por jovens que nem sempre tinha qualificação intelectual para o acompanhamento dos cursos de Ensino Médio distorcido, pois se preparasse para o trabalho diminuiria a demanda dos candidatos a universidade. Assim aumentava a procura de vagas para o Ensino Superior de acordo com as oportunidades ocupacionais. O resultado foi o despreparo para o mercado de trabalho ao fim do nível médio, o que estaria forçando as escolas superiores como meio de obter algum tipo de habilitação profissional com baixos salários e escassez para todos os profissionais do nível médio.

A ditadura militar, por exemplo, foi uma prática de governo autoritário que 1964-1985 busca combater a crise política que pairava no território brasileiro.

2.1Por que não deu certo?

O resultado foi o esvaziamento do conteúdo profissional, em proveito de educação geral e propedêutica, ressaltando a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho.

Essas mudanças foram apoiadas e incentivadas pelos educadores liberais que almejavam a eliminação da formação profissional precoce e a introdução de uma base comum nos currículos dos diversos cursos de Ensino Médio (CARVALHO, 1992).

Houve uma abertura política para fim dos Atos Institucionais que assolaram os direitos humanos e a democracia brasileira com graves sequelas para os diferentes segmentos da sociedade e com péssimas consequências para a qualidade do ofertado pelas instituições de ensino público.

2.2 Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

A origem da temática relativa às Diretrizes e Bases na educação nacional remonta a Constituição Federal em 1934. Se bem que nesse momento ainda não aparecia a palavra “Bases”. Mas tudo indicava pelo enunciado que se pretendia organizar a educação em âmbito nacional.

No que tange a Lei de Diretrizes e Bases, sendo a Constituição a lei maior de legislação brasileira, logo nos permite de antemão, afirmarmos que a LDB é um direcionador dos melhores caminhos a serem seguidos pela educação do país explanando as bases que devem pautar a qualidade de ensino.

> A LDB/71 fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e estendeu o tempo para 8 anos, a formação integral do adolescente

> (art. 21). O ensino primário e o médio por sua vez, foi reformulado pela Lei n. 5.692/71, que alterou a denominação para o ensino de primeiro e segundo graus. Houve também, segundo Germano (1994, p. 164).

A extensão da escolaridade obrigatória, compreendendo agora o denominado ensino de 1º grau, junção do primário com o ginásio e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau, que se destinava a iniciação e habilitação profissional em consonância com as necessidades do mercado de trabalho.

2.3 O Novo Ensino Médio

Apresentada a proposta pelo Presidente Michel Temer em setembro, a Medida Provisória (MP) do Ensino Médio que flexibiliza os currículos e amplia progressivamente a jornada escolar. A reformulação da etapa em discussão no Congresso Nacional no Projeto de lei 6.480/2013, e agora volta com o formato de MP, com o prazo de 120 dias para ser voltada.

A MP prevê a flexibilidade do Ensino Médio, português e matemática que serão dois únicos componentes curriculares obrigatórios nos três anos do Ensino Médio. Os demais componentes curriculares que deverão ser ensinados serão definidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que começou a ser discutida e deverá ser definida até meados do ano que vem, para vigorar a partir de 2019, segundo o Ministro da Educação Mendonça Filho que diz “essa é uma medida corajosa e sintonizada com os interesses dos jovens”.

Não está decretado o fim de nenhum conteúdo e disciplina, do que a Base Nacional definir todas elas serão obrigatórias. A diferença é que quando você faz as ênfases, coloca-se somente os alunos que queiram aquela área, uma alternativa de formação média de nível técnico e profissionalizante, capacitando-os para o trabalho qualificado sem impedir que eles possam continuar estudando em nível superior-etapa seguinte (BOF, 1993).

Por outro lado, é preocupante aceitar o fato de algumas disciplinas que tem haver com a formação do indivíduo, deixarem de ser obrigatórias como Arte e Educação Física, pois o conhecimento não ocupa espaço para reformular, reforçar e melhorar a qualidade da educação, esta, que forma e muda a vida de todo cidadão.

O Novo Ensino Médio estabelece a ampliação gradual da jornada escolar conforme Plano Nacional de Educação (PNE) com a ampliação gradual da carga horária de 800h para 1400h, flexibilidade do currículo, disciplinas fixas obrigatória, outras optativas, com o perfil do aluno(a) e seu próprio projeto de futuro. Tudo será associado ao contexto histórico econômico social, ambiental

e cultural de cada região com a devida autonomia para os Estados, tendo como objetivo a Escola de Tempo Integral para ampliar a jornada e reforçar o Ensino Profissionalizante que após a conclusão esteja inserido no mercado de trabalho e tenha uma renda para o seu próprio sustento.

O sistema educacional precisa de mudanças urgentes, mas tudo deve começar pelas políticas governamentais e investimentos na educação, onde possui o poder de mudar todas as ações e comportamento de um cidadão para a consciência elevada de suas atitudes, pois o indivíduo com o intelecto cognitivo maior, possui ações e pensamentos distintos, mas infelizmente isso incomoda a classe política do nosso país e os problemas continuam agravantes entre eles a falta de valorização e qualificação dos professores, onde não há estímulo nem aos cursos de Licenciatura Plena mais. E para concluir, ainda temos nos dias vindouros a PEC 55, que vem a previsão de cortar gastos e investimentos em especial na educação que define um teto para os gastos públicos para o mínimo nos próximos dez anos.

A propaganda vende-se a ideia de que o Ensino Médio será mais estimulante e atraente para jovens a partir da flexibilidade do currículo, que tem como finalidade combater a evasão escolar, mas será que esse aluno terá condições de estudar em tempo integral e com uma carga horária maior? Se pensarmos na conjuntura econômica não condiz com nossa realidade, porque segundo dados do próprio censo escolar-MEC, um a cada três alunos do Ensino Médio precisa trabalhar e estudar à noite. Estes que estão esquecidos ao mencionar tal mudança, podendo assim aprofundar uma desigualdade social ainda maior e sendo totalmente contraditória à realidade brasileira.

Um dos principais objetivos da nova proposta para o Ensino Médio é atrair e manter os jovens para a escola. Atualmente, mais de 1 milhão de jovens de 17 anos que deveriam estar no terceiro ano do Ensino Médio estão fora da escola. Outros 1,7 milhão de jovens não estudam.

A reformulação do Ensino Médio, aprovada no Senado Federal, pretende tornar mais flexível e atual o currículo dos jovens nos três últimos anos da escola. Agora, a matéria aguarda sanção do presidente Michel Temer.

O próximo passo é a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela definirá as competências e objetivos de aprendizagem nas quatro áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas.

O resultado mais recente do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) também mostra a defasagem do formato atual do Ensino Médio brasileiro. O último levantamento realizado mostrou que o país está estagnado.

Segundo o Ministério da Educação, é necessário que o Ensino Médio seja capaz de atender desde o início às pretensões do jovem do que diz respeito à carreira. Dessa forma, é necessário a existência de percursos que direcionem os estudantes para o que pretende fazer no futuro, seja uma formação acadêmica, técnica ou para o mercado de trabalho. A reforma do Ensino Médio já era uma demanda antiga dos especialistas em educação, que consideram o modelo de ensino da etapa um dos grandes motivos.

Uma das grandes questões a respeito da reforma é o fato dela ter sido proposta por meio de uma Medida Provisória editada pelo governo. Segundo críticos, uma mudança tão profunda no sistema educacional deveria passar por uma ampla discussão na sociedade civil antes de entrar em vigor. Já havia em tramitação na Câmara dos Deputados um projeto de lei para alterar a etapa.

Alguns movimentos ligados à Educação defenderam a continuidade do projeto ao invés de imposição por meio de uma MP. Descontentes com a maneira como as medidas foram necessários adiar a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio para alguns alunos que fariam a prova em escolas ocupadas (BOS, 1986).

Outra crítica à MP está relacionada à falta de clareza sobre o financiamento das mudanças. De acordo com opositores, o governo também não disponibiliza recursos suficientes para implementar alguns pontos propostos no documento, como a ampliação da rede de ensino integral.

O documento será responsável por escolas integrais. Em 2017, há um orçamento de R$ 500 milhões destinados a iniciativa. A proposta do MEC é que os estados receberam R$ 2 mil anuais para cada aluno em tempo integral. O edital prevê o atendimento de 572 escolas nesse programa.

Entidades ligadas à área reclamaram do valor disponibilizado pelo governo que, segundo eles, seria muito baixo para custear uma educação de qualidade para um estudante em tempo integral.

A partir da mudança no modelo do processo. Avaliações como o ENEM podem ser adequadas às mudanças, assim como o currículo das universidades que formam professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, a educação pressupõe uma contextualização para interagir e facilitar a diversidade de um ensino que contribua para o desenvolvimento do educando, quanto ao que prevalece às construções de uma nova metodologia e assistência de um ensino de qualidade.

Para uma educação democrática, o rompimento de paradigmas faz com

que seja possível agregar atitudes de um novo olhar em relação a prática e construção de um ensino de qualidade.

Os princípios de participação e valores do que se tem como referência é o que faz a diferença no pensar de uma educação de qualidade, pois a realidade aponta para uma fragmentação e o fomentar do que evidencia a efetiva conquista de um processo de aprendizagem, que consiste em elementos que abrangem e possibilitam o desempenho do educando junto ao meio que o cerca.

Portanto, a educação holística representa a aspiração dos valores educacionais e o que é pertinente para a formação de um cidadão crítico e atuante no meio que é referência do ensino.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma.** São Paulo. Ática, 1993.

BOS, Alexander. **Desafios para uma Pedagogia Social**. São Paulo. Antroposófica, 1986.

BRANDÃO, Zaia (Org.) **A Crise dos Paradigmas na Educação.** São Paulo. Cortez, 1994.

BRASIL. **Análise da Reforma do Ensino Médio Brasileiro com base no Censo Escolar de 2016**. Disponível em: <www.pontiguarnoticias.com.br/notícias/34884/análise-da-reforma-do-ensino-médio-brasileiro-com-base-no-censo-escolar-de-2016> Acesso em 02 de agosto de 2017.

BRASIL. **Asreformas do ensino médio.** Disponível em: https:contee.org.br/contee/index.ph/2016/09.asreformas-do-ensino-medio-consideraçoes-históricas-educacionais-e-politicas>. Acesso em 03 de agosto de 2017

BRASIL. **Novo ensino médio: reações pelas políticas curriculares.** Disponível em:<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/o-que-muda-com-reforma do ensino médio? jornal o exame.abril.com.br/brasil 14 opiniões sobre o novo ensino médio para você formar a sua>. Acesso em 02 de agosto de 2017.

CARDOSO, Clodoaldo M. **A canção da inteireza: uma visão holística da educação.** São Paulo: Summus, 1995.

CARVALHO, Edgar A. **A ecologia do conhecimento: Uma Nova Paradigmologia,** in: Perspectivas, revista de ciências Sociais. São Paulo. UNESP, v. 15, 1992. GERMANO, José Wellington. Estado militar e educação no Brasil: 1964-1985. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS EM EMPRESAS RURAIS NO AGRONEGÓCIO

Laís Fernanda de Araujo
Pós graduanda em Gestão Estratégica Empresarial na FAR – Faculdade Almeida Rodrigues. Engenheira Agrônoma pela FESURV –Universidade de Rio Verde. E-mail: laisf_agro@hotmail.com.

Renata Ferreira Chavaglia
Pós graduanda em Gestão Estratégica Empresarial na FAR- Faculdade Almeida Rodrigues e formada em Agronegócios pela FAR - Faculdade Almeida Rodrigues. E- mail: renata_chavaglia@hotmail.com

Sidney dos Santos Souza
Administrador , empresário, especialista em marketing, logística , agronegócio, mestre em administração e docente da FAR- Faculdade Almeida Rodrigues. E-mail: sidney@maxxsoft.com.br

RESUMO: A sociedade está evoluindo de uma economia baseada no capital para uma economia baseada em informação e conhecimento. Esta mudança ocorre em todos os setores, incluindo o setor agropecuário. Portanto, para o empresário rural ser bem sucedido neste novo ambiente, deve ajustar suas atividades para a nova realidade. Neste momento é preciso coletar, armazenar, analisar, usar e divulgar informações sobre a sua gestão, adaptando-se, assim, para a evolução do mercado. A gestão eficaz do conhecimento gerado a partir da análise das informações se tornou um instrumento necessário. Este artigo tem como objetivo destacar a necessidade de utilizar as ferramentas da tecnologia de informação nas empresas rurais. O método utilizado foi o estudo observacional da literatura.

Palavras chave: Tecnologia de informação, Agronegócio, Empresa rural.

ABSTRACT: The company is evolving from an economy based on capital to an economy based on knowledge and information. This change occurs in all sectors, including the agricultural sector. So for the rural entrepreneur to be successful in this new environment, must adjust their activities to the new reality. At this point, we need to collect, store, analyze, use and disclose information about its management, adapting well to the changing market. The effective management of knowledge generated from the analysis of information has become a necessary tool. This article aims to highlight the need to use the tools of information technology in the agribusiness sector. The method used was an observational study of literature.

Keywords:Information Technology, Agribusiness, Rural Enterprise.

1 INTRODUCÃO

No final do século XX, iniciou-se uma “revolução” no agronegócio com a utilização de novas tecnologias aplicadas à produção rural. Essa nova agricultura há muito conta com recursos de biotecnologia, adubação corretiva, defensivos

agrícolas, técnicas de manejo, geoposicionamento por satélite (GPS), máquinas agrícolas cada vez mais modernas e com tecnologias avançada. Neste cenário, os softwares de gerenciamento são uma realidade incorporada ao empresário rural. A característica da agricultura tem a sua base nas atividades operacionais ligadas diretamente às atividades produtivas, ou seja, saber o que fazer e como fazer, se tornou imprescindível para atingir uma maior produtividade em um setor altamente instável que sofre influência de políticas internacionais, planos governamentais, intempéries do clima e pragas que assolam a lavoura.

A necessidade de tomar decisões em nível crítico de gestão obriga as empresas do agronegócio a coletar e processar grande quantidade de informações, levando-as a investir em tecnologias da informação. Existe no mercado uma série de Softwares e ferramentas para manuseio destas informações. Diante disto, percebe-se a importância da elaboração de estudos na área, a fim de identificar quais as atividades estão efetivamente utilizando a tecnologia de informação na gestão do agronegócio.

A administração rural contempla um conjunto de atividades que facilitam aos produtores rurais a tomada de decisões, com a finalidade de obter melhores resultados econômicos, mantendo a produtividade da terra. Ela passa por várias situações de estrutura e comportamental frente à nova ordem mundial de globalização, consumindo conceitos antigos e reconhecendo suas teorias na busca pelo aprimoramento da organização para a empresa rural (SILVA, 2009). Na literatura há pouca discussão acerca do uso e não uso de software de gerenciamento rural por parte dos empresários rurais do agronegócio. Assim, é oportuno aproveitar a oportunidade para explorar mais sobre o tema e o comportamento dos produtores rurais. Intenta-se oferecer ao meio científico mais informações sobre um tema pouco esclarecido em obras construídas, segundo métodos técnicos de academias (SOUZA,2012)

A informação é um importante fator no processo de tomada de decisão dos gestores do agronegócio. Desta forma, aumentar a eficiência no uso da tecnologia de informação passa a ser fundamental, isto é, dois aspectos devem ser analisados: o conhecimento prático do empresário rural e as novas tendências da administração. Estes constituem componentes chaves que precisam ser incorporados ao processo de inovação tecnológica e na busca de um desenvolvimento agrícola sustentável.

O presente trabalho foi realizado com base em pesquisa bibliográfica a fim de sanar dúvidas quanto a necessidade da utilização do Software de informações gerenciais.

A pesquisa bibliográfica busca segundo Traldi e Dias (2001, p. 43), “explicar um problema com base em contribuições teóricas publicadas em documentos

[...] e não por intermédio de relato de pessoas ou experimentos".

2 O AGRONEGOCIO NO BRASIL

O Brasil é um país com vocação natural para o agronegócio devido às suas características e diversidades, principalmente encontradas no clima favorável, no solo, na água, no relevo e na luminosidade (ECOAGRO, 2012)

O agronegócio, também denominado agrobusiness, consiste na rede que envolve todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária. Ele não se limita apenas à agricultura e à pecuária, incluindo também as atividades desenvolvidas pelos fornecedores de insumos e sementes, equipamentos, serviços, beneficiamento de produtos, industrialização e comercialização da produção agropecuária (FRANCISCO, 2012).

Para Fernandes (2005), agronegócio é um conceito, que se iniciou na década de 1980, e, para alguns autores, é um ponto de vista para a construção de uma ideologia de mudança do sistema latifundiárias da agricultura capitalista. O autor ainda acrescenta que no Brasil, o sentido de latifúndio traz imagem da exploração, do trabalho escravo e braçal, da extrema concentração da terra, do atraso político e econômico (FERNANDES, 2005). É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do País com tecnologia e sustentabilidade.

O agronegócio compõe-se de cadeias produtivas e estas possuem entre seus componentes os sistemas produtivos, que operam em diferentes ecossistemas ou sistemas naturais. No ambiente externo do contexto do agronegócio, atuam as instituições de apoio, compostas de organizações de crédito, pesquisa, assistência técnica, entre outras (DAVIS; GOLDBERG, 1957). Com seus 8,5 milhões de km o Brasil é o país mais extenso da América do Sul e o quinto do mundo com potencial de expansão de sua capacidade agrícola sem necessidade de agredir o meio ambiente(ECOAGRO,2012).

Pode-se dividir o agronegócio em 3 partes:

1° - Produtores rurais: detentores de pequenas, médias ou grandes propriedades onde há a produção rural.

2° - Fornecedores de insumos rurais: fabricantes de máquinas rurais, fornecedores de pesticidas, sementes, equipamentos, etc.

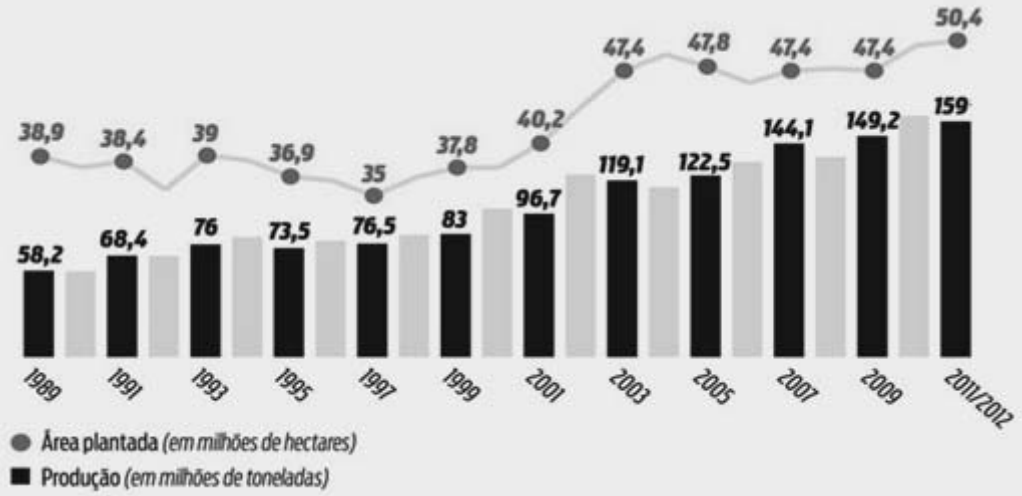
3° - Processamento, distribuição e comercialização: frigoríficos, distribuidoras de alimentos, indústrias, supermercados, entre outros.

Segundo Mendonça(2005) "o agronegócio é formado por um conjunto de atividades interdependentes que têm em seu centro a agropecuária. Num dos pólos dessas atividades estão os fornecedores de máquinas, equipamentos e

insumos agrícolas e, no outro, as atividades de processamento industrial, de distribuição e serviços.”

O gráfico 1 explica que tanto em produção quanto em área plantada, o campo brasileiro tem crescido de forma consistente nas últimas décadas e consolidado o país como um grande fornecedor global de alimentos.

Gráfico 1- A evolução do agronegócio.



Fonte: Adaptado de Conab (2012) pelas autoras.

2.1 A importância econômica do agronegócio

O agronegócio é o motor da economia nacional, registrando importantes avanços quantitativos e qualitativos, que se mantém como setor de grande capacidade empregadora e de geração de renda, cujo desempenho médio, tem superado o desempenho do setor industrial, ocupando, assim, a posição de destaque no âmbito global, o que lhe dá importância crescente no processo de desenvolvimento econômico, por ser um setor dinâmico da economia e pela sua capacidade de impulsionar os demais setores (MAPA, 2011).

O crescimento do agronegócio brasileiro nos últimos anos é visível, quebrando recordes de produção, produtividade e exportação e se tornou uma ancora do governo nacional na política de contenção da inflação.

O setor de agronegócios é um dos setores importantes da economia brasileira. Pode-se analisá-lo dividindo-o em três macrossegmentos distintos, o macrossegmento rural, referente às atividades agropecuárias, o macrossegmento da produção industrial, abrangendo as empresas de primeira e segunda transformação e o macrossegmento da comercialização (BATALHA E SCARPELLI ,2002).

“O agronegócio brasileiro é responsável por cerca de 1/3 do produto

interno bruto do Brasil, empregando 38% da mão de obra e sendo responsável por 36% das nossas exportações" (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2007).

Atualmente o país ocupa notável posição mundial na produção agroindustrial sendo o primeiro produtor mundial de café, açúcar, cana e laranja, o primeiro exportador mundial de carne bovina e de aves, açúcar e etanol, e o segundo produtor mundial de soja (RN7, 2013).

De acordo com a grafico 2, elaborado por Vicente(2012) "A participação dos agronegócios nos totais do País aumentou 2,3 pontos percentuais nas exportações, mas diminuiu 0,7 ponto percentual nas importações . "

Grafico 2 - Participação dos Agronegócios na Balança Comercial

	2011	2012
Exportação	38,0	39,8
Importação	14,3	13,1

Fonte: VICENTE, 2012.

Os números comprovam a força do agronegócio brasileiro. O país está cada vez mais competitivo internacionalmente e continuaremos trabalhando, ao lado dos produtores, na busca de novos mercados.

3 A EMPRESA E O EMPRESARIO RURAL

Com as devidas mudanças ao longo dos anos, várias denominações foram atualizadas e uma dessas mudanças se é observado naquele que vive do trabalho no campo, os agropecuários são chamados de empresários rurais e suas propriedades de empresas rurais.

Empresa rural é a unidade de produção em que são exercidas atividades que dizem respeito a culturas agrícolas, criação de gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda. Qualquer tipo de empresa rural, seja

familiar ou patronal é integrada por um conjunto de recursos, denominados fatores da produção (Ferreira, N. 2009).

O empresário rural é o centro da cadeia do agronegócio. Ele recebe a tecnologia gerada antes da porteira e entrega as matérias-primas vegetais e animais à agroindústria, aos processadores, aos restaurantes e a todo o tipo de transformação realizada no pós-porteira (TEJON; XAVIER, 2009).

Nas empresas rurais, assim como nas indústrias, a gestão administrativa abrange dois aspectos principais: o processo produtivo e as atividades comerciais. Os aspectos sobre o processo produtivo se desenvolvem no âmbito da empresa, enquanto os aspectos sobre as atividades comerciais se desenvolvem entre as empresas e o ambiente externo (CALLADO, 2006).

Os empresários rurais buscando a melhoria em seus resultados estão cada dia mais tendo de observar a importância de uma gestão apropriada do negócio rural focado nos aspectos do mercado, tecnologia, desenvolvimento de pessoas

As macro-tendências mundiais nos negócios tem-se dado em função das mudanças nos padrões de competitividade com incorporação rápida e crescente do conhecimento, da tecnologia, da inovação e da qualidade dos recursos humanos, como fatores decisivos de diferenciação competitiva, além da introdução dos valores ambientais e da qualidade dos serviços e produtos nas disputas comerciais, a revolução científica e tecnológica com os grandes avanços da informática e da biotecnologia, além das inovações gerenciais e institucionais, base da chamada nova economia, vem gerando mudanças importantes nos processos produtivos e nos produtos (Bastos, 2011).

A tomada de decisão na empresa rural passa por um processo coeso e claro em termos gerenciais para melhores práticas de rentabilidade e possibilidade assertiva do planejamento executado para obtenção do êxiton (ARAÚJO, 2003)

Neves Zylbersztajn e Neves (2006) ainda chamam a atenção para a necessidade de melhores práticas para a formação de mão de obra operacional no campo, pois, para ele, como o Brasil passa pela década do agronegócio. E um dos gargalos ainda é o baixo nível de informação e formação que o campo possui, fazendo com que isso possa ser um enfraquecimento produtivo na cadeia como um todo.

Santos (1993) frisa que a modernização do agronegócio proporciona um conceito de produção eficiente, pressionado pela necessidade de aumentar o uso dos fatores de produção, no intuito de obter sempre o mais alto índice de produtividade. Montoya e Parré (2000) complementam tal afirmativa sublinhando que, em função dessa pressão por melhores resultados, houve a necessidade

de adoção de novas práticas administrativas por parte dos empresários rurais, comoredução dos custos e implementações de tecnologias para aumento da produtividade. Nesse sentido, ele foca a necessidade do uso da administração rural para o diagnóstico e prognóstico de tais situações.

3.1 Particularidades da empresa rural

O agronegócio brasileiro compreende atividades econômicas ligadas, basicamente, a insumos para a agricultura, como fertilizantes, defensivos, corretivos, a produção agrícola, compreendendo lavouras, pecuária, florestas e extrativismo, a agroindustrialização dos produtos primários, transporte e comercialização de produtos primários e processados (MAPA, 2011).

De maneira geral, as empresas rurais apresentam as seguintes características sugeridas por Valle (1985, p. 32):

> • As pequenas empresas utilizam uma caderneta para registrar os serviços efetuados e outros lançamentos com a finalidade de controlar as contas a receber e a pagar;
> • as médias empresas apresentam registros financeiros não somente das contas pendentes, mas também de todas as transações efetuadas, da existência do livro diário, dos registros individuais dos empregados e das contas correntes existentes;
> • as grandes empresas possuem uma contabilidade financeira completa e registros minuciosos para controlar suas atividades.

Zylberstjan (2002) ainda lembra que a atividade rural depende de outros fatores, como o climático e biológico, além de ter a terra como fator participante da produção. Isso faz com que a atividade tenha significativo grau de risco em suas camadas produtivas.

O clima é a característica peculiar mais citada pelos estudiosos e da qual, muitas outras dependem. O clima condiciona a maioria das explorações agropecuárias. Influência nas decisões sobre a época de plantio, os tratos culturais, as colheitas, a escolha de variedades e espécies vegetais e animais.

O processo produtivo agropecuário se desenvolve, em algumas de suas fases, independentemente da existência do trabalho. Em outros setores da economia, a indústria, por exemplo, somente o trabalho modifica a produção, e assim, pode-se dizer que o tempo de produção de um determinado bem é igual ao tempo de trabalho consumido na obtenção do produto final. Na pecuária, por exemplo, o desenvolvimento do feto ocorre sem a necessidade constante do trabalho.

O ciclo de produção da agropecuária está intimamente relacionado às condições biológicas. As condições biológicas determinam também a

irreversibilidade do ciclo produtivo, ou seja, não se pode alterar a sequência da produção (interromper o desenvolvimento de uma lavoura de milho para se obter soja, por exemplo). Por outro lado, limita a decisão e adoção de medidas que normalmente são utilizadas em outros setores da economia como recursos para acelerar a produção, como, por exemplo, o estabelecimento de um terceiro turno de trabalho. A pesquisa agropecuária pode conseguir espécies animais e variedades vegetais mais precoces e produtivas, mas ainda assim, sujeitas às condições biológicas.

Na agropecuária a terra não é apenas um suporte para o estabelecimento de atividades produtivas. Ao contrário, na maioria das explorações agropecuárias, participa diretamente do ciclo produtivo. Assim, é importante conhecê-la e analisá-la em suas condições químicas, físicas, biológicas e topográficas e tomar decisões racionais para a adequada utilização.

Analisando estas características constata-se que o empresário rural precisa assumir ações planejadas para evitar possíveis efeitos prejudiciais das mesmas.

4 TECNOLOGIA DA INFORMACAO – TI

Segundo Alecrim(2013), a Tecnologia da Informação (TI) pode ser definida como o conjunto de todas as atividades e soluções providas por recursos computacionais que visam permitir a obtenção, o armazenamento, o acesso, o gerenciamento e o uso das informações. Na verdade, as aplicações para TI são tantas - estão ligadas às mais diversas áreas - que há várias definições para a expressão e nenhuma delas consegue determiná-la por completo.

Para Jamil (2001), a TI, a partir do desenvolvimento de sistemas, possibilita a implementação de ferramentas adequadas de armazenamento de dados e informações, visando à sua recuperação de forma e qualidade, necessárias ao processo de tomada de decisão.

Davis (1994, p. 112) sugere a seguinte definição: “[...] conjunto de dados, máquinas e métodos organizados de modo a cumprir certo número de funções específicas”. Para Jamil (2001), a TI, a partir do desenvolvimento de sistemas, possibilita a implementação de ferramentas adequadas de armazenamento de dados e informações, visando à sua recuperação de forma e qualidade, necessárias ao processo de tomada de decisão.

Sendo a informação um patrimônio, um bem que agrega valor e dá sentido às atividades que a utilizam, é necessário fazer uso de recursos de TI de maneira apropriada, ou seja, é preciso utilizar ferramentas, Softwaresou outros meios que façam das informações um diferencial. Além disso, é importante buscar soluções

que tragam resultados realmente relevantes, isto é, que permitam transformar as informações em algo com valor maior, sem deixar de considerar o aspecto do menor custo possível (Alecrim, 2013).

Laudon e Laudon (1999) definem sistema de informação como sistemas sociotécnicos envolvendo a coordenação de tecnologia, organização e pessoas. Esses sistemas devem se ajudar de forma recíproca, para melhor desempenho da organização que os utiliza, para adaptar-se às novas situações. Os autores defendem que os sistemas de informações dependem de recursos humanos, de hardwares, softwares, dados e tecnologias de rede de comunicações para coletar, transformar e disseminar informações em uma organização e auxiliá-la na tomada de decisões que envolvem mercado, risco e incertezas.

4.1 Sistemas de Informação e Tecnologias da Informação para o setor de Agronegócios.

O conhecimento empresarial de seus dados operacionais e de seus processos é essencial para uma boa administração. O Sistema de Gestão Empresarial e o Sistema de Informações Gerenciais têm por objetivo apoiar a análise, planejamento, operação e controle da empresa. O Sistema de Gestão Empresarial é o sistema responsável pela coleta da maioria dos dados operacionais. Ele possibilita que as diversas áreas da empresa atuem de forma integrada, pois os dados coletados em uma área ficam disponíveis para as demais. Já o Sistema de Informações Gerenciais visa atender os níveis de decisão da empresa e muitas vezes usa a base de dados gerada pelo sistema de gestão empresarial para, através de recursos computacionais, permitir que os gestores controlem, analisem e planejem a empresa como um todo. Normalmente estes sistemas são orientados para necessidades funcionais bem estabelecidas, e apresentam como principal ferramenta relatórios gerenciais bem estruturados. (TORRES, 1995).

Todo sistema operacional é um software e nem todo software é um sistema operacional, justamente pela finalidade que ambos possuem (DEITEL; DEITEL; CHOFFNES, 2005).

> Sistema operacional é um software que habilita as aplicações a interagir com o hardware de um computador. O software que contém os componentes centrais do sistema operacional é denominado núcleo. Sistemas operacionais podem ser encontrados em dispositivos que vão de telefones celulares e automóveis a computadores pessoais e computadores de grande porte (mainframes). Na maioria dos sistemas operacionais um usuário requisita ao computador que realize uma ação (por exemplo, executar uma aplicação ou imprimir um documento), e o sistema operacional gerencia o software e

> o hardware para produzir o resultado desejado (DEITEL; DEITEL; CHOFFNES, 2005,p. 4).

Hardware, sistemas operacionais e softwares de aplicação para computadores, como é o caso dos de gerenciamento rural, são projetados para alavancar o tempo das pessoas, para melhorar eficiência e produtividade (STALLINGS, 2002). O autor ainda afirma que alto desempenho é essencial a partir dos softwares, que são fundamentais para a melhor tomada de decisões e desenvolvimento de estratégias de mercado.

Para atender ao setor de agronegócios, o Software devem ter capacidade de lidar com grande número de produtos, pois dentro da cadeia produtiva é estratégico trabalhar com variáveis de produtos e serviços para obter o melhor resultado.

Esses Softwares agrupam as informações e possibilitam ao empresário rural selecionar indicadores que permitem desempenho e levantamento de informações relativas a esses indicadores. Estes, por sua vez, viabilizam seu monitoramento, disponibilizando relatórios de indicadores com desvios em relação ao que foi previamente planejado. Com isso, os problemas poderão ser identificados e diagnosticados, com o desenvolvimento de ações preventivas e/ou corretivas (BATALHA 2001).

Ou seja, o entendimento sobre um software de gerenciamento, primeiramente, passa pela ordem das informações, ou seja, a clareza e precisão de um sistema de informação gerencial adequado à realidade de cada empresário rural faz com que o mesmo tome decisões mais assertivas.

5 SISTEMA DE INFORMACAO GERENCIAL

Do desenvolvimento do computador eletrônico, nos anos 50, ao boomda internet, nos anos 90, a sociedade presenciou, simultaneamente, as automações dos processos produtivos e a informatização do trabalho de escritório. A gestão na atualidade é mediada por sistemas de informação que incorporam as regras de negócio e definem, em certa medida, quão competitivo uma empresa ou setor serão (LAURINDO; ROTONDARO, 2011). Segundo O'Brien (2004, p. 6): "Sistema de informação é um conjunto organizado de pessoas, hardware, software, redes de comunicação e recursos de dados que coletam, transformam e disseminam informações em uma organização."

Atualmente vemos um cenário de grande competitividade entre as empresas nos mais diversos segmentos e para que possam obter êxito nessa

acirrada disputa em busca de resultados cada vez mais ambiciosos. Além da manutenção e da satisfação de seus clientes, as empresas são obrigadas a lançar mão da utilização de ferramentas de otimização do gerenciamento das informações disponíveis em suas bases de dados, possibilita os executivos e gestores tomar suas decisões com base em informações atuais e fidedignas. Diminuindo então significativamente o tempo de resposta aos diversos comportamentos do mercado e da própria empresa.

Uma das ferramentas que pode ser usada para essa finalidade são os sistemas de informações gerencias - SIG.

Basicamente os sistemas de informações gerenciais são conjuntos de dados que são transformados em informações organizadas e estruturadas de forma que possam ser utilizadas para dar suporte ao processo decisório da empresa, proporcionando, ainda, sustentação administrativa para aprimorar os resultados esperados.

Segundo Oliveira (2008), os sistemas de informações gerenciais tornam-se indispensáveis, pois na grande maioria das empresas que utilizam sistemas informatizados, há muitos dados que estão à disposição, mas esses dados por si não podem ser utilizados no processo de tomada de decisões sem antes passar por um processo de conversão, de transformação, fazendo com que se tornem efetivamente informações. É nesta etapa onde os sistemas de informações gerenciais atuam, compilando estes conjuntos de dados em informações processadas.

O sistema de informação gerencial dá suporte às funções de planejamento, controle e organização de uma empresa, fornecendo informações seguras e em tempo hábil para tomada de decisão. O sistema de informação gerencial é representado pelo conjunto de subsistemas, visualizados de forma integrada e capaz de gerar informações necessárias ao processo decisório.

De acordo com Magalhães e Gedres (2008) o sistema de informação gerencial pode sobre determinadas condições reduzir os custos operacionais, melhorar o acesso as informações, proporcionar relatórios mais precisos e rápidos, aumentar a produtividade de todas etapas presentes no processo.

O Software proporciona com seus resultados uma tomada de decisão mais precisa e consequentemente uma melhora significativa na qualidade de vida aumentando sensação de bem-estar de todas as pessoas envolvidas no empreendimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio brasileiro é um caso de sucesso e é evidente que existe

enorme potencial de crescimento seja para atender o mercado doméstico, seja para alcançar consumidores em todo mundo. Entretanto, o caminho de crescimento do agronegócio brasileiro dependerá do desenvolvimento tecnológico em todos os elos das diferentes cadeias produtivas. Melhoramento genético de plantas e animais, ciência da nutrição, técnicas de manejo, logística, engenharia de alimentos, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, tecnologia da informação, certificação, rastreabilidade, segurança do alimento (ressaltando a relevância do sistema sanitário brasileiro) são alguns dentre inúmeros fatores que dependem essencialmente do desenvolvimento de capital humano na área de ciências agrárias e biológicas. O futuro do agronegócio brasileiro seguirá dependendo da construção de inteligência para lidar com os riscos que envolvem a produção agrícola no país.

A implantação de um sistema de informações gerenciais torna-se essencial no setor do agronegócio, pois é através desse Softwareo gestor terá todas as informações da empresa rural com fácil acesso, diminuindo o tempo gasto para acessa-los auxiliando a tomada de decisão mais precisa e eficaz.

Tudo isso faz com que o administrador da empresa controle, organize e planeje as atividades operacionais com mais detalhes, de modo mais eficiente e rápido. Desta forma percebe-se que empresas rurais algumas das vezes desprezam o uso de tecnologia avançada e prefere o método tradicional por não querer investir na implantação e também em treinar ou contratar mão de obra qualificada.

Arbage (2006) defende que o meio rural precisava seinovar e reinventar com a nova geração, pois os produtores acima dos 50 anos de idade e com dada experiência de anos anteriores se tornaram resistentes à propensão ao uso de inovações não só tecnológicas, como também de informação. E com isso a atividade perde a oportunidade de se articular em forma de uma nova plataforma ou modelo de desenvolvimento econômico.

REFERENCIAS

ALECRIM , Emerson. **O que é tecnologia da informação (TI).** Disponível em <http://www.infowester.com/ti.php>. Acesso em 19 de abril de 2013.

ARAÚJO, M.J. **Fundamentos de agronegócios.** São Paulo: Atlas, 2003.

BASTOS, Rogério de Melo. **O novo empresário rural.** Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/colunistas/ColunaDetalhe.aspx?CodColuna=3995> Acesso em: 05 de maio de 2013

BATALHA, M.O. **Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**, v. 2, 3.ed., São Paulo: Atlas, 2001.

Batalha, Mário O. ; Scarpelli , Moacir. **GESTÃO AGROINDUSTRIAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: SUGESTÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA. Anais do Workshop "O Agronegócio na Sociedade da Informação", Brasília,** 2002.

CAMPOS, Onaldo. **Rio Verde: histórico**. São Paulo, EDIGRAF, 1971

CALLADO, A.A.C. **Agronegócio.** 1. ed., 2 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

CONAB , 2012. **Balança comercial e agronegocio .** Disponivel em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=conab%20agronegocio%20%201989%2012&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.conab.gov.br%2FOlalaCMS%2Fuploads%2arquivos%2F13_01_14_13_ 21_40_0207_-_bal_comercial_e_agronegocio_-_1989-2012.xls&ei=TxXnUZChFo_F4APuqoHAAQ&usg=AFQjCNHE7rqo_l0JvctAQcf-ORkwHI3EGw>.Acessado em 09/03/2013.

DAVIS, J.H.; GOLDBERG, R.A. (1957). **A Concept of agribusiness.** Boston: Harvard University.

DAVIS, W.S. **Análise e projeto de sistemas:uma abordagem estruturada.** Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1994.

DEITEL, H.M.; DEITEL P.J.; CHOFFNES, D.R. **Sistemas operacionais.** 3. ed. São Paulo: Pearson Pretince Hall, 2005.

ECOAGRO. **O agronegócio no Brasil,** 2012. Disponível em: < http://www.ecoagro.agr.br/agronegocio.php>. Acesso em 07 de março de 2013.

ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato. **Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades soco espaciais.** In. Terra Livre, ano 21, v.2, n. 25. p. 13-33.

FERNANDES, B.M. (2005). **Cercas do latifúndio.** Disponível em:<http://www.planetaportoalegre.net/publique/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/1P1OO/view.htm?user=reader&editionsectionid=79&infoid=10404>. Acesso

em: 07 Fevereiro 2013.

FERREIRA,N. **Empresa Rural.** Agronline.com.br. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=456>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. **Agronegócio,** 2012. Disponível em: < http://www.brasilescola.com/geografia/agronegocio.htm>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2013.

JAMIL, G. L. **Repensando a TI na empresa moderna:atualizando a gestão com a tecnologia da informação.** Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2001.

LAUDON, K.C.; LAUDON, J.P. **Sistemas de informação com a internet.** Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1999.

LAURINDO, F.J.B.; ROTONDARO, R.G. **Gestão integrada de processos e da tecnologia da informação.** 1. ed. - 3. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2011.

MAGALHAES, Keli D. Martins; GEDRES, Carlos A. Pouey. Disponivel em : <http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/sistema-de-informacao-gerencial/23741/> Acesso em 28/04/2013.

MENDONÇA, Cláudio. **Agronegócio: Atividade alavanca exportações do Brasil.**Disponivel em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/agronegocio-atividade-alavanca-exportacoes-do-brasil.htm>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2011-2012 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: Mapa/SPA, pág. 92. ISSN 1982-4033, 2011.

MONTOYA, M.A.; e PARRÉ, J.L. (org.) **O agronegócio brasileiro no final do século XX: estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências.** Passo Fundo: Universitária, UPF,v. 2, 2000.

NEVES, M.F.; ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, E.M. **Agronegócio no Brasil.** Prefácio de Roberto Rodrigues. São Paulo: Saraiva, 2006.

O'BRIEN, J.A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era**

da internet. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de Informações Gerenciais: Estratégicas Táticas Operacionais.** 12ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008, 299 páginas.

PORTALDOAGRONEGÓCIO(2007).**OPotencialagrícoladobiodisel.**Disponível em:<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=texto&idT=1070>. Acesso em: 11 Novembro 2012.

SANTOS, G.J. **Administração de custo agropecuário.** São Paulo: Atlas, 1993.

SILVA, R.A.G. **Administração rural: teoria e prática.** 2. ed. Paraná: Juruá, 2009.

STALLINGS, W. **Arquitetura e organização de computadores.** 5 ed. São Paulo: Pretince Hall, 2002.

TEJON, J.L.; XAVIER, C. **Marketing & agronegócio: a nova gestão – diálogo com a sociedade.** São Paulo: Person Prentice Hall, 2009.

TORRES, N. A. **"Competitividade Empresarial com a Tecnologia da Informação".** São Paulo: Makron Books, 1995.

TRALDI, Maria Cristina; DIAS, Reinaldo. **Monografia: passo a passo.** 3. ed. Campinas-SP: Alínea, 2001.

RN7. **Brasil, o país do agronegócio (Sindicato Rural de Rio Negro).** 2013. Disponível em: < http://rn7.com.br/site/?p=39017>. Acesso em 18 de maio de 2013.

VALLE, F. **Manual de contabilidade agrária.** São Paulo: Atlas, 1985.

VICENTE, R. J. **Balança Comercial dos Agronegócios Paulista e Brasileiro de Janeiro a Setembro de 2012 (15/10/2012).** Disponível em : <http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=12459>. Acesso em 15 de Junho de 2013.

ZYLBERSTJAN, D. **Gestão do agribussiness.** São Paulo: Atlas, 2002.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA À MULHER: UMA QUESTÃO DE SAÚDE

Sônia Maria Teixeira Magalhães
Mestranda do Curso de pós-graduação em Ciências da Saúde, UFG, 2017, e-mail: assomaga@hotmail.com.

Mariza Martins Avelino
Professora Doutora Orientadora do Cursos de pós-graduação em Ciência de Saúde, UFG.

RESUMO: O presente trabalho aborda sobre a temática da violência contra a mulher com ênfase na questão de saúde e ações desenvolvidas pelo Estado no âmbito dos Direitos e política social voltada para Atenção da saúde da mulher. Discorre sobre o contexto sócio-histórico em relação aos padrões culturais construídos sobre a mulher na sociedade, e como estes reproduzem a violência de gênero. Busca-se, analisar os sintomas e agravos na saúde de mulheres com histórico de violência doméstica em situação de abrigo provisório no Centro de Valorização da Mulher em Goiânia (CEVAM). Trata-se de pesquisa quanti-qualitativa, delineada por metodologia que apresenta um estudo bibliográfico e de campo. Como resultado apreendido, foram constatados que 100% das mulheres que sofreram violência doméstica apresentam problemas de saúde, principalmente distúrbios psicológicos.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Política social. Saúde. Direito.

DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN: A HEALTH QUESTION

ABSTRACT: The present work deals with the theme of violence against women with emphasis on the health issue and actions developed by the State in the scope of Rights and social policy focused on Women's health care. It discusses the socio-historical context in relation to the cultural patterns built on women in modern society, and how they reproduce in gender violence. The aim is to analyze the symptoms and health problems of women with a history of domestic violence in a temporary shelter situation at the Center for the Appreciation of Women in Goiânia (CEVAM). It is a quantitative-qualitative research, outlined by methodology that presents a bibliographical and field study. As a result, 100% of women who suffered domestic violence had health problems, mainly psychologicaldisorders.

KEYWORDS: Violence. Woman. social policy. Cheers. Right.

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho resulta de estudos e pesquisas desenvolvidas no âmbito do mestrado sobre a violência doméstica contra a mulher com recorte na questão de saúde, em termos dos agravos e consequências á saúde das mulheres vítimas, que são assistidas no Centro de Valorização das Mulheres – CEVAM, entidade privada de abrigo provisório para mulheres em situação de

violência do Estado de Goiás.

Os fundamentos teóricos bibliográficos evidenciam que a violência doméstica, especialmente abuso sexual, ao longo da história foi sempre um segredo bem guardado. Isso ocorreu talvez por medo, vergonha, ou até mesmo pelo fato da mulher acreditar que se tratava de um destino natural.

Com isso, apreende-se segundo Burke (2010), Minayo (1994), Saffiote (1995), que a escalada da violência doméstica costuma ocorrer em três fases, sendo: a primeira a escalada da tensão (violência psicológica); a segunda é a violência sexual decorrente da primeira, e por último, a violência física, onde a mulher não tem mais o que temer, pois o grau de sofrimento feminino está em última instância.

Na reflexão desenvolvida se compreende que a tese norteadora da discussão, é o aspecto da saúde da mulher. No entanto, foram problematizados os principais entraves e desafios para a consolidação dos direitos sociais das mulheres, principalmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Frente a isso, observa-se que no cotidiano há uma necessidade dos atores envolvidos entender as diversas faces da violência doméstica, para que cobrem do Estado a implementação de mais políticas públicas voltadas para promoção, prevenção das situações de violências contra as mulheres; e propicie a qualificação dos profissionais, de modo que desenvolvam uma melhor intervenção nas práticas de saúde.

Apontam-se os estudos de Nascimento e Ferreira (2016) que os obstáculos à saúde da mulher em situação de violência doméstica, encontram-se relacionados aos aspectos dos investimentos na implantação e implementação de ações fundamentais que assegurem a integralização e a intersetorialidade do trabalho; de forma que, favoreça o fortalecimento da Rede de Atenção á saúde da Mulher.

Argumenta ainda esse autor que, o aumento do adoecimento de mulheres, tanto físico quanto mental, têm conotação com diversos fatores relacionados às condições de vida, de pobreza, de trabalho, da qual, as mulheres estão submetidas; bem como, às dificuldades no acesso aos serviços de saúde especializado de qualidade.

Nesse sentido, indaga-se, se mulheres que sofreram violência doméstica têm maior probabilidade de adoecimentos físicos e consequências psicológicas; Se os fatores sociais e demográficos possuem alguma relação direta com a violência; Se as leis de proteção da mulher são suficientes e eficazes para extirparem as situações de violência contra as mulheres.

Nessa direção, busca-se analisar os dados históricos da construção de gênero e sua correlação com violência doméstica, levantando um cenário que

mensure e apresente as possibilidades de ruptura com o ciclo de violência, concretizados por meio das intervenções e apoio do CEVAM; Identificar os sintomas e agravos na saúde das mulheres com histórico de violência; e por fim, avaliar se houve aumento dos investimentos públicos com a saúde das mulheres estudadas.

Diante do exposto, a criticidade do debate foi aprofundada no sentido de não apenas conceituar a violência doméstica contra as mulheres, mas também, em demonstrar a responsabilidade do Estado no combate à violência doméstica, especialmente no que tange os serviços de Atenção à Saúde da Mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) como política social de Estado, que têm o dever de assegurar direitos.

Portanto, não se pretende esgotar a discussão sobre a violência doméstica contra a mulher enquanto uma questão de saúde, pois o tema é vasto e complexo. Mas deixar registrado como oportunidade de denúncia e contribuições que merecem maior atenção e compromisso ético-político do Estado e da sociedade, para que haja maior possibilidade de mudança e interrupção dessa realidade, que ainda é muito presente na sociedade contemporânea.

2. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher é produto histórico que traz estreita relação com as categorias de gênero e suas relações de poder. Isso ocorre porque ao longo da trajetória da construção social de gênero, se atribui à mulher um papel estereotipado e ideologicamente transformou a condição feminina em inferior a masculina, que somado ao aspecto biologicista intensificou a subalternidade à mulher.

Ressalta Chauí (1985) que as primeiras definições teóricas sobre a concepção de gênero levaram a uma construção ideológica da dominação do masculino sobre o feminino, resultando em diferenças nas desigualdades hierárquicas relativa aos gêneros. Tais desigualdades ocasionaram diversas situações de violências contra a mulher. Visto que, a imposição masculina geralmente ocorria com a finalidade de dominar, explorar e coagir o ser dominado - a mulher, que se convertia em “objeto” e não em sujeito, se tornava dependente e passivo do ser dominante – o homem, assim, ficavam sem autonomia para expressar sua subjetividade.

Nesse contexto, Puleo (2004) referenda o predomínio de uma sociedade machista e patriarcal iniciada desde a Antiguidade até a Contemporaneidade; no qual foram marcadas pela hegemonia do masculino sobre o feminino. Sendo

assim, somente o homem era privilegiado como sujeito da história e ocupava diversos espaços importantes na sociedade com a participação na política, na econômica, no direito e no exercício da função patriarcal.

Aponta Chauí (1985) que, para a mulher restava apenas o espaço privado, cujas principais atribuições se voltavam exclusivamente para o cuidado direto com o ambiente familiar e reprodução dos filhos. Desse modo, a sociedade percebia a mulher sob a ótica biologicista como ser exclusivamente sexual.

Nessa compreensão, a violência de gênero se naturaliza, tendo em vista que, a mulher era considerada apenas sob a perspectiva do determinismo biológico, no qual o discurso do masculino sobre o feminino definia a sua feminilidade pela capacidade de se reproduzir, apenas.

A autora (1985) assinala que, as mulheres independentes da sua condição social se reconheciam pelo sexo feminino; se anulavam diante das demais questões. Com isso, se intensificam uma relação desigual de poder das mulheres, frente aos homens.

Scott (1995) também corrobora que, a violência contra a mulher tem conotação de gênero, pois, esse conceito é utilizado tanto para denominar as relações construídas culturalmente entre homens e mulheres; quanto para limitar os papéis domésticos construídos historicamente. Acrescenta ainda que, os atributos de gênero definidos no âmbito familiar geralmente designavam o espaço público para serem ocupados pelos homens, enquanto que o espaço privado deveriam ser preenchidos pelas mulheres.

De acordo a autora (1995), ocorreu uma supervalorização da virilidade masculina em detrimento da feminilidade. Assim, os papéis de gênero gradativamente são absorvidos pela sociedade, principalmente no âmbito familiar, espaço privado, onde se ínicia todo o processo de socialização dos indivíduos. A partir da apropriação das funções domésticas, se constroem as diversas formas de comportamentos e representação social e cultural de gênero.

Nesse sentido, Saffioti (1995) expõe que, a violência de gênero é estrutural. Mulheres são vítimas da violência masculina, por que as regras e comportamentos sociais e culturais construídos e imputados na sociedade corroboram com esse fenômeno.

Reafirma Czapski (2010), que a representação de gênero, como toda identidade cultural é construída por meio de simbolismo, signos e representações sociais. E secularmente, o homem ao se apropriar dessa construção cultural, que também imputam a virilidade masculina, acabam praticando violência doméstica contra ás mulheres.

Nessa perspectiva, Saffioti (1995) assinala que, a consolidação da família como estrutura da sociedade impenetrável, constitui o espaço privado, que têm

se tornado um lugar culturalmente propício ao desencadeamento das relações de violência contra a mulher, em vez de, oferece-lhe segurança.

Explicita Bourdieu (2005) que, o homem tem instituído de forma cultural, a definição de um ser viril, e se internalizou que o mundo masculino considera qualidades indispensáveis do universo másculos, tais como: a força, o poder e a potência sexual, que são meios utilizados para a dominação e sobreposição do feminino.

Diante do exposto, apreende-se que a trajetória histórica da construção de gênero retrata socioculturalmente uma supervalorização do masculino em relação ao feminino e se sustenta na ideologia de que o processo de socialização do homem se faz para dominar a mulher. Assim, a mulher ao submeter-se ao poder do macho, reproduz as relações que expressam a violência contra si própria; seja por negação aos seus direitos, ou por desrespeito à condição feminina e a sua subjetividade. Portanto, esses fatores na maioria dos casos fragiliza a mulher e impossibilita-a romper com o ciclo de violência doméstica que vivência.

3. O MOVIMENTO FEMINISTA E OS MECANISMOS LEGAIS DE PROTEÇÃO Á MULHER

Souza (2009) assevera que na última metade do século XIX ocorreram alguns avanços e conquista referente ao protagonismo e aos direitos da mulher. Inicialmente foram editados os primeiros jornais que reivindicavam os direitos femininos, assim sendo, os textos elaborados denunciavam a condição de inferioridade assumida pelas mulheres na sociedade, e também retratavam a necessidade das mulheres serem inserida na educação, no mercado de tralho, no espaço público.

Essas manifestações demarcaram um movimento contra a discriminação feminina, no qual lutavam por mais visibilidades das mulheres que viviam na opressão e no silêncio do seu espaço privado.

Com esse movimento de luta, gradativamente foram ocorrendo diversas transformações do gênero feminino em relação ao masculino. Assim, Ramos (2011) pontua que, em decorrência da luta das mulheres, se conquistou avanços na sua autonomia, igualdade de valor com os homens, liberdade, direitos sociais e ocupações nas posições mais elevadas do trabalho e do meio político. Com isso, no final do século XIX as mulheres começaram a usufruir dos frutos de suas lutas, deixando os trabalhos domésticos para trabalharem nas indústrias e em outros espaços públicos.

Com base em Nery Júnior (2010), observa-se que, durante o período da

I e II Guerra mundial as mulheres se fizeram mais presentes nas indústrias, a fim de garantir o sustento da família, enquanto que, os esposos estavam convocados para Guerra. Diante desse cenário, as mulheres se tornaram vítimas de exploração e discriminação no ambiente de trabalho por possuir uma remuneração inferior ao dos homens quando exerceriam as mesmas atividades.

Frente a isso, desencadeou-se uma grande Revolta das operárias de uma fábrica de Tecido em Nova Iorque, Estados Unidos da América. Essa culminou numa grande greve do dia 08 de março de 1857, no qual ocuparam a fábrica e reivindicaram por melhores salários e condições de trabalho. Contudo, essa manifestação foi reprimida violentamente, com o aprisionamento da operarias na empresa, seguida de incêndio no local, o que resultou na morte de 130 mulheres. E a partir desses acontecimentos, o dia 8 de março de 1975 foi consagrado internacionalmente pela ONU como o dia “D” da Mulher, para rememorar os movimentos de lutas feministas.

No Brasil no alvorecer do século XX a mulher conquista o direito ao voto no governo de Getúlio Vargas, em 24 de Fevereiro de 1932. Contudo, observa-se que este direito foi regulamentado parcialmente, pois às mulheres analfabetas ainda não eram concebidos esse direito. Já em 1934 foi consagrado na Constituição Federal o princípio da igualdade entre os sexos; em 1949 foi fundada a Federação de Mulheres no Brasil. Segundo Burke (1992), o ano de 1970 foi marco da presença de mulheres no movimento feminista, no qual esta ganhou maior visibilidade política no seio da sociedade. Enquanto que, no espaço acadêmico se aprofundou os estudos e pesquisas voltadas para as teorias de gênero e do feminismo. No ano de 1977 foi promulgada a lei do divórcio no Brasil, demonstrando um avanço no direito civil da mulher.

Representou a promulgação da Constituição Federal de 1988, um dos maiores avanços nos marcos legais de conquistas histórica dos direitos sociais das mulheres, pois, com essa lei ampliou e afirmou a visibilidade de sua condição enquanto sujeito de direito; assegurando oportunidades e o reconhecimento do seu espaço. Confirma (LIMA, 2016, p.9) que,

> A Constituição de 1988 foi sem sombra de dúvidas um documento jurídico de real importância para o direito das mulheres, já que se deu a ampliação constitucional de direitos de cidadania feminina. Dessa forma, além de restaurar a democracia no Brasil, a Carta Magna também é um marco na defesa de direitos igualitários para as mulheres, nunca antes vivenciado.

No contexto internacional e brasileiro, somado a promulgação dos marcos legal supracitado, aconteceram ainda, debates envolvendo a sociedade Civil; no qual, foram concretizados por meio das mobilizações e realização de diversas

Conferências, que pautaram a problemática da violência contra a mulher e o seu aceso à assistência por meio da promoção de política social a serem efetivadas pelo Estado na perspectiva de direitos.

Essas discussões provocaram o Estado no sentido de legitimar, fortalecer, implantar e programar planos e projetos, que seriam desenvolvidos por meio da política social pública, no qual, se voltaria para um atendimento especializado à mulher. Com isso, ganharam destaque à política assistência social, de segurança pública – (criou as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher) e em especial a saúde, objeto desse estudo.

Os autores apontam que o ano de 2004 também representou um marco na história da conquista das mulheres no cenário brasileiro, por que trouxe o processo de amadurecimento das políticas para as mulheres.

E somado a esses avanços, ocorreu a promulgação da Lei Maria da Penha em 07 de agosto de 2006, que corrobora com a consolidação dos direitos da mulher e, se torna um instrumento mais atual de defesa desses direitos. De modo que, ao preconizar o aparato jurídico-legal, também, assegura as diretrizes para o enfrentamento da violência contra as mulheres, conforme explicita Brígido e Carolina (2012).

Observa-se que, mesmo diante das conquistas jurídicas e sociais elencadas, há desafios e contradição no processo de efetivação dessas leis, frente às expressões do real vivenciado pelas mulheres vítimas de violência doméstica. Visto que, ainda não é possível afirmar que, a sua condição feminina tenha sido elevada de forma plena, a uma posição de igualdade em relação ao homem. Assim, o sexo masculino permanece desfrutando de maiores acesso a emprego e renda do que as mulheres; Além disso, a violência doméstica continua a fazer parte do seu cotidiano nos diversos espaços em que a mulher ocupa.

Nesse sentido, ainda há evidência do alto índice de mulheres vítimas de violência doméstica em pleno século XXI, que foram mensurados nos dados geográficos. Sendo assim, estima-se que na França, 95% das vítimas de violência são mulheres, onde 51% são agredidas pelos maridos, conforme assinala Bernardes (2005); Na china uns terços das mulheres afirmam que sofrem violência física dos maridos; A Àfrica do Sul é considerada capital mundial do estupro, onde cento e cinquenta mulheres são estupradas por dia, calculando-se em média um abuso sexual a cada vinte e sete segundos, afirmam Lima e Rocha (2012); Na Bolívia, marido que agride a esposa, somente é punido se a mulher ficar incapacitada por mais de trinta dias; No Paraguai, maridos que matam mulheres flagradas em adultério são impunes pela lei. No Brasil “a cada quinze segundos uma mulher é agredida”, conforme aponta Nery Junior (2010, p. 6); ou seja, sobre o agressor constatou-se que, 100% das mulheres vítimas

de violência doméstica são agredidas por homens, com quem possuem vinculo afetivo ou tiveram convivência.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) os fenômenos da violência doméstica se correlacionam também com os aspectos demográficos, tais como: o desemprego, a pobreza, a baixa renda, baixa escolaridade, desigualdade social, econômica, que acrescentado ainda, aos aspectos culturais de uma sociedade conservadora, com os componentes da subjetividade feminina, provocam uma codependência da mulher em relação a figura do agressor, dificultando assim, o rompimento com as relações de poder e da desigualdade.

Em suma, se a mulher está em posição de igualdade como homem, passa a exercer os mesmos direitos e oportunidades, nos quais as diferenças existentes entre homens e mulheres deveriam ser reconhecidas, respeitadas e não utilizadas como justificativas para o exercício da violência contra o gênero feminino. Portanto, “igualdade de gênero significa igualdades de direitos e oportunidades para homens e mulheres, tanto na realização profissional como na isonomia salarial e na vida doméstica”, conforme expõe Nery Junior (2010, p. 20). Dessa forma, assevera que na sociedade contemporânea, ainda permanecem alguns traços machistas reproduzidos da sociedade patriarcal.

4. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO FATOR AGRAVANTE DA SAÚDE DA MULHER

Discorrer sobre a violência doméstica requer qualificar o “lucus” de abordagem desse fenômeno, assim sendo, a pesquisa bibliográfica e de campo demonstrou que há um consenso, de que a violência é uma questão de saúde pública por afetar negativamente a integridade física e emocional das mulheres vitimizadas.

Nessa perspectiva, a Organização Mundial de Saúde (OMS) também concorda que a violência contra a mulher é de fato uma questão de saúde pública, porque, tem afetado negativamente a integridade física e emocional da mulher vítima de violência e, consequentemente tem demandado um aumento de investimentos em recursos nos serviços de saúde pública.

Com isso, a violência acaba sendo reconhecida no âmbito internacional e nacional, como uma questão social e de saúde pública, por expressar a violação de direitos, embora apresente expressões variadas em diferentes contextos e culturas, conforme referenda Grossi (1996).

Nesse sentido, Crowell et all Burges (1996) expõe que, a questão da violência é multifacetada, se expressa de diferentes formas, tais como: agressões físicas e sexuais, abusos emocionais, prostituição forçada, mutilação genital,

violência racial, ainda pode ser cometida no meio familiar.

Frente às essas considerações, apreende-se que a violência doméstica aparece de forma multifacetada e expressa por meio da violência interpessoal como agressão física, abuso sexual, abuso psicológico, negligência, abandono, maus-tratos, entre outras. Também pode ser exercida por indivíduos que possui algum vínculo com a vítima.

Com base em Mantelli (2004), observa-se que consequências que as consequências da violência doméstica contra á mulher podem provocar danos irreversíveis por comprometer de forma ímpar a saúde mental desta.

Diante disso, constata-se que os principais agravos que acometem à saúde da mulher vítima de violência doméstica, são os sintomas psicológicos, como a insônia, a depressão, estresse pós-traumático, ansiedade, síndrome do pânico, entre outros. Todas foram vítimas de companheiros, maridos ou ex-maridos, conforme referenda (KASHANI; ALLAN, 1998, apud.MAHL, Álvaro Cielo et al, 2016).

Nessa direção, a pesquisa com recorte à saúde das mulheres vítimas de violência doméstica, que foram atendidas no CEVAM no decorrer do ano de 2016, demonstram que, os principais agravos se relacionam á depressão, gastrite, sutura na perna, hipertensão, síndrome do pânico, crise nervosa, arritmia, intestino preso, enxaqueca, diverticulite, insônia, sequelas na audição, falta de apetite, prisão de ventre, ansiedade, diabete, inflamação nos nervos.

Dentre as mulheres vítimas de violência doméstica, apresentaram em sua totalidade, distúrbio psicológico, com destaque à depressão com 75% (9/12), à síndrome do pânico em 25% (3/12) e 41,7% (5/12) alegaram ter mais de um sintoma psíquico e sequelas na saúde mental. Entretanto, nota-se que 100% das mulheres que sofrem algum tipo violência demonstraram problemas de saúde, enquanto que 83% de mulheres que não sofreram violência apresentam problema de saúde.

Assinalam Schraiber e D’ Oliveira (200) que, há associação de risco entre a experiência da violência e o desenvolvimento de agravos, de ordem física e mental, pois os estudos apontam que mulheres que sofreram ou sofrem violência apresentam problemas de saúde com consequências psíquicas e de comportamento.

É diante da expansão da violência, com altos números de vítimas, pela magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz, essa problemática adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em muitos países.

Com isso, o setor Saúde se constitui no espaço para onde se convergem todos os corolários da violência, pela pressão que exercem suas vítimas sobre

os serviços de urgência, atenção especializada, reabilitação física, psicológica e assistência social, (OMS, 2002, apud. MINAYO, 2006, p.49).

Assim sendo, prevalece na pesquisa a compreensão de um enfoque da saúde integral das mulheres, que assegurem os direitos sexuais e reprodutivos visando à promoção da melhoria da qualidade de vida das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital, conforme referenda o Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres, Brasília (2004a).

Frente ao exposto, o resultado desse estudo mostra que a média de doenças por mulheres que sofreram violência doméstica é maior do que as que não forma vítimas de violência. Portanto, confirma a prerrogativa de que mulheres que sofrem ou sofreram violência têm agravos maiores à saúde, e, por isso, demandam uma atenção especializada da política social, em especial do Sistema Único de Saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a investigação empreendida por meio do percurso teórico-metodológico, apreende-se que as mulheres vítimas de violência, em especial aquelas atendidas no CEVAM, apresentaram maiores sequelas em relação à saúde física e mental, no qual, muitos dos casos são irreversíveis. Sendo assim, se evidencia que a violência psicológica é o principal fator de agravo e acometimento à saúde mental dessas mulheres, por isso, têm constante necessidade do acesso a um cuidado especializado nos serviços públicos.

Nesse sentido, observa-se que, o Sistema Único de Saúde tem se destacado no atendimento à mulheres em situação de violência. Entretanto, sofre também pressão externa por absorver em sua totalidade o quantitativo dessa demanda. Diante disso, os profissionais ficam sobrecarregados, os serviços reduzem a qualidade e o Estado minimiza cada vez mais das suas responsabilidades, frente às investidas neoliberais.

Nesses moldes, as diretrizes da política de saúde que direcionam uma atenção integral às mulheres vítimas de violência devem ser reafirmadas, cada vez mais sob a perspectiva da transversalidade, da intersetorialidade; pois, esses conceitos validam que somente a saúde, não consegue realizar a promoção, prevenção do enfrentamento á violência contra mulher. Assim, apontam a necessidade de construir e fortalecer um trabalho em Rede Especializada de Atendimento para além da política de saúde.

Com isso, compreende-se que a violência por ser um fenômeno multifacetado, requer também que seja analisada pelos diversos conhecimentos e políticas sociais.

Apreendeu-se que, os direitos civis e sociais das mulheres só foram conquistados ao logo da história, porque houve o movimento de luta feminista, onde denunciaram todo forma de opressão, de discriminação, e machismo, vivenciados secularmente por estas em seu espaço privado.

Com isso, provocaram toda sociedade e Estado no sentido de consolidar algumas legislações e espaços de discussões que pautasse a questão da mulher, tendo destaque a lei Maria da Penha e a Constituição Federal de 1988 como um dos instrumentos mais atuais de defesa dos direitos das mulheres.

Diante do exposto, nota-se que apesar dos avanços que legitimaram e asseguram a proteção das mulheres, ainda há vários desafios a serem alcançados. Visto que, nem sempre os aparatos legais e políticas sociais que contribui no enfrentamento da violência, têm sido suficientes para superar na contemporaneidade os traços culturais de uma sociedade patriarcal que, permanece latente e perpetua a violência doméstica contra a mulher.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço.** Brasília, 2001;

BRASIL, Ministério da Saúde. **Temático Prevenção de Violência e Cultura de Paz II.- Brasília Organização Pan-Americana da Saúde,** 2008;

BURKE, Peter. A **escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo – SP. Editora UNESP, 1992;

CEVAM – Centro de Valorização da mulher Consuelo Nasser. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pages/CEVAM>.Acessado em: Abril 2015;

CHAUÍ, Marilena; CARDOSO, Ruth; PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher.** Volume 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Participando do debate sobre mulher e violência; p.25-62.

CROWELL, N.; BURGESS, A. **Understanding violence against women: panel on research on violence against women.** Washington: National Academy Press, 1996;

GROSSI, K. **Violência contra a mulher: implicações para os profissionais de saúde.** In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.) Gênero e

Saú- de. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.133-149

KASHANI; ALLAN, 1998. **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM GRUPO PSICOTERAPÊUTICO COM AGRESSORES CONJUGAIS.** In: MAHL, Álvaro Cielo;;

LIMA, Carolina Araújo Florêncio de. **A participação das mulheres na elaboração da Constituição federal de 1988:** o Lobby do Batom. 2016. 18 f. Trabalho de conclusão de curso (Gradução em Direitos), Departamento de Direito, Universidade. URI: //monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/3293;

MANTELLI, Mônica (2014). **Os vários tipos de violência contra a mulher** – Disponível em: www.jornaldotocantins.com.br/.../os-vários-tipos-de-violência-contra-a-mulher, acessado em: novembro de 2016;

MINAYO, MCS. **Violências e acidentes na pauta do setor saúde**. In: Violência e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection, pp. 44-51.

NASCIMENTO, Bruna Maria de Sousa do; FERREIRA, Edley Juliana Menezes. **PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA SAÚDE DA MULHER: PRINCIPAIS ENTRAVES E DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS.** Disponível em: www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/039.pdf, acessado em: dezembro de 2016

NERY JUNIOR, José Carlos Miranda. **Lei Maria da Penha: uma superação coletiva.** Goiânia-GO. Ministério Público, 2010;

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004;

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004;

PULEO, Alicia. **“Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de**

futuro”. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. 1. ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p.13.34;

RAMOS, Oliete de Souza. 2011. **Emancipação da mulher: a luta pelos direitos. Recanto das Letras.** Disponível em: http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2847529, acessado em setembro de 2015;

SAFFIOT, Heleieth. I. B. ALMEIDA, **Suely Souza de. Violência de Gênero: Poder e Impotência.** Rio de Janeiro: Reinvinter, 1995;

SCHRAIBER, L. B., D´OLIVEIRA, A. F. P. L., FRANÇA-JR, I., STRACKE, S., OLIVEIRA, E. A. **A violência contra mulheres: demandas espontâneas e busca ativa em unidade básica de saúde.** Saúde Soc., v.1-2, n.9, p.3-15, 2000;

SOUZA, Beatriz Pigossi; DOS SANTOS, Jurandir José. **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA–LEI “MARIA DA PENHA”: SOLUÇÃO OU MAIS UMA MEDIDA PALIATIVA?**. Intertem@ ISSN 1677-1281, v. 16, n. 16, 2009.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE ESTOQUE: UM ESTUDO REALIZADO EM UM POSTO DE RESFRIAMENTO DE LEITE NA CIDADE DE RIO VERDE – GO

Caroline de Souza Castro
Acadêmica do Curso de Administração da Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: caroline18castr@gmail.com.

Renata Ferreira Chavaglia
Professora de Administração e Coordenadora do NICOM da FAR Graduada em Tecnologia de Agronegócio e Especialização em Gestão Estratégica Empresarial pela Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: renata_chavaglia@hotmail.com

RESUMO : Este artigo científico trata de um assunto voltado à importância da gestão de estoque, dentro das organizações. Os colaboradores das empresas adquirem melhor noção de como funciona a gestão de estoque na prática, por isso a relevância de estudar este tema. As empresas buscam diminuir o custo, para aumentar a lucratividade, e desafiam então o gestor para esta tarefa. No entanto, para alcançar o sucesso, é extremamente importante que a organização se preocupe com esta área, somente controlando os materiais da empresa, desde a matéria-prima até os materiais indiretos, consegue-se a redução de custo tanto desejada. O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar como a gestão de estoque impacta a organização, e apontar sua relevância. Para a realização deste artigo, buscou-se um estudo desenvolvido por meio de estudo de caso observatório e pesquisa com base em livros, artigos científicos e sites da internet. Ao final da pesquisa conclui-se que este controle precisa ser realizado pelo gestor, contando com a colaboração de todos os envolvidos. Apenas com a prática de controlar os materiais da empresa, o desperdício e a falta de materiais serão evitados. A partir do resultado encontrado elaborou-se uma discussão, que informa os dados coletados e identifica os pontos a serem melhorados.

Palavras-chave: Gestão. Estoque. Controle.

STOCK MANAGEMENT MADE IN THE MILK COOLING POSITION, IN THE CITY OF RIO VERDE - GO

ABSTRACT : This paper deals with an issue related to the importance of inventory management within organizations. The employees of the companies acquire a better understanding of how inventory management works in practice, therefore the relevance of studying this theme. Companies seek to reduce cost, to increase profitability, and then challenge the manager for this task. However, to achieve success, it is extremely important that the organization is concerned about this area, only by controlling the materials of the company, from the raw material to the indirect materials, the desired cost reduction is achieved. The purpose of this research is to identify and analyze how stock management impacts the organization, and to point out its relevance. For the accomplishment of this article, a study was developed through case study observatory and research based on books, scientific articles and internet sites. At the end of the research it is concluded that this control needs to be performed by the manager, counting on the collaboration of all involved. Only with the practice of controlling the company's

materials, wastage and lack of materials will be avoided. From the result found a discussion was elaborated, which informs the data collected and identifies the points to be improved.

Key words: Management. Stock. Control

1 INTRODUÇÃO

Este artigo científico visa apresentar a atribuição da gestão de estoque no Posto de Resfriamento de Leite, na cidade de Rio Verde – GO. Possui o objetivo de cumprir o estágio obrigatório, justifica-se por meio de estudo de caso observatório, também por meio de estudo bibliográfico. A pesquisa busca apontar relevância de controlar o estoque da empresa, mostrando as vantagens e suas desvantagens.

De acordo com o estágio realizado, o problema identificado foi: O que fazer para faturar as notas fiscais dos produtores, com mais agilidade? As prováveis hipóteses seriam a própria unidade em efetuar o lançamento de seu estoque no sistema e contratar mais funcionários para a unidade central, que efetua os lançamentos do estoque das unidades filiais.

O objetivo geral foi controlar o estoque, de modo que os estoques físicos e contábeis fiquem equivalentes. Já os objetivos específicos foram sempre conferir a nota fiscal na hora de receber as mercadorias, conferir o lançamento da nota fiscal, confrontar com o sistema, após o faturamento do produto, conferir se o mesmo saiu do estoque, e realizar inventário de estoque mensal.

Abordará o porquê em controlar o estoque, mostrar que essa gestão é um indicador de custo e trazer dados necessários para a empresa alcançar o objetivo.

Uma estratégia muito utilizada atualmente, para melhorar e auxiliar na gestão de estoque, é o inventário de estoque, que também será abordada a sua relevância no controle dos materiais.

Seguindo essa linha de raciocínio será abordado como esta estratégia funciona com o uso da tecnologia para a gestão de estoque. Hoje, com a globalização e a informação rápida, é necessário um bom sistema de gestão para poder controlar a organização.

Será apontada também a ferramenta curva ABC, que faz uma análise nos produtos da empresa, classificando-os entre os mais importantes e menos importantes.

Por fim, será relatada uma conclusão do estudo, através das respostas do questionário, aplicado na empresa estudada.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A importância da gestão de estoque

O estoque são todos os materiais que a empresa possui na empresa e utiliza no processo produtivo. Nos casos de revenda, o estoque são produtos acabados, que é repassado diretamente para o consumidor final.

> Um dos grandes desafios da administração de materiais está em dimensionar e controlar os estoques para tentar mantê-los em níveis adequados, ou então reduzi-los se afetar o processo produtivo e sem aumentar os custos financeiros (CHIAVENATO, 1991, p.75).

Chiavenato (2005) também comenta que os estoques são um meio de investimento, e podem alcançar os ativos totais da empresa. A gestão dos estoques apresenta características que exigem um bom relacionamento com todas as áreas da empresa, principalmente porque estoque também traz custo para organização.

Garcia et al. (1998, p.9) relatam que “o estoque é gerador de riquezas, uma vez que ele representa as mercadorias que serão colocadas à disposição do consumidor, isto é, serão vendidas”, ou seja, o estoque necessita, portanto, “garantir o alcance do objetivo operacional da empresa, seja ela a produção, a venda ou a prestação de serviços”.

Chiavenato (2005) elucida que as principais funções do estoque é oferecer os suprimentos à empresa, diminuir demora ou atraso na entrega de materiais, proporcionarem economias de escala, pela rapidez e eficiência no atendimento às necessidades.

A revisão de literatura mostra que, é de extrema importância controlar o fluxo de qualquer material, dentro de uma organização. Para alcançar o sucesso, o gestor precisa estar sempre atento em todos os processos de uma empresa. Um deles é ajudar a controlar o estoque, desde a chegada do produto, até a saída do mesmo. Em empresas de médio a grande porte, a responsabilidade de gerir o estoque é de um gestor de materiais, porém mesmo que não haja esta função, a gestão de estoque deve ser trabalhada de forma eficaz.

2.2 Controle de Estoque

Segundo uma pesquisa do Sebrae (2016), o controle do estoque evita o acúmulo ou a falta de produtos, ajuda a controlar as finanças e o espaço físico da empresa. Controlar os custos da organização é base para alcançar o sucesso

com eficiência e eficácia.

> O controle físico e financeiro de estoque tem como objetivo básico informar a quantidade disponível de cada item existente na empresa, seja matéria-prima, seja mercadoria, e quanto essa quantidade significa em valores monetários. Controlar as entradas e especialmente o consumo de materiais é uma das funções mais básicas de uma empresa. Nem por isso é uma função menos importante, na medida em que os materiais representam cerca de 60% dos custos de um negócio (SEBRAE, 2016, s.p).

Dentro do controle de estoque, a empresa pode criar o estoque de segurança para suprir as necessidades de cada departamento. De acordo com Chiavenato (2005, p. 69) “sua função é proteger o sistema produtivo quando a demanda e o tempo de reposição variam ao longo do tempo”.

2.3 Indicador de Custo

O monitoramento do estoque é um grande indicador de custo, dentro das organizações. Segundo Arozo (2006), a gestão incorre em dois tipos básicos de custo, o custo de manutenção de estoque e custos associados à falta do mesmo. Saber o quanto se gasta de produtos, é de suma importância para ter o estoque necessário para consumo. E no caso de revenda, garantir que os produtos estejam disponíveis na hora que o consumidor precisar.

Na visão de Araújo (1981), a gestão de estoque preocupa-se em garantir os materiais de consumo habitual na empresa, quer na produção, quer nos outros departamentos da organização.

> Todo material estocado gera custos, aos quais denominaremos custos de estoques ou custos de estocagem. Os custos de estoques dependem de duas variáveis: a quantidade em estoque e o tempo de permanência em estoque. Quanto maior a quantidade e quanto maior o tempo de permanência, tanto maiores serão os custos de estoques (CHIAVENATO, 2005, p. 92).

No entender de Moura (2004, p.12), “quanto maior a quantidade de material estocado, maiores serão os custos de manutenção”. Portanto, o controle dos materiais fará com que este custo diminua.

“A administração de estoques exige que todas as atividades envolvidas com controle de estoques, qualquer que seja a forma, sejam integradas e controladas num sistema em quantidades e valores”. (DIAS, 1993, p.24)

Um departamento que está ligado à gestão de estoque, é a de suprimentos ou compras. Pozo (2010) esclarece que eles possuem total responsabilidade em toda a atividade na empresa, pois somente será possível se for abastecida com

informações e materiais.

2.4 A importância do inventário na gestão de estoque

O inventário de estoque é uma ferramenta utilizada pela gestão de estoque, para realizar a contagem de todos os materiais informados em estoque.

De acordo com a ADV tecnologia (2015), o inventário é o responsável por fazer o levantamento da quantidade de bens que constam nos estoques da empresa. Portanto, para que essa gestão seja funcional, deve-se levar em consideração o alcance do controle da organização.

Os principais motivos para realizar um inventário são: redução de perdas, melhora no atendimento ao cliente e o cumprimento da legislação (ADV tecnologia, 2015).

Chiavenato (2005) assevera que por outras razões que são realizadas também o inventário de estoque que, é permitir a verificação das discrepâncias entre os registros de estoque e estoque físico, ou seja, quantidade real no estoque, verificar as diferenças entre o estoque físico e o contábil, em valores monetários.

2.5 O uso da tecnologia na gestão de estoque

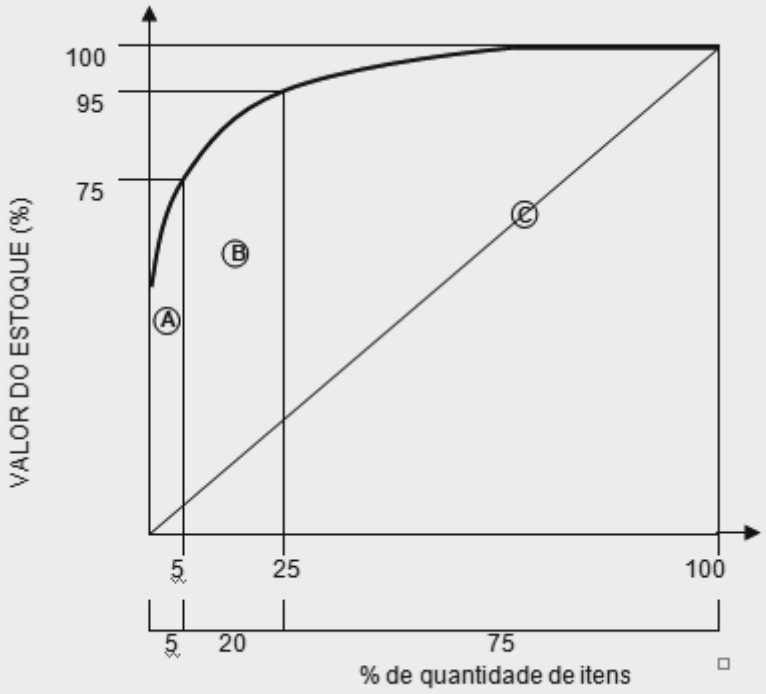
A informatização nos processos, dentro da organização auxilia o processamento de dados, em grande escala, ajudando no controle de todos os materiais. Com o crescimento da tecnologia, é impossível não utilizar algum sistema que possa ajudar, nos processos administrativos. A gestão de estoque não é diferente, áreas como planejamento e controle apresentam excelentes oportunidades para uma grande aplicação do computador devido ao fato, do grande número de informações que serão utilizados (VIANA, 1999).

Lidar com milhares de itens estocados, fornecidos por centenas de fornecedores, com possivelmente dezenas de milhares de consumidores individuais, torna a tarefa de operações complexa e dinâmica (SLACK et al., 1999). Portanto, o uso de um sistema de informação gerencial, para gerir o estoque, permitirá o total controle da entrada e saída dos materiais, quantidade consumida por departamento, quantidade do produto que é mais vendido, entre outros fatores. Essa informação consegue chegar rapidamente ao seu gestor, através de um relatório gerencial, onde informa os dados para o melhor controle. Para obtenção de maiores esclarecimentos Moura (2004) agrega que as organizações utilizam o ERP, sistema de planejamento de recursos de empreendimento. Este sistema é utilizado para todos os controles da organização.

Para a gestão de estoque, possui papel importante, pois com sua ajuda será mais fácil implantar as ferramentas administrativas e controlar os materiais.

2.6 Análise da Curva ABC

Ainda nos seguimentos de Chiavenato (2005), a classificação ABC consiste em classificar os materiais, de acordo com a vivência na empresa, entre materiais mais importantes e que possui alto consumo, que seriam produtos classe A, eles são os que mais impactam no faturamento ou em volume vendido, classe B são produtos com relevância, porém menos que os da classe A e classe C produtos com menor consumo que aparecem pouco no faturamento e não possuem grande volume de venda. Essa ferramenta também ajuda ao gestor, controlar o estoque para que não faltem materiais e suprimentos para os departamentos.



FONTE: VIANA, 1999.
FIGURA 1 – Distribuição típica e usual da curva ABC

De acordo com NK consultoria (2017) para utilizar a ferramenta da curva ABC é necessário responder algumas questões, como por exemplo quanto de mercado devo comprar, em qual produto tenho mais margem, qual produto que mais vendo em volume, qual produto mais rentável, quais mercadorias devo liquidar, é fundamental as questões serem respondidas de forma correta, para

que a utilização da ferramenta seja eficaz.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de cumprir a carga horária de 400 horas de estágio obrigatório necessário para a conclusão do curso de Administração, o estudo foi desenvolvido por meio de estudo de caso observatório, no estágio obrigatório, com a orientação de Clayton Gomes, supervisor da empresa. A observação foi realizada no setor administrativo, com foco em toda a gestão de estoque. A revisão de literatura foi feita com base em livros, artigos científicos e site da internet.

O estudo foi fundamentado através da avaliação do problema atual, por meio de informações vivenciadas e coletadas pela estagiária, com o intuito de observar, registrar, analisar, e classificar fatos, mediante questionário com 03 colaboradores da empresa. Este artigo abordou o tema gestão de estoque e teve por objetivo principal contribuir para a aplicação desta estratégia nas empresas, por meio da apresentação e discussão dos dados.

Na concepção de Yin (2005) o estudo de caso é uma ferramenta de pesquisa, e é utilizado quando, por intermédio de uma investigação, busca os dados não definidos, sobre a vida real ou situações empíricas.

3.1 Caracterização da empresa

Posto de resfriamento de leite, situada em Rodovia BR060 km 394, s/n, ala L no Setor Industrial, na cidade de Rio Verde Goiás. Empresa no ramo alimentício, de médio porte. Recebe cerca de 60 mil litros de leite por dia. Fundada em meados de 2012, foi construído o posto de resfriamento, para captar matéria-prima para sua produção de lácteos. Possui filial em todo Brasil, tanto na parte de postos quanto na parte de indústrias. Atualmente a empresa é responsável pela maior captação de leite no país.

Seus colaboradores consistem em um Técnico em Originação, que é Médico Veterinário, oferece suporte aos produtores referente à limpeza da ordenha e saúde dos animais. Dois na Administração, onde controla todo o processo de entrada e saída de leite, e também os suprimentos necessários para que isso ocorra. Dois na plataforma, onde se concentra a carga e descarga de Leite a Granel dos caminhões e por fim, dois analistas de laboratório, onde fazem as análises da qualidade do leite, antes de descarregar os caminhões e possíveis fraudes. Possui sete colaboradores nesta unidade, sendo dois com graduação completa, e os cinco restantes, com ensino médio completo. O

supervisor do posto administra a distância, é responsável por mais de 10 postos e faz visitas a cada trimestre.

FONTE: Elaborado pela autora, 2017.
FIGURA 2 – Organograma da Empresa

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos através de questionário realizado na empresa. Participaram no total 4 colaboradores, sendo dois do laboratório e dois da recepção de leite.

De acordo com a figura 3, não há um gestor de estoque na unidade. O responsável pelo almoxarifado é o líder do posto, ele controla os materiais e todos os insumos para realização das atividades, porém por ter várias outras tarefas, o estoque não era controlado.

FONTE: Elaborado pela autora, 2017.
FIGURA 3 – Gráfico: Possui Gestor de Estoque?

De acordo com a figura 4, 25% dos colaboradores consideram o trabalho do gestor regular, 75% informaram que o trabalho do líder da unidade é ruim.

FONTE: Elaborado pela autora, 2017.
FIGURA 4 – Gráfico: Trabalho do Gestor

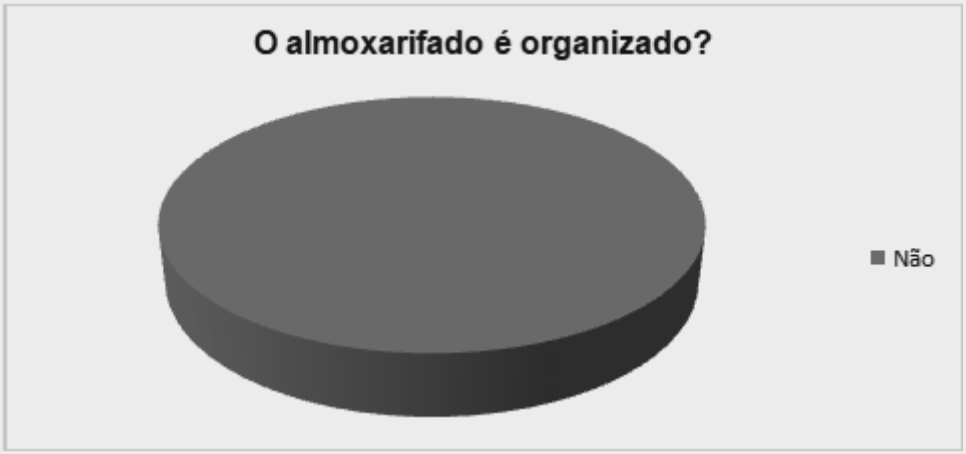
Conforme figura 5, todos os colaboradores responderam que possuíam os insumos necessários para a realização das atividades. Isso mostra que o responsável do posto, tinha muitas tarefas a serem desenvolvidas e talvez alguns departamentos não eram visualizadas da mesma forma.

FONTE: Elaborado pela autora, 2017.
FIGURA 5 – Gráfico: Possui os materiais para realização do seu trabalho?

Na figura 6 mostra que 50% dos colaboradores, que participaram da pesquisa, afirmaram que a empresa possui controle dos materiais que eles utilizam no dia a dia, porém 50% afirmam que não. De acordo com as informações, fica claro que é feito controle, porém não regular, ou é feito somente em alguns setores.

FONTE: Elaborado pela autora, 2017.
FIGURA 6 – Gráfico: Controle dos Materiais

A visão de todos colaboradores é de que precisa ser feito o controle do estoque, todos eles responderam que é necessário este controle. Na figura 7, informaram que o almoxarifado não é organizado, dificultando o acesso aos insumos. Foi verificado que qualquer um tem acesso a ele e que não possui nenhuma burocracia para retirada de materiais.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2017.
FIGURA 7 – Gráfico: O almoxarifado é organizado?

Foi identificado, na figura 8, que 25% dos colaboradores acreditam ter uma boa comunicação na empresa, e 75% informam não ter boa comunicação. Sabe-se que a comunicação é de extrema importância nas organizações, tanto da liderança até aos colaboradores, como dos funcionários até a liderança.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2017.
FIGURA 8 – Gráfico: Boa comunicação

Vale ressaltar que a comunicação entre os departamentos, também precisar ser observada, pois todos têm o mesmo objetivo na empresa.

Conforme visto na revisão de literatura, é importante classificar os materiais como mais importantes e menos importantes. Essa classificação facilita na organização do almoxarifado, organiza também os materiais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar através da análise realizada que o controle de estoque, é de extrema importância nas organizações e deve ser utilizado como estratégia para a diminuição de custos.

O estabelecimento desse controle traz diversos benefícios para a empresa como a maximização da redução de desperdícios, aumento da lucratividade, proporciona melhoria de comunicação entre os departamentos, para evitar a falta de materiais e insumos para a realização das atividades.

O problema levantado dentro da empresa foi que os produtores não estavam recebendo a nota fiscal dos produtos, por falta de organização da empresa nos lançamentos. Uma das hipóteses levantadas que deu resultado foi à sugestão da própria unidade lançar as notas fiscais dos produtos recebidos, pois atualiza assim o estoque com mais agilidade. Porém a hipótese de contratação de funcionários para a unidade responsável pelo lançamento, não foi atendido devido ao alto custo para manter o colaborador na empresa. O líder da empresa delegou as tarefas, e passou a controlar melhor as atividades diárias, apresentando maior qualidade no serviço prestado.

Enfim, o objetivo geral foi alcançado, pois foi mostrada a necessidade de controle no estoque, e hoje esta área é visualizada de forma diferente pelos

colaboradores da empresa, todos eles ajudam a manter o estoque organizado. O gestor da empresa delegou algumas funções para seus colaboradores, o que faz com que sobre mais tempo para trabalhar nesta área.

REFERÊNCIAS

ADV Tecnologia. In: A **importância do inventário de estoque.** São Paulo, Nov. 2015 v. 1. Disponível em: <http://www.advtecnologia.com.br/a-importancia-do-inventario-na-gestao-de-estoques/> Acesso em: 14 out.2016.

ARAÚJO, Jorge Sequeira. **Administração de materiais.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

AROZO, Rodrigo. **Monitoramento de desempenho na gestão de estoque.** Disponível em: www.centrodelogistica.com.br. Acesso em: 15.out.2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação a administração de materiais.** São Paulo: Makron, McGrawHill, 1991.

_____. **Administração de materiais.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: uma abordagem logística.** 4ed..São Paulo:Atlas, 1993.

GARCIA, Ana Maria F.; MELHADO, Heloísa M. C.; KRITZ, Sonia. **Administração de material e patrimônio.** 2.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998.

MOURA, Cassia E. **Gestão de Estoque: Ação e Monitoramento na Cadeia de Logística Integrada.** 1. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2004.

NK Consultoria. In: **Gestão de Estoque.** 2017 v. 1. Disponível em: <http://www.nkconsultoria.com/gestao-de-estoque> Acesso em: 25 abr.2017.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. In: **Como elaborar o controle de estoque de mercadorias.** 2016 v. 1. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-elaborar-o-controle-

de-estoque-de-mercadorias,8e80438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD> Acesso em: 13 out.2016.

SLACK, Nigel; et al. **Administração da produção.** Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 1999.

VIANA, João José. **Administração de materiais: um enfoque prático.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GESTÃO DE BIBLIOTECA NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS PARA O GESTOR

Alessandra Márcia Bueno Soares Morais
Formada em Letras (Licenciatura plena) pela Universidade de Rio Verde – Fesurv (2007); aluna do programa de pós-graduação em Latu Sensu em Gestão de Pessoas pela Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. Emal: alibissandra@gmail.com

Fabio Luis Teles
Professor, orientador da Faculdade Almeida Rodrigues; Mestre em Agronomia. Email: Fabio.teles@faculdadefar.com.br

RESUMO: A biblioteca é uma parte integrante de toda e qualquer instituição de ensino independente do nível. Sua função esta correlacionada ao desenvolvimento das atividades acadêmicas ligada aos ensino, pesquisa e extensão. O objetivo deste trabalho foi identificar como as bibliotecas devem ser vista, sob o ponto de vista gerencial, para atingir seus objetivos e metas no seio universitário, enfatizando o planejamento estratégico. Realizando uma revisão de bibliografia, nota-se a importância dos gestores para o bom funcionamento deste setor. Com um perfil complexo, diversificação das atividades, influências do meio interno e externo, a gestão de biblioteca requer conhecimento e atitudes proativas para seu bom funcionamento. O planejamento estratégico torna-se uma necessidade, pois permite além de um plano de ação para as atividades rotineiras, métodos de monitoramento e avaliação para identificar os inesperados. Esse artigo pode contribuir para que as bibliotecas comecem a pensar neste assunto, e implantar mecanismo que possam melhorar a qualidade de seus serviços.

Palavras Chaves: Planejamento estratégico. Biblioteconomia. Gestão de pessoas.

THE UNIVERSITY LIBRARY MANAGEMENT: CHALLENGES FOR THE MANAGER

ABSTRACT: The library is an integral part of any educational institution independent of the level. Its function is correlated to the development of academic activities related to teaching, research and extension. The objective of this study was to identify how libraries should be seen, under the managerial point of view, to achieve its objectives and goals within the university, emphasizing strategic planning. Conducting a review of the literature, we note the importance of managers to the performance of this sector. With a complex profile, diversification of activities, influences of internal and external environment, the library management requires knowledge and proactive for their proper functioning. Strategic planning becomes a necessity because it allows addition of a plan of action for routine activities, monitoring and evaluation methods to identify unexpected. This article may contribute to the libraries begin to think about this, and deploy mechanism that can improve the quality of its services.

Key-words: Strategic Planning. Library. People management.

1 INTRODUÇÃO

Parte primordial integrante de qualquer instituição de ensino seja ele básico, médio ou superior, a biblioteca possui um papel importante na construção e disseminação do conhecimento, permitindo que ações ligadas ao meio acadêmico como o ensino, pesquisa e extensão seja passiveis de ocorrem de forma eficaz, tendo neste ambiente um suporte do inicio ao fim no desenvolvimento intelectual e cultural dos alunos.

Para atingir os objetivo e metas a que se propõe as bibliotecas necessitam que praticas de gestão que vão desde a administração geral, passando pela de patrimônio e materiais até de pessoas, sua gerencia apresenta-se complexa, uma vez que tem que transpor as atividades internas, buscando interação na academia como um todo, para que consiga atender as demanda tanto de clientes internos quanto dos internos.

Neste ensejo o planejamento torna-se uma ferramenta útil ao gestor pois permite que este tenha conhecimento e formas previas e imediatas de contornar problemas para melhor desenvolvimento de suas atividades, na melhoria da prestação de serviço e no relacionamento com seus usuários.

Dada a importância deste espaço no meio universitário, este trabalho se justifica por investigar as principais concepções que as rotinas administrativas contribuem para melhor atendimento para os seus usuários, oferecendo serviços cada vez mais rápidos e eficientes.

O objetivo deste trabalho foi identificar como as bibliotecas devem ser vista, sob o ponto de vista gerencial, para atingir seus objetivos e metas no seio universitário, enfatizando o planejamento estratégico.

2 BIBLIOTECAS UM ESPAÇO INTELECTUAL E SOCIAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Ao conjunto de livros, ou acervo de livro disposto de forma ordenada e sistematizada denomina-se biblioteca (AURÉLIO, 2010). Sua função no seio universitário reflete sua importância nas atividades do meio acadêmico, sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão. Torna-se o espaço no qual as informações se concentram de forma impressa, em diferentes áreas do conhecimento, permitindo a construção de um ambiente próprio para o desenvolvimento cientifico e tecnológico (SALORT e MACHADO, 2011).

Assim, a biblioteca torna-se parte essencial dentro de uma instituição de ensino seja qual for seu nível, disponibilizando de diferentes meios (impresso, digital, áudio-visual), artifícios que são utilizados no processo de ensino-

aprendizagem.

Silveira (2009) afirma que este departamento torna-se um local social, com o papel de fomentar as atividades cotidianas acadêmicas, a qual para atingir suas metas e objetivos, deve desenvolver esforços para que as ações de ensino pesquisa e extensão desenvolvam-se no seio das universidades. A autora descreva as metas e objetivo como sendo:

> Considerada um dos pilares da vida acadêmica, as bibliotecas universitárias têm por função essencial subsidiar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidas nas universidades, mediante a provisão de recursos informacionais seletivos, diversificados e organizados (SILVEIRA, 2009 p.127).

Portanto, as bibliotecas devem fornecer materiais e recursos de caráter informativos, específicos e selecionados, apresentando diversificações de fontes e referencias, de forma sistematizada e organizada para que as atividades possam ser desenvolvidas de forma eficaz.

Caldim e Fleck (2004) complementam a função da biblioteca englobando diversos fatores que vão deste questão de recreação, transversalidade e aprendizagem e/ou educativas. As funções educativas estão relacionados a: reservas de espaços próprios para realização de leitura, com um ambiente calmo; fomento a pesquisa, com disponibilidade de materiais para a investigação. Das funções de recreação a biblioteca torna-se um local próprio para o desenvolvimento de atividades que visam desenvolver a criatividade; a educação para o lazer; a informação e orientação para a vida. Dentre os fatores técnicos englobam a parte de gerenciamento e organização dos recursos informacionais; exploração dos recursos disponíveis bem como realizar sua difusão para a comunidade escolar.

Assim, tem-se que a biblioteca destaca-se como um ambiente no seio educacional que possibilita não só o acesso a informação e conhecimento, mas torna-se um ambiente propicio para diversas atividades inerentes aos anseios e necessidades das diferentes disciplinas dos diferentes cursos e/ou series o qual a instituição oferece.

Entretanto atingir esses objetivos torna a gestão da biblioteca um processo complexo para atingir os objetivos a qual se propõe. Silveira (2009) afirma que o sucesso do bom funcionamento deste espaço inclui destas questões de conhecimento, gerenciamento e planejamento. Ressalta que dentro deste contexto faz-se necessário uma visão proativa de gestores e colaboradores envolvidos no seu funcionamento, que sofre influencias tanto interna como externa, promovido por atividades próprias do setor como dos demais das instituições.

3 GESTÃO DE BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A gestão de uma biblioteca torna-se um processo complexo que envolve diversos fatores que vão desde a administração de recursos e materiais, gestão de pessoas e administrativa. Carvalho (2008) ressalta a importância da administração deste espaço e as peculiaridades que ele apresenta em que o gestor necessita de habilidades e competência para que sua atuação possa atender as necessidades de usuários e não ferir interesses políticos- administrativos da alta administração, ratificando a afirmação em que os objetivos e metas a serem atingidos devem englobar não só aos inerente ao setor mas a instituição a qual pertence como um todo.

Corroborando com Carvalho (2008), Vergueiro (2000, p.2) já citava esses conflitos ao quais os gestores de biblioteca poderiam enfrentar:

> o oferecimento de níveis diferenciados de serviço para cada um desses segmentos: por um lado, os bibliotecários deixam-se guiar por suas preferências pessoais quanto a membros específicos da comunidade docente e discente, e, por outro, sentem-se constrangidos para a correta aplicação das normas estabelecidas quando têm que se defrontar diretores, chefes de departamentos, presidentes de comissões, etc. Desta forma, é muito comum que professores mais freqüentes tenham maior facilidade para empréstimo de materiais, alunos mais simpáticos tenham suas dívidas por atraso perdoadas com mais facilidade, os diretores obtenham o material que necessitam sem necessidade de deslocar-se até à biblioteca; no sentido oposto, é comum que professores mais exigentes em relação aos serviços sejam vistos como encrenqueiros e sejam tratados com menor disposição pelo pessoal de atendimento, bibliotecários de referência ou direção da biblioteca.

Os gestores no intuito de promoverem um crescimento das áreas fundamentais da biblioteca (acervo) têm que se preocupar com os recursos físicos, humanos e financeiros desta. O planejamento organizacional devem englobar desde questões relacionadas a expansão de coleções, introdução de tecnologias que visem otimizar seu funcionamento, melhoria dos processos que fazem parte da rotina do bibliotecário e ações educativas para conscientizar os usuários da importância do espaço e da conservação dos recursos que oferecem. Isso exige do gestor conhecimentos diferenciais e qualificação, para que suas responsabilidades possam ser desempenhadas de forma eficaz (SILVEIRA, 2009).

Salort e Machado (2011) ressaltam que a atuação de um gestor de biblioteca vai além das paredes a qual a delimita, e a formação acadêmica a qual possui. Formação e atualização de acervo, bem como sua expansão; sistematização da organização e classificação são funções mínima de sua atuação. O bibliotecário

gestor deve criar planos estratégicos que devem englobar desde os clientes internos como os externos, no intuito de liderar e estimular colaboradores, e obter a satisfação nos serviços dos usuários e da administração superior da instituição.

Um ponto bastante discutido na literatura é a cerca do planejamento estratégico que insere no contexto gerencial nas bibliotecas. Souza (2007) afirma o planejamento estratégico visa adicionar as organizações a arte estrategista, sob uma ótica de negócio, em que busca meios de conduta e subsídios para tomadas de decisão. Almeida (2001) conceitua este como sendo um método de administração que busca ordenar opiniões e sugestões dos indivíduos a fim que se possa criar uma visão futura dos desafios que estão por vim. Oliveira (2010) aponta o planejamento estratégico como um procedimento de atuação sob um processo metodológico que visa uma interação dos fatores controláveis e não controláveis, de forma otimizada e interativa para uma administração com características inovadoras e diferenciadas.

Coletta e Cristianini (2010) citado por Salort e Machado (2011), explicam que mesmo que a administração de uma biblioteca não tenha como objetivo o lucro, este deve seguir as mesmas teorias e métodos proposta para as organizações em gerais. O gestor tem que ter a consciência que gerencia os recursos financeiros das instituições. Em alguns casos advindos de agencias de fomento para expansão de acervo bibliográfico.

Outro fator que justifica as prerrogativas acima é que as bibliotecas não são imutáveis e nem apresenta uma independência isolada, mais sim é um ambiente que modifica de forma dinâmica, conforme a expansão do próprio conhecimento, e nos termos atuais acompanhando a globalização do mundo. Assim, planejamento estratégico no contexto das bibliotecas devem serem visto como uma ferramenta preventiva com situações inesperadas (CARVALHO, 2008).

Desde a década de 60, o planejamento dentro das bibliotecas já era uma necessidade. Carvalho (1981) relata essa indigência agregando um caráter de urgência, em que as delineações de padrões para as bibliotecas universitárias brasileiras deveriam ser proposto e implantados, a fim de permitir que ferramentas administrativas de avaliação e o planejamento dos serviços prestados, fossem estabelecidos, buscando ofertar um serviço com qualidade.

Deste modo pode-se sugerir que a aplicabilidade continua de planejamento estratégico nas bibliotecas tendem a melhorar a qualidade dos serviços prestados, bem como fornecer mecanismo que esta possa ser constantemente avaliada, para amenizar, prevenir e resolver problemas inesperados.

Outro desafio discutido na atuação do gestor de biblioteca refere-se

a gestão de recursos humanos. CHIAVENATO (1999) conceitua a gestão de pessoas como uma prática administrativa nas empresas abordando as questões referente ao capital humano envolvendo questões que vão desde o recrutamento e seleção, o treinamento e desenvolvimento e a motivação, objetivando que os objetivos das organizações sejam alcançados num processo recíproco de valorização, superação e satisfação.

Dentro do ambiente complexo de pluralidade a qual envolve os processos de uma biblioteca, com freqüentes intervenções internas e externas, os colaboradores são partes essenciais para o bom funcionamento e cumprimento de metas. Silveira (2009), aponta que o perfil do gestor de biblioteca no trato da gestão de pessoas requer deste uma atuação de liderança. Uma interação entre os funcionários envolvidos nas diferentes funções faz-se necessário para que mecanismo de avaliação e desempenho possam ser realizados, e sobretudo, ressalta que o treinamento e desenvolvimento deve ser, neste ambiente, uma pratica constante, dado que o a diversidade de atividades e de usuários (clientes), exigem métodos e técnicas de atendimentos diferenciados para que haja satisfação em relação aos serviços prestados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode- se notar a biblioteca torna-se um local que as pluralidade da vida acadêmica se encontra. O espaço do saber, também possui características próprias de uma organização na sua necessidade de gestão. Os objetivos e metas a qual lhe compete depende de vários fatores e é pressionado não só por questões internas mais também externa.

O bom gestor de biblioteca pode ser caracterizado como um líder que conhece os processos envolvidos no cotidiano de funcionamento deste setor. Ciente das necessidades internas (da própria biblioteca) e das externas (a instituição como um todo), pois a demanda que sofre advém, quase que em mesma intensidade, de ambas as partes.

O planejamento torna-se uma necessidade imediata e deve ser tomada como pratica rotineira. Visionário e dinâmico o gestor tem que ter consciência de seu papel desenvolvendo habilidade e competências para que os objetivos e metas possam ser atingidos de modo eficaz.

Esse artigo permite que seja feita uma reavaliação e uma investigação na faculdade da instituição, buscando encontrar mecanismo e formas de melhorar seus processos e a qualidade de seu serviços.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas Excel.** São Paulo: Atlas, 2001.

CALDIN, Clarice Fortkamp; FLECK, Felícia de Oliveira. **Organização de biblioteca em escola pública: o caso da Escola de Educação Básica Dom Jaime de Barros Câmara. Santa Catarina:** Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 2004: v. 8/9,. p. 155-165 .

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias.**Fortaleza : UFC ; Brasília : ABDF, 1981.

CARVALHO, N. M. S. **Empreendedorismo em bibliotecas universitárias: a excelência do atendimento na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: [CRUESP], 2008. Maceió, Alagoas. Anais... Maceió, 2008.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas.** 28. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 335 p.

SALORT, Shirley Galarça; MACHADO, Marli. **Desafios da gestão de bibliotecas universitárias associados ao ponto de vista literário.** IN: XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social. 07 a 10 de Agosto de 2011. Anais...2011

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. **Gestão de recursos humanos em bibliotecas universitárias: reflexões.** Ciência da Informação, Brasília, v. 38, n. 2, p. 126-141, maio/ago. 2009.

SOUZA, Wendel; **Diretrizes Metodológicas para Expansão do Conceito de Plano de Negócio Aplicado às Pequenas Empresas.** 2006. 97 Págs. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Gestão. Departamento de Engenharia de Produção. Universidade Federal Fluminense / RJ.

VERGUEIRO, Waldomiro **O olhar do cliente como fator de qualidade para a gestão de bibliotecas universitárias: estudos de caso em instituições brasileiras.** In Procedings XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação 1, Centro de eventos da PUCRS. Anais.. 2000

CONTROLE DE ESTOQUE: Um Estudo sobre o Setor de Carnes de uma Empresa no Ramo Varejista em Rio Verde – Goiás

Valdemar Henrique Alves
Graduado em Tecnologia do Agronegóciopela Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: valdemarh07@gmail.com.

Renata Ferreira Chavaglia
Graduada em Tecnologia do Agronegócio e Especialista em Gestão Empresarial pela Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: renata_chavaglia@hotmail.com.

RESUMO : Este estudo teve como objetivo indicar a importância do controle de estoque dentro de uma empresa varejista no setor de carnes, tendo como finalidade demonstrar os benefícios das ferramentas que as gestões de estoque dispõem as organizações, considerando às otimizações nos resultados obtidos com as implantações desses métodos. Como também maiores possibilidades de melhorias nas rotinas de inventário, redução de divergências de saldos, maior assertividade na compra e reposição das mercadorias, redução de perdas e outras melhorias aparentes. Objetivando a implantação da utilização de ferramentas de estoque para o melhor funcionamento do setor dentro da organização, otimizando os saldos e suas funcionalidades para a empresa. Este trabalho foi desempenhado à disposição dos problemas evidentes dentro do setor de carne da empresa, tendo como principal contratempo o descontrole dos níveis de estoque do setor, subsequente das altas nas perdas do setor, as divergências de saldo na realização do inventário físico, as disfunções das movimentações internas, a carência de interesse dos colabores do setor sobre a gestão de estoque e o descumprimento de métodos dos mesmos com as ferramentas de controle, propostas pela supervisão da gestão de estoque.

Palavras-chave: Estoque. Varejo. Carnes. Ferramentas.

STOCK CONTROL: A Study on the Meat Sector of a Company in the Retail Branch in Rio Verde - Goiás

ABSTRACT : The purpose of this study was to indicate the importance of stock control within a retail company in the meat sector, with the purpose of demonstrating the benefits of the tools available to the organizations, considering the optimization of the results obtained with the implementation of these methods . As well as greater possibilities of improvements in the inventory routines, reduction of divergences of balances, greater assertiveness in the purchase and reposition of the goods, reduction of losses and other apparent improvements. Aiming the implementation of the use of inventory tools for the best functioning of the sector within the organization, optimizing the balances and their functionalities for the company. This work was performed at the disposal of the evident problems within the company's meat sector, having as main setback the lack of control of the inventory levels of the sector, subsequent of the losses in the sector losses, the balance discrepancies in the realization of the physical inventory, the dysfunctions of the internal movements, the lack of interest of the collaborators of the sector on the management of inventory and the noncompliance of their methods with the

control tools proposed by the supervision of the inventory management.

Key words: Stock. Retail. Meat. Tools.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo de pesquisa teve como tema: Controle de estoque no setor de carnes em uma empresa no ramo varejista em Rio Verde Goiás.

> Formular o problema consiste em dizer, de maneira explicita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.139).

Portanto este trabalho teve como finalidade analisar o seguinte problema: Como se obter o controle dos níveis de estoque do setor de carnes da empresa? Subsequentes de alguns problemas detectados como: qual a intervenção que devo utilizar para controlar esses níveis? Onde e quais ferramentas de controle de estoque, poderiam resolver este problema? Em qual parte das tarefas realizadas pelos colaboradores do setor está gerando este problema? E entre várias outras. As realizáveis hipóteses utilizadas foram detectar a necessidade da implantação de ferramentas do controle de estoque dentro da organização, visando o setor de carnes da empresa, levando em consideração os problemas que estariam acontecendo dentro do setor, relacionados à má gestão de estoque. Desenvolvendo no ambiente do setor a gestão de estoque como solução desses prováveis problemas.

Aprimorar os conhecimentos técnicos dos colabores do setor sobre o controle de estoque, a importância do mesmo, os benefícios que o setor teria com a otimização desses processos, orientá-los a preencher corretamente as planilhas de controle de estoque, a buscar o melhoramento da gestão de estoque no setor para que o processo se torne mais eficaz.

Aperfeiçoar processos do controle de estoque dentro da organização que já eram realizados, buscando a melhoria desse setor relacionado à gestão de estoque, para que assim o mesmo atinja metas, melhore a organização, reduza a divergência de saldo quando houver confronto do sistêmico com o físico, reduza perdas, melhore a utilização das movimentações internas, assertividade da compra e outros benefícios.

Reconhecer as melhorias que as ferramentas do controle de estoque demonstraram a empresa e ao setor de carnes, ressaltar a importância do bom funcionamento das etapas do mesmo, os resultados obtidos com essa gestão de

estoque dentro do setor, as atividades que o controle de estoque percorre desde a chegada da mercadoria até o seu destino final, sendo ele o setor de carnes. Prezar a gestão de estoque como umas das principais atividades de uma empresa no ramo do varejo, onde se tem influência no setor de compras, no financeiro da organização, grande participação na melhoria de metas na empresa, redução de perdas na organização, otimização da organização dos saldos e entre outras atribuições para a melhoria da organização.

Este trabalho teve como objetivo estabelecido controlar os níveis de estoque no setor de carnes, promovendo a otimização do mesmo com algumas ferramentas utilizadas no controle de estoque.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conceito de controle de estoque

Controle de estoque Controle de Estoque ou gestão de estoque é uma expressão usada diariamente em várias empresas que demonstra, de forma genérica, as mercadorias que são armazenadas para serem alienadas aos clientes. Submetendo-se ao standard da empresa (prestação de serviço, indústria, comércio varejista ou atacadista), o estoque pode demonstrar diversos tipos de aspectos e meios de gestão.

O controle de estoque é o setor dirigente por controlar o fluxo de mercadoria em uma organização, apontando informações primordiais sobre as vendições da entidade, tendo assim o propósito de analisar e prognosticar as necessidades de aquisições e compras de mercadorias futuras.

> O estudo do papel dos estoques nas empresas é tão antigo quanto o estudo da própria administração. Como elemento regulador, quer do fluxo de produção, no caso do processo manufatureiro, quer do fluxo de vendas, processo comercial, os estoques foram alvo da atenção dos gerentes (GARCIA; RENATO, 2005, p.133).

A gestão de estoque quando é feita de modo correto, permite que o setor de compras tenha análises sobre a predisposição de compras de mercadorias, avaliando assim a necessidade de cada item no fluxo de venda, além de viabilizar o gestor sobre o fluxograma de cada item ou mercadoria, dos quais estão obsoletos e os que apresentam maior poder de barganha ou venda.

Numa empresa varejista ou atacadista, o controle de estoque é um dos substanciais dos processos sendo ele de produtos finalizados (produção própria) ou de mercadorias (fornecedores). Habitualmente, se tem vários fornecedores de mercadorias, de que a corporação adquire produtos para revender a um

preço superior ao comprado para seus clientes, sendo assim, comprar bem e em vastas quantidades (para se obtiver um preço mais justo perante o fornecedor), pode expressar uma margem de lucro maior e melhor para a empresa, sendo assim o controle de estoque tende a ser essencial para o desenvolvimento e lucro de uma empresa voltada ao comércio.

Em concordância com Garcia e Renato (2005), se reconhecido como um recurso profícuo que no término do conjunto de abastecimento formará valor para o comprador final, os estoques atribuem a função ainda mais significativa. Pois atualmente todas as organizações buscam, a aquisição de uma vantagem adversária em correlação aos seus opositores, e a ocasião de atendê-los com prontidão, no instante e na quantia pretendida, é demasiadamente favorável com a administração eficiente do estoque.

2.2 A importância da gestão de estoque

A relevância de se ter um estoque é significativa, é a base e o alicerce da empresa, quando não se tem gerência na entrada e saída de produtos na empresa, decai a habilidade no suporte, a empresa fica exposta a desacertos dos colaboradores, fica acessível à armazenagem de produtos que não irão ser mais empregados, empilhando assim ineficiências.

O controle de estoque tem como objetivo sublimar o atendimento da organização, proporcionar lucros para a empresa, prevenir com que o cliente vá à procura de um concorrente por não ter encontrado o produto pretendido, sendo assim o controle de estoque irá estabelecer uma situação favorável no final do mês para a organização e na apuração dos lucros.

> Os estoques representam um dos ativos mais importantes do capital circulante e da posição financeira da maioria das companhias industriais e comerciais. Sua correta determinação no início e no fim do período contábil é essencial para uma apuração adequada do lucro líquido do exercício. Os estoques estão intimamente ligados às principais áreas de operação dessas companhias e envolvem problemas de administração, controle, contabilização e principalmente de avaliação (IUDICIBUS et al., 2000, p.101).

2.3 Ferramentas de gestão de estoques

Na gestão de estoque existem instrumentos que dispõem esteio às organizações para melhorarem o aperfeiçoamento com esta gestão, pois atualmente o controle de estoque vem se tornado cada vez mais indispensável para uma organização.

Sendo assim, o controle de estoque e seus métodos podem evitar possíveis

falhas com seus consumidores e complementar as alterações de estoque, fazendo a redução de produtos impróprios para uso ou perdas e erros na entrega. Esses métodos de subvenção para esta gestão já foram otimizados, e entre elas estão análise ABC, inventário físico, movimentações internas, estoque de segurança e outros. A utilização desses métodos proporciona uma assertividade maior nos saldos de estoque, redução dos custos de produtos supérfluos e com materiais de produção, rapidez na entrega, diminuição de rupturas de mercadorias no layout ou na prateleira e outros.

> A gestão é um conjunto de atividades que visa, por meio das respectivas políticas de estoque, o pleno atendimento das necessidades da empresa, com máxima eficiência e ao menor custo, através do maior giro possível para o capital investido em materiais (VIANA, 2009, p. 117).

2.4 Análise ABC

A Distribuição da análise ABC compõe-se no conjunto de todos os produtos, sendo que é dividido em 03 (três) classes, compreendido com o montante inteirado de cada item, assim possibilitando um tratamento mais rigoroso aos produtos visando os consumidores e analisando as demandas do mercado.

No entendimento de Slack (2009), a classificação dos itens que estabelecem a curva ABC, é apontada de tal forma:

a) Mercadorias com grau A constam os 20% de produtos de maior montante que apresenta 80% do custo íntegro do estoque;

b) Mercadorias com grau B refere-se a produtos de montante médio, empregando 30% mercadorias que apresenta 10% do custo total, e;

c) Mercadorias com grau C são aqueles que compõem baixo montantes, e emprega cerca de 50% de todas as variedades de itens disposto, apresentam cerca de 10% do valor integro das mercadorias estocadas.

A curva ABC é um importante instrumento para o administrador, ela permite identificar aqueles itens que justificam atenção e tratamento adequados quanto á sua administração. Obtêm – se a curva ABC através da ordenação dos itens conforme a sua importância relativa (DIAS 1995, p.85).

2.4.1 Demanda

Demanda refere-se à quantia de um serviço ou bem, que o consumidor tem em vista obter por um valor determinado em um negócio. A demanda pode ser representada como a procura, mas nem sempre como consumo, certa vez

pode-se querer algo e não o consumir ou comprar, por diversas explicações.

"Demanda é a quantidade de material necessária ao consumo em determinado período de tempo, geralmente medida a cada doze meses" (MOURA 2004, p. 5).

2.4.2 Tipos de demanda

Moura (2004) destaca que se encontram dois tipos de demandas de mercados, sendo elas:

Independente: sendo que a instância não está diretamente correlacionada à demanda de outro produto. Exemplo: Motocicletas, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros.

Dependentes: está correlacionada diretamente à precisão de outro produto. Exemplo: Fabricação da motocicleta (retrovisores, pneus, aros, carenagens e etc.).

2.5 Inventário

No controle de estoque o inventário é uns dos procedimentos mais importantes para a obtenção do controle interno da organização, o mesmo permite que as empresas desempenhem o controle minucioso do seu estoque, otimizando o planejamento de compras, oferecendo a demanda certa de produtos, na quantia certa, reduzindo as perdas e os possíveis desperdícios.

Esse procedimento é executado com leitores de códigos de barras (Palmer) ou com digitação de códigos internos, que são destinados a produtos que precisam ser pesados, por exemplo: produtos do FLV, produtos da padaria e outros, subsequente a esse processo, e realizada a impressão de relatórios para conferência das divergências.

2.5.1 Inventário físico

Inventário físico é o volume de produtos em estoque que se obtém separadamente identificado em determinado local em específico (depósito, câmeras frias, loja ou em outro local de estocagem) demonstrando – se em termos de quantidade ou financeiros.

"O inventário físico consiste na contagem física dos itens de estoque, caso haja diferenças entre o inventário físico e os registros do controle de estoques, devem ser feitos os ajustes conforme recomendações contábeis e tributarias" (MARTINS 2006, p. 199).

2.5.2 Tipos de inventários

Dias (2010) afirma que se compreende através das contagens planejadas todos os produtos da organização, das variadas categorias do estoque, sendo elas matérias- primas, produtos acabados, suprimentos e outros.

•Inventário Geral: é o processo onde se tem a contagem total de todos os itens da empresa, visando a obtenção de melhor controle das mercadorias internas, começando a gestão de estoque desde o início, e frequentemente realizada pelas organizações no começo e no meio do ano em datas pré-fixadas.

•Inventário Rotativo: o Processo rotativo ocorre no início da contagem física dos produtos, é realizado de maneira regular, de um item ou um conjunto de produtos, ou seções selecionadas por curvas ABC (sendo por rotatividade ou valor agregado).

As diversas técnicas de controle de estoques apresentadas, podem ser aplicadas a qualquer item do estoque e cada item será controlado com base na mesma disponibilidade desejada e será acompanhado constante e periodicamente (CHING 2010, p.31).

2.6 Movimentos internos

Os movimentos internos no controle de estoque são definidos como processos de entrada e saída de materiais em um armazém ou setor. Estes processos podem interagir com o estoque durante a produção de determinado produto, na saída de alguma matéria-prima para produção, materiais para uso e consumo, nas transferências entre filiais, armazéns e outros.

Esta ferramenta é de suma importância no controle interno da empresa, pois a mesma tem a função de controlar as utilizações de matérias-primas para produção, o controle de perdas dos setores é o uso e consumo de toda a organização, desde a mistura de bolo usada na padaria até a resma de folha utilizada no setor de finanças da organização.

> Um sistema de controle interno que funcione corretamente não depende do planejamento efetivo da empresa e da eficiência dos procedimentos e práticas atribuídas. Ele depende também da competência de todo pessoal envolvido poder levar adiante, de forma eficiente e econômica, os procedimentos que devem ser adotados. Para que as operações internas da empresa sejam feitas da maneira correta e para o bom andamento das atividades, faz-se necessário que os controles internos sejam eficientes para acompanhar todo o processo operacional, cada um em seu departamento (CREPALDI, 2007, p. 296-297).

2.7 A importância do software na gestão do estoque

O controle de estoque é um processo de suma importância pois uma vez que o mesmo estiver desatualizado, a organização pode perder vendas ou comprar produtos a mais para o almoxarifado que irão gerar perdas. Para que erros assim não aconteçam, um software de gestão de estoque torna-se o processo mais executável.

Com a utilização de um software específico de controle de estoque, a empresa aproveita da praticidade de um inventário com redução de erros na finalização do mesmo. Um software de controle de estoque é muito mais do que só manter o estoque em plena organização, a gestão de estoque auxilia na compra, onde, quanto comprar, como armazenar, como receber e guardar os produtos, otimizando todos os processos ligados a ele. Ainda se permite a análise de relatórios de dados, auxiliando na tomada de decisão, traz benefícios tanto nas vendas e na área financeira.

De forma geral, a introdução de sistema informatizados, qualquer que seja o setor alvo da empresa, tem a finalidade, independentemente de se obterem as informações necessárias em tempo real, de modernizar procedimentos por meio da implementação da primazia pela qualidade, envolvendo a estrutura organizacional para assegurar a melhoria dos serviços (VIANA 2002, p.406).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de elaborar esse trabalho foram empregadas metodologias de estudo de caso ao longo de estágio de 200 horas e por meios de perquisição bibliográfica. Goode e Hatt (1973) sustentam que, estudo de caso é determinado como um aprendizado imutável de um agente, de modo que se permite vasta e minuciosa instrução sobre a mesma, e que seria de fato irrealizável por meio de diversos métodos de apuração.

Esse conhecimento consistiu-se no desempenho da prática no setor de controle de estoque, em que se utilizaram recursos para se ter a administração, monitoramento, avaliação e proporcionalidade desses materiais, através de planilhas de controles de mercadorias e transferências, tanto de armazéns ou entre filiais, movimentação internas, inventários físicos, trocas de mercadorias, apuração de divergências e entre outros.

3.1 Caracterização da Empresa

A rede Conquista Supermercados teve sua fundação no ano de 1992, através da iniciativa e determinação do Grupo Conquista constituído por seus diretores e colaboradores. Atualmente o grupo Conquista dispõe de três lojas,

todas no segmento varejista, a empresa possui um quadro de aproximadamente 350 colaboradores, sendo eles com escolaridade de 20% com nível de ensino superior, 60% com nível de ensino médio e 20% com nível de ensino fundamental, assim se tornando uma das empresas do ramo varejista que mais gera emprego no comércio local, a rede conquista de supermercados tem sua matriz localizada na Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Parte B Setor Morada do Sol, CEP: 75909-070 - Rio Verde – Goiás.

A primeira loja do Grupo Conquista foi inaugurada no ano de 1992, em um sobrado localizado na Rua Goiânia, esquina com Avelino Faria, no Centro, com 10 colaboradores. Com a dedicação dos integrantes do Grupo Conquista, foram fidelizados clientes, criando espaço no mercado varejista alimentício.

No ano de 1997 o Grupo Conquista adquiriu sua sede própria com 300m², localizado na Rua Augusta Bastos, esquina com Laudêmio Bueno e foi inaugurada em 2000 com aproximadamente 100 colaboradores e assim, contando com instalações modernas e informatizadas. Três anos depois, o Grupo Conquista inaugura sua segunda loja no Setor Morada do Sol, com área coberta de 1500m², 60 vagas para estacionamento e um depósito de mercadoria mais amplo, totalizando uma área de 5000m², gerando mais 200 vagas de empregos.

No ano de 2006, em uma oportunidade de negócio, o Grupo Conquista obteve a aquisição de duas outras lojas na cidade de Rio Verde, onde havia outra rede de supermercado, sendo elas, no Centro da cidade e a outra no Parque Bandeirante. Assim, o Grupo Conquista contratou mais 200 colaboradores e teve mais 1800m² de área de venda, totalizando 4 lojas no ramo varejista e mais ou menos 500 colaboradores na rede.

Em 2012 o Grupo resolve fechar uma filial localizada no Centro, devido à concorrência interna com as outras filiais, adquirindo um planejamento estratégico de melhorar o desempenho, a eficiência e reduzir custos. Com o passar de dois anos o Grupo Conquista implanta uma produção própria de produtos de hortifrúti e lança sua própria marca a SUPERFRESCCO, localizada na sua propriedade rural.

O propósito da Rede Conquista de supermercados é ímpar: sempre atender seus clientes com eficiência, confiabilidade e excelência, buscando a fidelização dos mesmos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer desta pesquisa foi demonstrado que o setor de controle de estoque é essencialmente importante para uma empresa no ramo do varejo, pois quando se adquire um planejamento de controle de estoque no meio de

uma empresa varejista pode-se analisar a melhoria do controle de fluxo das mercadorias, o controle de quantidade e a importância que cada item tem para o capital da empresa, a redução dos desperdícios de produtos com perdas, tanto por validade ou por danos na mercadoria.

Há discernimento de itens com mais importância em base na demanda da empresa, ou seja, produtos que não se podem ter ausência na prateleira do comércio e de produtos que se têm uma importância reduzida, sendo eles os produtos complementares do layout, onde não se pode ter uma falta prolongada da mercadoria, ou até mesmo se pode dar importância pelo valor dos itens, tendo em conta sua classificação pelo capital investido da empresa no produto, dando-se muita importância ou menos importância para o item na hora do inventário físico ou na hora do acompanhamento do mesmo .

A gestão de estoque é desenvolvida e empregada em aplicação desde a entrada da mercadoria no depósito, prosseguindo múltiplas etapas, tais como, reconhecimento da mercadoria na chegada do caminhão, para se ter a observação do estado dos itens, acompanhamento da conferência dos produtos entregues e realização de trocas de produtos do fornecedor, por emissão de nota de devolução acompanhado com expedição do meio de pagamento negociado pelo comprador, supervisão da armazenagem da mercadoria no depósito ou em câmeras frias, observando como está sendo armazenada, como estão as condições da mercadoria armazenada, a classificação e o ambiente, para se ter menor índice de perdas, faz-se a observação do lançamento de entrada das NF(notas fiscais) para se ter o controle do estoque sistêmico da empresa, e por último é realizado um acompanhamento diário das mercadorias, e é executado ajustes de saldo com os inventários físicos simultaneamente com as análises de divergências para controlar a discrepância de saldo.

A gestão de estoque no setor de carnes da empresa teve um alto desenvolvimento, no momento em que se fala em controle de saldo, acompanhamento de perdas visando redução da mesma, aumento no desempenho na utilização de planilhas, melhorias na execução do inventário físico, acompanhamento de divergências de inventário, realização de movimentações internas, desmontagem de mercadorias e entre outras atividades.

Somente foi possível alcançar esses resultados com o problema principal, que era a contrariedade com o controle de estoque físico simultâneo com o estoque sistêmico, causando assim altas divergências e prejuízo na empresa, e esse problema foi resolvido com implantações de planilhas de desmontagem de mercadoria, onde se deparava com o transtorno principal que era a transformação de várias carnes em uma só, onde não se havia o controle de quais carnes eram transformadas em outras e nem a quantidade que as mesmas eram utilizadas.

Outra complicação que causava discrepância de saldo era a anotação e acompanhamento de retirada de resíduos das carnes, onde não era anotada a quantidade nem a descrição das mesmas, em que se foi solucionada com outra planilha, sendo que nesta está anotada a quantidade de resíduo que determinada carne resultava por dia, para que assim a mesma seja lançada como perda no centro de custo do setor.

Mais um contratempo que contribuía para as divergências dos saldos no estoque, decorriam por encargo de movimentações internas, no qual não se era passada a aplicação de determinados itens do açougue em outros setores, que os utilizavam a fins de produção, esse contratempo teve término quando se instituiu uma pasta, com descrição, código do produto, quantidade e centro de custo onde se era utilizado o produto em si, sendo assim essa pasta era passada para o líder do setor e o mesmo realizava o preenchimento desses requisitos, e posteriormente era passada ao setor de controle de estoque, para que o mesmo se disponha a fazer a baixa como uso de produção de determinado setor.

E por remanescente, a complicação que mais gera erro no setor de estoque da empresa, os colabores que influenciam no estoque físico, ou seja, os que operam diretamente com o produto, que são os encarregados de colocar em execução todas as ferramentas de controle de estoque, sendo elas as planilhas, as anotações que devem ser realizadas de formas corretas e repassadas ao ramo responsável pelo estoque e entre outras ferramentas que o setor de gestão de estoque se dispõe a estabelecer para o bom funcionamento do controle de mercadoria do setor, esse problema teve resolução com reuniões estabelecidas pela gestão de estoque com os líderes dos setores e gestores das lojas, expondo a importância do controle de estoque, as ferramentas que seriam implantadas, como seria a execução dessas ferramentas e posteriormente a apresentação da otimização dos resultados, se esses recursos fossem executados corretamente. Nesse período que ocorreu a implantação desses meios de melhorias de controle de estoque, houve uma queda de mais de 80% nas divergências de inventário na sua finalização, otimizando assim o confrontamento do estoque físico com o sistêmico, sendo capaz assim de equalizar o saldo de entrada de quantidade com a quantidade de venda, controlando o fluxo da mercadoria, obteve a melhoria da reposição das mercadorias, redução de perdas e melhor controle do estoque físico e sistêmico dos mix de produtos do setor.

Os modelos das ferramentas utilizadas para essa otimização do estoque no setor de carne da empresa, encontram-se no Anexo A.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste projeto foi desempenhar um estudo sobre o desenvolvimento e procedimentos do controle de estoque em uma empresa no ramo do varejo, tendo em vista a sua importância e sua representação para a mesma, este trabalho foi designado e atribuído à gestão de estoque um setor perecível da empresa, sendo ele o setor de carnes da organização.

O primeiro procedimento deste projeto foi reconhecer através de estudos de obras consultadas e subsequentemente por aprendizados e instruções em decorrer das horas de estágio, os problemas que conduziam o controle de estoque no setor de carnes da empresa a posicionamentos de desordenação de saldo, causando altas divergências de inventário e desregramento no fluxo de mercadoria.

Os primeiros vestígios dos problemas foram a ausência de anotações e informações significativas para o controle de estoque, os outros problemas subsequentes eram a falta de controle de quantidade de itens e as ausências das utilizações de algumas ferramentas de controle de saldo no estoque, causando ineficiência na gestão de estoque do setor.

No decorrer da identificação desses problemas, foi elaborado possíveis soluções para os mesmos, sendo criações de planilhas para se manter o controle interno com maior assertividade, um acompanhamento nas baixas de consumo interno de outros setores decorrente de produtos do setor de carnes, um cronograma semanal de inventários físicos com análises de divergências, um seguimento interno de transferências, tanto de armazém ou entre filiais, e por derradeiro análises de entradas de NF e supervisão de recebimento de mercadoria.

A conclusão final é que no decorrer desse projeto pode-se obter a estabilidade de saldos no setor de carnes da empresa, tanto no físico e no sistêmico; houve uma redução de cerca de 85% de divergências negativas no inventário físico do setor, comprovando assim que as ferramentas de controle de estoque implantadas no setor da empresa foram de suma importância para a sua reorganização, com isso pode-se concluir que o controle de estoque tem uma grande influência na otimização de vários processos no comércio varejista.

REFERÊNCIAS

CHING, HONG YUH. **Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2010

CREPALDI, APARECIDO SILVIO. **Auditoria Contábil (teoria e prática).** São Paulo: Atlas, 2007.

DIAS, MARCO AURÉLIO P. **Administração de materiais:** edição compacta. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Administração de materiais.** 5. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GARCIA, Petrônio; RENATO, Paulo. **Administração de materiais e recursos patrimoniais.** São Paulo: Saraiva, 2005.

GOODE, W. & HATT, P. **Métodos em pesquisa social.** São Paulo, SP: Nacional, 1973.

IUDICIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, ANDRADE MARINA DE, LAKATOS, MARIA EVA. **Metodologia cientifica.** 4. Ed. São Paulo: Atlas,2006.

MARTINS, PETRÔNIO; RENATO, PAULO. **Administração de materiais e recursos patrimoniais.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MOURA, CASSIA. **Ação e monitoramento na cadeia de logística integrada.** Rio de Janeiro: ed Ciencia Moderna Ltda., 2004.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANA, JOÃO JOSÉ. **Administração de materiais: um enfoque prático.** 8. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Administração de materiais: um enfoque prático.** São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA NOVA LEI DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Douglas Ferreira Magalhães
Professor do Curso de Direito da Faculdade Almeida Rodrigues - FAR

RESUMO: Apesar de sua previsão já nas Ordenações Filipinas, o princípio da insignificânciafoi esquecido no Direito Penal Brasileiro ao longo dos anos – ressalvado a sua tímida previsão no crime de extorsão mediante sequestro (artigo 159, § 4º do Código Penal) e na transação penal (prevista na Lei dos Juizados).Este instituto, também conhecido como delação premiada, ou, ainda, nos termos da Lei n. 12.850/13, como colaboração premiada, pode trazer inúmeros benefícios para o combate ao crime organizado, que assola o país. Com o seu recente enquadramento na já mencionada Lei n. 12.850/13, surgiu inúmeras dúvidas, em especial, a respeito da aplicação, em concreto, do instituto e da sua compatibilização com os princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido legal, dentre outros. Desta forma, mostra-se oportuno o estudo amplo de tal instituto e da forma como ele está previsto na nova lei de combate ao crime organizado.

Palavras Chave: lei n. 12850/13, inovação e aplicabilidade.

ABSTRACT: In spite of its prediction already in the Philippine Ordinances, principle of insignificance institute was forgotten in the Brazilian Penal Law throughout the years - except for its timid prediction in the crime of extortion by means of kidnapping (article 159, § 4 of the Penal Code) and in the transaction criminal law (provided for in the Law of Judges). This institute, also known as awarding award, or, still, under the terms of Law no. 12,850 / 13, as an award-winning collaboration, can bring countless benefits to combat organized crime, which plagues the country. With its recent enactment in the aforementioned Law no. 12.850 / 13, there were many doubts, especially regarding the application, in particular, of the institute and its compatibility with the constitutional principles of the adversary, ample defense and due legal, among others. In this way, it is opportune the broad study of such an institute and the way it is predicted in the new law to combat organized crime.

Keywords: law n. 12850/13, innovation and applicability.

INTRODUÇÃO

A sociedade capitalista tem se revelado produtora da criminalidade e a classe dominante, na maioria das vezes, define o fato criminoso segundo os seus próprios interesses. Nesse sentido, verifica-se que a prisão tem se revelado verdadeiro fracasso como medida de controle dos delitos, uma vez que não cumpre os objetivos de prevenção geral e especial, pois não tem gerado a ressocialização e reintegração dos ex-detentos na sociedade, sendo, dessa

forma, incapaz de evitar a reincidência. Resta evidenciado que o aumento de leis e a ampliação do rol de condutas tipificadas como criminosas, como vem acontecendo no ordenamento pátrio, não vem solucionando a questão criminal brasileira e é crescente o descrédito com o sistema penal. O nosso legislador diversas vezes queda-se influenciado por fatos midiáticos e, desse modo, novas leis acabam surgindo. (GUIMARÃES, 2013)

Não basta confessar a evidente inoperabilidade do sistema punitivo baseando-se nos mais variados escritos doutrinários que mostram o fracasso do Estado. Também não basta a ociosidade perplexa que aguarda inerte a hipocrisia estatal na solução dos problemas. Finalmente, até quando afirmaremos que uma pessoa humana foi exaustivamente torturada por uma prisão recamada de quadros indecentes para o nosso deleite de vingança? A lição do professor Erving Goffman, embora baseada em estudos de vários anos passados, ainda é aplicável à nossa realidade latino-americana. É pregado para as massas o mito da ressocialização utilitarista legal e simbólica, entretanto, se sancionam as ideologias institucionais do castigo que precisam ser defendidas, mesmo que ninguém as aceite e tudo se faça em nome de uma pena que vingue a sociedade pelo mal praticado.

A estruturação inicial das instituições penais não atende à real necessidade utilitarista e legalista de ressocialização do condenado, mas puramente a ideia de vingança social juridicizada pelo Estado. Por isso mesmo, seria mais real, em contraposição ao ideal, buscar o entrelace da pena com o castigo, conforme contido na visão romântica de Fiodor Dostoievski6 em Crime e castigo, quando afirma: “A falta de liberdade não consiste jamais em estar segregado, e sim em estar em promiscuidade, pois o suplício inenarrável é não se poder estar sozinho”. (TOLEDO, 2001)

Erving Goffman, desenvolveu estudos sobre o comportamento em instituições fechadas (aliás, em pletora de promiscuidade, conforme dito por Dostoievski), tendo escrito suas conclusões no livro Manicômios, prisões e conventos. Para o autor, as instituições prisionais imprimem no detento o estigma de segregado promíscuo que trilha uma carreira moral interna no estabelecimento onde o seu “eu” é desfragmentado por uma instituição totalizante e com mecanismos severos de destruição e recomposição do indivíduo, o qual participa da vida da prisão com condições genericamente impostas e sem poder de escolha na esfera da sua vida ou dos outros coparticipantes que atuam sob um plano racional geral, com tendência a um gradativo
fechamento.

A respeito da variedade e da multiplicidade das normas ensina Norberto Bobbio (1999, p. 5-6):

> El número de reglas que cotidianamente encontramos em nuestro camino, como seres que actuamos hacia fines, es incalculable; es tal que enumerarlas sería tan fatigoso como vano contar los granos de arena de uma playa. El iter de cada acción nuestra, por modesta que sea, está contramarcado por um gran número de proposiciones normativas que resulta dificilmente imaginable para quien actúa sin darse cuenta se las condiciones en las que lo hace.

Para que possamos adentrar na problemática proposta neste trabalho se faz necessário, a priori, tecermos algumas linhas sobre o princípio do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, o primeiro previsto na Constituição Federal de 1998, em seu artigo 5°, LIV, in verbis: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

Os princípios da dignidade do ser humano, da liberdade e da igualdade figuram entre os mais importantes princípios constitucionais basilares do direito brasileiro e são deles que emanam os princípios do direito ao contraditório e à ampla defesa. A dignidade do acusado, a garantia de liberdade de defesa e a igualdade de condições entre as partes litigantes devem constituir os pilares do processo penal. Não há o que se falar em dignidade, em liberdade e em igualdade se o réu ou acusado não tiver o direito ao contraditório e à ampla defesa.(FERRAJOLI, 2002)

Para Nucci (2008, p. 78), princípio do contraditório:

> “quer dizer que a toda alegação fática ou apresentação de prova, feita no processo por uma das partes, tem o adversário o direito de se manifestar, havendo um perfeito equilíbrio na relação estabelecida entre a pretensão punitiva do Estado e o direito à liberdade e à manutenção do estado de inocência do acusado”.

Para Mirarabete (2000, 43):

> “Dos mais importantes no processo acusatório é o princípio do contraditório, (ou da bilateralidade da audiência), garantia constitucional que assegura a ampla defesa do acusado”. Se a uma das partes litigantes é concedido um direito, do mesmo direito deverá gozar a outra parte. Graças ao princípio do contraditório, “o acusado goza do direito de defesa sem restrições, num processo em que deve estar assegurada a igualdade das partes”.

Quando se fala em ampla defesa, fala-se do direito que tem réu para se defender. A ampla defesa deve abranger não só os recursos materiais, tais como: provas, direito a oitiva do acusado e de suas testemunhas, respostas e argumentações escritas e orais por meio dos patronos; mas também os recursos humanos, a exemplo de ser representado por advogado devidamente habilitado e que lhe seja não só eficiente, mas também eficaz. A efetividade e garantia de

participação da defesa em todos os momentos do processo constitui, na prática, o que se entende por ampla defesa.

Para Nucci (2008, p. 76),

> "ao réu é concedido o direito de se valer de amplos e extensos métodos para se defender da imputação feita pela acusação". Do princípio à ampla defesa são emanados "inúmeros direitos exclusivos do réu, como é o caso de ajuizamento de revisão criminal – o que é vedado à acusação"

Para Portanova, (2001, p. 125), o princípio à ampla defesa "não é uma generosidade, mas um interesse público". Para ele, todo e qualquer estado que se diga minimamente democrático deve entender o direito de defesa na forma mais ampla como sendo essencial a todos os cidadãos e cidadãs.

Visto assim, consiste basicamente em dizer que para ceifar a liberdade ambulatorial de certo indivíduo, deve-se, antes, haver um processo, não qualquer processo, mas um legal, justo e adequado. Doravante, cumpre esclarecer que o devido processo legal impõe ao Estado um dever, e garante aos cidadãos que seus direitos serão respeitados. (DUCLERC, 2011)

A Constituição Federal estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, consagrando a presunção de inocência, um dos princípios basilares do Estado de Direito como garantia processual penal, visando à tutela da liberdade pessoal. (MORAES, 2010)

Importante será considerar que o Código Penal(CP) esta defasado e que a Lei n. 12.850/2013, visa a real aplicação de princípios constitucionais existentes.

As opiniões encontradas na filosofia e na ciência do direito sobre quais ofensas devem ser punidas e as razões para a aplicação da pena dividem-se, grosso modo, em três grupos. O primeiro afirma que é sempre justificável punir as violações das normas sociais e jurídicas, ainda que nem sempre seja possível, na prática, materializar-se a punição; o segundo grupo sustenta que a punição é, às vezes, justificável, e, às vezes, não; finalmente, o terceiro grupo sustenta ser a punição sempre desnecessária e injustificável (MOBERLY, 1968).

Beccaria foi quem separou as esferas da Igreja e do Estado no que se refere ao direito de punir. A Igreja poderia continuar a punir o pecado e o estado deveria considerar a desobediência à lei civil ao avaliar e sopesar o dano que o seu descumprimento traria para o indivíduo e para a sociedade. O grau de utilidade ou não utilidade passaria a ser o critério de medição de todas as ações humanas. A punição deixaria de constituir-se na expiação de um pecado religioso e civil e o direito penal perderia todo o seu conteúdo sagrado. A influência de

Beccaria propagou-se exercendo papel decisivo na abolição da tortura como pena, na supressão dos suplícios e na humanização das leis penais. Ainda no século XX, Camus considerava Beccaria o humanista que, sem ter pertencido a um movimento religioso ou político, tinha exercido a mais profunda influência no pensamento europeu.

Crime e direitos do criminoso

Ao longo dos tempos, vários estudos foram realizados sobre o crime, fenômeno social que aflige a sociedade desde seu princípio. A criminologia crítica, também denominada por alguns autores de “criminologia radical”, enxergou o direito penal como manifestação de poder, contudo, não se acomodou com a realidade, como se observa na criminologia do consenso. Ela buscou compreender o funcionamento do poder detalhadamente (VERAS, 2010, p. 172).

Ryanna Pala Veras (2010, p. 127) contextualiza historicamente a criminologia crítica como:

A criminologia crítica, como teoria que apresenta uma análise sociológica de índole marxista do fenômeno criminal, surge nos Estados Unidos e na Inglaterra, na década de 1960. Motivou-se historicamente pelo mesmo contexto que impulsionou as escolas conflituais: a tensão social interna e o panorama conturbado da política internacional.

Encontra-se no terreno da consciência moral uma questão que ronda todo o debate sobre a natureza e a dimensão da pena. Essa questão pode ser formulada da seguinte forma: o fato de haver cometido um crime priva o criminoso dos seus direitos como pessoa? A resposta das teorias de que a pena é uma forma necessária de vingança desdobra-se na defesa da pena de morte e de que “bandido bom é bandido morto”. Acrescente-se à sede de se livrar de acusação encontra entranhada na revolta diante do sistema penal, as vinculações entre a pobreza e a criminalidade, tema esse que recebeu de muitos antropólogos e sociólogos um tratamento inocente e abstrato. A impossibilidade de recuperação do criminoso dentro de um sistema penitenciário corrupto e violento levou a outros tantos idealistas da criminologia ao paradoxo de afirmar que a pena em si mesma é um mal e que nada se pode e deve fazer diante do crime. Todo exercício de força ou uso da violência contra o indivíduo é um ato ilícito e, por essa razão, a ação contra o criminoso deve limitar-se a palavras de persuasão. O fato de o sistema de prisões ter se tornado uma máquina de humilhação e degradação da pessoa do criminoso não justifica o enfraquecimento brutal da ação punitiva do Estado e, portanto, das próprias condições de recuperação do criminoso, traz, portanto a figura do “livramento” por certa delação . (HULSMAN,

1993)

Convém ainda reconhecer o fracasso do cárcere como medida de controle da criminalidade e de reinserção do criminoso na sociedade. Diante disso, essa nova criminologia propõe a derrubada dos muros do cárcere, por meio do incremento de medidas alternativas, da ampliação das formas de suspensão condicional da pena, da introdução de novas formas de executar a pena em liberdade, etc. (BARATTA, 2002, p. 203).

Conforme entendimento do professor Nestor Sampaio Penteado Filho (2010, p. 61), é possível resumir as principais características da teoria crítica como:

> A concepção conflitual da sociedade e do direito (o direito penal se ocupa de proteger os interesses do grupo social dominante); reclama compreensão e até apreço pelo criminoso; critica severamente a criminologia tradicional; o capitalismo é a base da criminalidade; propõe reformas estruturais na sociedade para redução das desigualdades e consequentemente da criminalidade.

Destarte, a lei 9.099/95 (juizados especiais criminais) foi considerada pela maioria um avanço na legislação penal e processual penal brasileira, uma vez que fortaleceu as penas alternativas à prisão e as difundiu, passando a ter grande aplicação e utilidade no ordenamento penal, prevendo tratamento diferenciado e mais célere às infrações de menor potencialidade ofensiva, por meio de mecanismos como a conciliação, transação penal, fixação imediata de uma pena restritiva de direitos ou de multa e ainda estabelecendo a possibilidade de suspensão condicional do processo (APOLINÁRIO, 2010).

Princípio da insignificância

De inspiração norte-americana, o princípio da insignificância permite um acordo entre as partes logo após o recebimento da denúncia - antes da audiência de instrução e do julgamento. O Estado, na figura do promotor de Justiça, decide sentar-se à mesa para negociar com o advogado ou defensor público, obter uma confissão do réu e chegar a um consenso sobre a pena. (FILHO,2012)

Num sistema dominado, criminalistas não precisam estudar com afinco as regras do processo, mas devem dedicar muitas horas de estudo à teoria dos jogos, uma disciplina da matemática aplicada em que o jogador, para maximizar o seu retorno, tenta prever as ações do outro jogador. A Justiça Criminal vira uma arena promíscua entre promotores, advogados e juízes, cujo objetivo final não é mais apurar os fatos, chegar à verdade e punir justamente, mas simples e rapidamente livrar-se do conflito em questão. Negociações, ameaças, chantagens

- o jogo do vale-tudo, distante do olho público e da moralidade jurídica, impera. O tribunal torna-se o cassino reservado às grandes apostas e só as mais festejadas bancas de advocacia têm a chance de livrar seus clientes milionários. O cálculo é simples: para os pobres, a barganha; para os ricos, a Justiça. (FILHO,2012)

Em suma, ante aos indícios de materialidade delitiva e autoria na conduta lesiva levada a efeito, ocorre a assunção de culpa por parte do indiciado “plea guilty”, deixando o “parquet” de oferecer a denúncia aplicando-lhe imediatamente uma pena mais branda. Nesta senda, o procedimento evita toda uma instrução processual, e análise de todo “iter criminis”, eis que tal trâmite levaria talvez anos para se chegar a uma sentença absolutória ou condenatória, ou até mesmo, por exemplo, remeteria o acusado ao exaustivo procedimento do júri popular, que não deixa de ser uma prerrogativa. Dentre os mais variados formatos de barganha presentes no sistema jurídico norte-americano, por ora, me dedico a fazer uma análise “lato sensu” sobre o instituto em tela, a fim de que se possa comparar com as modalidades de negociação existentes no Brasil.(NIZOLLI & PILAU, 2012)

Saliente-se, que no ordenamento jurídico brasileiro adotamos uma modalidade também de negociação , na qual se possibilita a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, evitando o início dos atos processuais penais. Esta hipótese se fundamenta na Constituição Federal em seu artigo 98, que é oportuno transcrever resumidamente:

> Art. 98 – A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:
> I – Juizados especiais para conciliação e julgamento e execução de infrações de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidas nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

A posteriori, a lei 9099/95 que regulou tal matéria em esfera cível e penal, introduziu já mediante prévia disposição constitucional, o instituto da Transação Penal. Com respaldo no art. 76 da referida lei, este mecanismo jurídico ganhou relevante consistência na atuação dos juristas penais, eis que surgiu da necessidade de medidas despenalizadoras diante do abarrotamento de processos do poder judiciário que já não possuía condições de conceder uma tutela jurisdicional célere, respondendo aos anseios sociais. Efetivando comparações com o estatuto denominado “plea bargaining”, a transação se mostra como método de negociação entre o triângulo processual, consentindo promotor e réu, e homologado pelo juiz, na imposição de uma pena não tão atroz aplicando-lhe as restritivas de direitos ou multa, nas quais não comportam a segregação efetiva do indivíduo.(JESUS, 2001)

Do instituto da barganha no anteprojeto do Código Penal

Tema polêmico tratado no anteprojeto do Código Penal, inspirado no sistema norte-americano, traz para nosso ordenamento jurídico pátrio a possibilidade de o Ministério Público, de um lado, e a Defensoria Pública, de outro, celebrarem acordo para a imediata aplicação de pena criminal ao Acusado.

O acordo, entre as duas Instituições – Ministério Público e Defensoria Pública – , que traduzirá o exercício da autonomia de vontade de seus Órgãos de Execução, deverá acontecer obrigatoriamente antes da Audiência de Instrução e Julgamento. Do acordo deverão constar os seguintes requisitos: a) a confissão total ou parcial do Acusado quanto aos fatos narrados na denúncia; b) o requerimento da Defensoria Pública para que a pena corporal seja aplicada no mínimo cominada para o delito, independentemente da incidência de causas de aumento ou agravantes; e, a renúncia das partes à qualquer dilação probatória. Como a Defensoria Pública não trabalha no vácuo, indiferente a eventos externos, a tendência expansiva confirmou-se. Estendeu-se à Defensoria aquilo que tem sido concedido às demais instituições jurídicas, em especial a Magistratura e o Ministério Público: repensar e atualizar os seus respectivos papéis sociais, bem como as técnicas jurídicas que lhes são inerentes. (EMERJ, 2010).

O instituto do acordo penal, assim, jamais deverá ser concebido como uma antecipação de tutela penal em proveito de uma turba furiosa ou vontade de sensacionalismo midiático, ou mesmo atalho para encurtamento da duração de processos criminais, esvaziando-se cartórios. (AMARAL, 2012)

O entabulamento de acordo penal com o Ministério Público exigirá do Defensor Público performance processual segura. Que deverá de antemão visualizar e detectar toda a perspectiva probatória que será lançada contra o acusado, depois de já examinado o Inquérito Policial e a peça acusatória com profundidade. Deixando o Assistido plenamente ciente tanto das vantagens como dos riscos processuais da aceitação ou rejeição do acordo.(AMARAL, 2012)

O desembargador do TJRJ, José Muñoz Pinheiro Filho, fala sobre o assunto:

> “O que podemos dizer, a princípio, com relação às críticas que o novo Código Penal vem sofrendo, entre outros assuntos, contra a delação premiada e a barganha, é que estas não seriam éticas. Esse fato, de ser ética ou não, ultrapassa a fronteira da lei e passa a ser, enfim, da própria aplicação, se a sociedade aceita ou não. Mas por quê a legislação no Brasil admite a delação premiada? Não para premiar um agente do crime, mas para auxiliar na punição de alguém que praticou um crime, principalmente quando se quer obter o resgate, a liberdade, de alguém sequestrado, a liberação de alguma quantia desviada do erário. Nesses casos, a delação premiada se transforma em um benefício para a sociedade.

Essa matéria no Brasil é regulada não no Código Penal, mas, genericamente, em leis extravagantes, especialmente as que envolvem crimes de colarinho branco, lavagem de dinheiro, crimes em bando. Nós, membros da comissão de juristas presidida pelo Ministro Gilson Dipp para elaboração do novo Código Penal, projetamos alguma coisa que envolve barganha, que chamamos de delação premiada, mas que o projeto chama de colaborador com a justiça. (STJ, 2008)

A delação premiada faz parte de uma nova política de combate à criminalidade no país, fazendo com que se crie o estímulo ao arrependimento daqueles que já se envolveram na prática de algum crime. Surgida principalmente para combater a criminalidade organizada, a delação passa a ter maior relevância e abrangência no novo Código Penal, já aprovado no Senado, com a utilização para outras modalidades delitivas.

Delação Premiada

Segundo De Plácido e Silva, delação significa:

> Originado de delatio, de deferre (na sua acepção de denunciar, delatar, acusar, deferir), é aplicado na linguagem forense mais propriamente para designar a denúncia de um delito, praticado por uma pessoa, sem que o denunciante (delator) se mostre parte interessada diretamente na sua repressão, feita perante autoridade judiciária ou policial, a quem compete a iniciativa de promover a verificação da denúncia e a punição do criminoso.Desse modo, mais propriamente, emprega-se o vocábulo delação para indicar a denúncia ou acusação que é feita por uma das próprias pessoas que participam da conspiração, revelando uma traição aos próprios companheiros.

A delação nada tem a ver com a desistência voluntária, onde o agente desiste de prosseguir na execução do crime, nem com o arrependimento eficaz, onde ele impede que o resultado se produza, e, muito menos com o arrependimento posterior, onde, sem violência ou grave ameaça, após a execução, o agente repara o dano ou restitui a coisa; pois, em todas essas hipóteses o agente não tem o auxílio de terceiros na empreitada criminosa. Também não deve ser confundida a delação premiada com o instituto da confissão espontânea, pois nessa o agente confessa a sua participação no ato delituoso, sem a incriminação de outra pessoa. (JESUS, 2010)

Dependendo do tipo de participação do réu no crime, ao fazer um acordo para a delação premiada, o juiz pode permitir que ele cumpra a pena em liberdade ou em regime semiaberto. Se o crime não for muito grave, o magistrado pode até determinar a extinção da pena, ou seja, se a informação que ele der for muito

importante, poderá até sair livre. Essa possibilidade, embora exista na lei, ainda não havia sido usada no Brasil até o final de 2007. Dos criminosos que decidiram entregar os companheiros de crime, nenhum ganhou a liberdade total, apenas a redução do tempo que ficaria na cadeia.

A delação premiada é quando alguém colaborar em um crime envolvendo outras pessoas. Nesse caso, a colaboração tem que ser homologada, o que na barganha não é preciso. A delação premiada pode ser em qualquer momento do processo, a exemplo do 'Macarrão' no Caso Bruno. Pode ser na fase do inquérito, durante a instrução criminal ou até já em fase de recurso. Nesse caso, o réu pode ser beneficiado com a extinção da punibilidade, se ele for primário, e, caso não seja, com a redução de pena em até dois terços. E quais são as condições para esses benefícios? Primeiro, a delação tem que ser feita no curso do processo e não depois, já na condenação final, como o Marcos Valério tentou. Em segundo lugar, ele tem que admitir o fato, tem que indicar os autores, coautores, partícipes, e mais, tem que ser com relação a pessoas que nem a Polícia sabia que estavam envolvidas. No entanto, que fique bem claro, ninguém vai ser condenado somente porque alguém denunciou, sua denúncia será investigada, e terá que se provar o que foi dito, cabendo ao juiz a decisão final. Ninguém poderá ser condenado por mera delação de terceiros. Muitos advogados, promotores, juízes têm um pouco de receio da chamada barganha, da delação premiada. No caso da barganha, aqui é um pouco diferente dos Estados Unidos, porque lá a promotoria pode barganhar. (STJ, 2008)

Essa é a grande polêmica, se a barganha não fere o devido processo legal, que é uma garantia constitucional, porque a pessoa será condenada sem responder a processo, ou seja, sem ter feito uma prova em seu favor, ou o juiz tê-la ouvido. Funciona lá, mas será que funcionará aqui? E a outra polêmica é se se deve valorar a acusação de um réu em relação a outros, que sequer eram conhecidos num contexto de uma investigação. Nesse ponto eu não vejo nenhum óbice em matéria constitucional. Se um ladrão, um assassino, um sequestrador, com baixos valores morais, delata outros, isso é um problema inerente à própria criminalidade, o que a sociedade deseja é apenas o esclarecimento do fato".

Especialista em Ciências Penais pela FESMP – MG, professor de legislação criminal especial e de direito processual penal, além de promotor da Justiça Militar da União em São Paulo, Renato Brasileiro de Lima, aborda:

> "Desde tempos mais remotos, a História é rica em apontar a traição entre os seres humanos: Judas Iscariotes vendeu Cristo pelas célebres 30 (trinta) moedas; Joaquim Silvério dos Reis denunciou Tiradentes, levando-o à forca; Calabar delatou os brasileiros, entregando-os aos holandeses. Com o passar dos anos, e o incremento da criminalidade, os ordenamentos jurídicos passaram a prever a possibilidade de se

premiar essa colaboração. Daí a importância do estudo da colaboração premiada.

3. 1 Histórico da Delação Premiada

A delação atrelada a um prêmio não é assunto novo, pois, há mais de dois mil anos, o guerreiro filosófico Sun-tzu trouxe para a humanidade a ideia de que é moral a utilização de espiões para se conhecer o inimigo através da delação, inclusive com o pagamento de recompensas. Ele também trata como inteligentes e humanos os que se empregam desse artifício para abreviar uma operação militar chamando esta postura de talento organizacional valioso para a liderança.

No século XVIII, Cesare Beccaria tratou da delação premial, in verbis:

> De uma parte, as leis castigam a traição; de outro, autorizam-na. O legislador, com uma das mãos, aperta os laços de sangue e de amizade e, com a outra, dá o prêmio àquele que os rompe. Sempre em contradição com ele mesmo, ora tenta disseminar a confiança e encorajar os que duvidam, ora espalha a desconfiança em todos os corações. Para prevenir um crime, faz com que nasçam cem.

Na Antiga Lei Contra o Crime Organizado

Constitui-se de senso comum o fato de que as organizações criminosas possuem uma estrutura cada dia mais complexa. Nesse ínterim, o legislador brasileiro editou a Lei nº 9.034/95 com o intento de criar mecanismos de repressão ao crime organizado. Outra vez, incluiu no texto da mencionada norma o instituto da delação premiada, visando se valer desse mecanismo para facilitar a aplicação da lei penal contra os envolvidos. Não há que se esquecer que as instituições criminosas são dotadas de grande força e que a delação é bastante eficaz para combatê-las. Nesse caminho, dispõe o artigo 6º: “Nos crimes praticados em organização criminosa, a pena será reduzida de um a 2/3 (dois terços), quando a colaboração espontânea do agente levar ao esclarecimento de infrações penais e sua autoria.” Ademais, o prêmio delatório não se restringe a delação dos crimes praticados pela organização, mas também pela revelação da própria instituição criminosa, obviamente porque constitui delito organizar-se com o fito de cometer crimes. Assim, na elucidação da própria organização criminosa, uma transgressão penal já está presente. Observa-se, portanto, que, diversamente do que ocorre com parágrafo único do artigo 8º da Lei 8.072/90, a lei contra o crime organizado, não exige o desmantelamento da organização, bastando que o delator aponte ou exponha a existência de violações penais no tempo e no

espaço, bem como que indique os comparsas que tomaram parte dela.(JESUS, 2010)

Constitucionalidade Da Delação Premiada

Mas a delação premiada está baseada na ideia de que o estado foi ineficiente e a investigação pode ser abreviada, bastando, para isso, o Estado obter auxílio, com a oferta de um prêmio ao delator, que é diretamente interessado no desfecho do processo, por um sistema de trocas. E a discussão sobre a constitucionalidade processual criminal da delação premiada ganha principal interesse, porque se de um lado há a ideia de trazer um indivíduo acusado de um crime a atuar como auxiliar da justiça na punição de seus coautores, por outro lado há um ataque aos princípios fundamentais sobre os quais se estrutura o Estado Democrático de Direito.(COUTINHO, 2007)

Certos tribunais oferecem a impunidade ao cúmplice de um grande delito que trair os seus colegas. Esse modo de proceder apresenta algumas vantagens; porém não está livre de perigos, pois a sociedade autoriza desse modo a traição, que repugna os próprios celerados. Introduz os delitos de covardia, muito mais funestos do que os delitos de energia e coragem, pois a coragem é pouco comum e aguarda somente uma força benéfica que a encaminhe para o bem público, enquanto que a covardia, muito mais geral, é um contágio que infecta muito depressa todas as almas. O tribunal que utiliza a impunidade para desvendar um crime demonstra que é possível ocultar tal crime, pois que ele o desconhece; e as leis atestam sua fraqueza, implorando a ajuda do próprio criminoso que as violou.(BECCARIA, 2008)

E a delação premiada, que apresenta um conteúdo moral suspeito, pode ser aceita em um determinado ordenamento jurídico, bastando para isso, entender que a moral, aplicada ao mundo real, deve ser adequada às necessidades humanas, dessa forma: Não se confunda o moralismo jurídico com a velha Escola de Direito Natural, racionalista e abstrata, que idealizava uma ordem jurídica plena e perfeita, à luz de cujos dispositivos deveriam os legisladores e os juízes plasmar suas criações ou decisões jurídicas.(MENDES, 2010)

As distinções existentes entre a delação premiada e a “delatio criminis” residem no fato de aquela exigir que o agente assuma sua culpa pela infração penal e de que será concedido um benefício penal pela efetiva colaboração. Mas “não se pode aceitar que o Estado incentive a prática de atos aéticos ou imorais, dentre os quais se insere a delação, como forma de atenuar ou excluir a pena de envolvidos na prática de certas infrações penais”.(CARVALHO, 2009)

E de toda essa análise, pode-se concluir que o instituto da delação premiada, apesar do conteúdo aparentemente imoral, não pode ser afastado da legislação brasileira, pois a inconstitucionalidade dele não é patente. Também se tem que, todas as teorias, contra e a favor do instituto, são muito bem justificadas, jurídica e logicamente, e nenhuma dessas teorias conseguem afastar a aplicabilidade da delação premiada como um instrumento que não pode ser utilizado na persecução de um bem maior para a sociedade brasileira que é o combate à criminalidade. (ESTRÊLA, 2012)

5. A Nova Lei de Organizações Criminosas – Lei 12.850/13

O Brasil, definitivamente, há de ser o maior produtor de leis do mundo. A negativa liderança parece inquestionável ao menos em matéria penal e processual penal. Já faz mesmo muito tempo que nosso ordenamento andava de namoro com as questões das organizações criminosas, fenômeno cada dia mais presente no cotidiano das diversas sociedades, sobretudo e particularmente naquelas estruturadas sob a perspectivada economia capitalista e/ou liberal. Nesse contexto, a Lei 12.850/13 era inevitável. Cedo ou tarde o Congresso Nacional viria adentrar efetivamente a regulação normativa de tais organizações .A nova legislação, de fato, traz muitas novidades. As mais importantes não constam de nosso catálogo jurídico cultural, vindos importados de outros horizontes. O que, por si só, jamais seria um problema. Experiências legislativas e culturais podem e devem ser compartilhadas pelos povos.(PACELLI, 2013)

A Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, a despeito de um ou outro deslize que é mesmo compreensível, trouxe relevante contribuição a nosso ordenamento jurídico. De sorte que, atendendo à antiga reivindicação da doutrina, aperfeiçoou o conceito de “organização criminosa” (que já constava da Lei 12.694/2012), indicando, agora, a sanção penal a ser aplicada. De outra parte, meios de prova como a colaboração premiada, a ação controlada e a infiltração de agentes, que eram pobremente tratados em outros diplomas, foram melhores disciplinadas, de forma a propiciar sua efetivação aplicação. Trata-se, pois, de poderoso instrumento que, de um lado, permite o enfrentamento de tão poderosa espécie de criminalidade, sem que, de outra parte, se olvide dos direitos do investigado, caros a um regime que se pretenda democrático. (SANCHES & PINTO, 2013)

O tema relativo às organizações criminosas sempre foi um tormento na práxis nacional, primeiro, por ausência de uma definição mais clara quanto aos diversos significados da expressão, e, segundo, pela profusão de referências legislativas a ela, sem, contudo, esclarecer-se a sua eventual tipificação. Afinal, indagava-se, haveria ou não o crime deformar ou integrar organização

criminosa? A resposta, agora, é positiva, como mais afrente se demonstrará. Especificamente em relação à matéria, dela cuidou ou cuidava a Lei 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispunha sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, revogada expressamente pela Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, sem definir qualquer tipo penal da atividade criminosa organizada. (PACELLI, 2013)

A lei n. 12850/13 caracteriza e delimita a organização criminosa como:

> DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
> Art. 1o Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.
> § 1oConsidera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
> § 2o Esta Lei se aplica também:
> I – às infrações penais previstas em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;
> II – às organizações terroristas internacionais, reconhecidas segundo as normas de direito internacional, por foro do qual o Brasil faça parte, cujos atos de suporte ao terrorismo, bem como os atos preparatórios ou de execução de atos terroristas, ocorram ou possam ocorrer em território nacional.

Contudo, essa transposição ou comunicação de diretrizes legais, sobretudo quando associadas às necessidades de políticas criminais, devem observar, pelo menos, duas grandes advertências, a saber: a) nem tudo que se faz no exterior pode ou deve ser feito por aqui; e, b) é possível aproveitar a experiência jurídica internacional, ainda quando não seja parte de nossa cultura ou tradição. Ambas as advertências tem o mesmo peso e a mesma importância. Sabemos o quanto háde autores e de aplicadores do direito que são radicalmente refratários às duas perspectivas. Há, de fato, quem não suporte ou não aceite experiências externas ao pretenso fundamento de necessidade de atenção e de preferência às nossas peculiaridades e particularidades (jurídicas e culturais!), e, na mesma proporção, aqueles outros que recebem qualquer novidade como a tábua de salvação de nossas intrínsecas limitações.(PACELLI, 2013)

A lei 12.850/13 definiu no §1º organização criminosa como sendo a associação de 4(quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4(quatro) anos, ou

que sejam de caráter transnacional.(SANCHES & PINTO, 2013)

Mas não se pode negar que a Lei 12.850/13 pretende instituir uma modalidade de negociação penal, com sensível flexibilização do princípio da obrigatoriedade daação penal, com contornos mais complexos que aquele previsto na conhecida transação penal da Lei 9.099/95. Diferença perfeitamente explicável: esta última cuida de infrações de menor potencial ofensivo, enquanto a outra, a primeira, trata de organizações criminosas, associadas, em regra, a crimes de maior relevância jurídico- penal. (PACELLI, 2013)

5.1 Da Colaboração e delação Premiada na nova lei

O acordo de colaboração não se institui como direito subjetivo do eventual investigado e/ou processado. O controle de legalidade da atuação dos órgãos persecutórios, é claro, continuará em mãos do Poder Judiciário. Mas, espera-se que ele,a pretexto de fazer valer direitos subjetivos individuais, não se transforme em substituto funcional do Ministério Público. (PACELLI, 2013)

Cite-se a norma, leio 12850/13, em seu art. 4º:

> Da Colaboração Premiada
> Art. 4o O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados: Ver tópico (3 documentos)
> I - a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; Ver tópico
> II - a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; Ver tópico
> III - a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; Ver tópico
> IV - a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; Ver tópico
> V - a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada. Ver tópico
> § 1o Em qualquer caso, a concessão do benefício levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração. Ver tópico
> § 2o Considerando a relevância da colaboração prestada, o Ministério Público, a qualquer tempo, e o delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, com a manifestação do Ministério Público, poderão requerer ou representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador, ainda que esse benefício não tenha sido previsto na proposta inicial, aplicando-se, no que couber, o art. 28 do Decreto-Lei no3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal). Ver tópico (1 documento)
> § 3o O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração,

> suspendendo-se o respectivo prazo prescricional. Ver tópico
> § 4o Nas mesmas hipóteses do caput, o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia se o colaborador: Ver tópico
> I - não for o líder da organização criminosa; Ver tópico
> II - for o primeiro a prestar efetiva colaboração nos termos deste artigo. Ver tópico
> § 5o Se a colaboração for posterior à sentença, a pena poderá ser reduzida até a metade ou será admitida a progressão de regime ainda que ausentes os requisitos objetivos. Ver tópico
> § 6o O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor. Ver tópico (1 documento)
> § 7o Realizado o acordo na forma do § 6o, o respectivo termo, acompanhado das declarações do colaborador e de cópia da investigação, será remetido ao juiz para homologação, o qual deverá verificar sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo para este fim, sigilosamente, ouvir o colaborador, na presença de seu defensor. Ver tópico
> § 8o O juiz poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais, ou adequá-la ao caso concreto. Ver tópico
> § 9o Depois de homologado o acordo, o colaborador poderá, sempre acompanhado pelo seu defensor, ser ouvido pelo membro do Ministério Público ou pelo delegado de polícia responsável pelas investigações. Ver tópico
> § 10. As partes podem retratar-se da proposta, caso em que as provas autoincriminatórias produzidas pelo colaborador não poderão ser utilizadas exclusivamente em seu desfavor. Ver tópico
> § 11. A sentença apreciará os termos do acordo homologado e sua eficácia. Ver tópico
> § 12. Ainda que beneficiado por perdão judicial ou não denunciado, o colaborador poderá ser ouvido em juízo a requerimento das partes ou por iniciativa da autoridade judicial. Ver tópico
> § 13. Sempre que possível, o registro dos atos de colaboração será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia, digital ou técnica similar, inclusive audiovisual, destinados a obter maior fidelidade das informações. Ver tópico
> § 14. Nos depoimentos que prestar, o colaborador renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade. Ver tópico
> § 15. Em todos os atos de negociação, confirmação e execução da colaboração, o colaborador deverá estar assistido por defensor. Ver tópico
> § 16. Nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador.

Veremos que, a atuação de colaboração, quando eficaz, poderá gerar as consequências legais previstas no art. 4º, e, sim, nesse ponto, constituir direito subjetivo. Mas, o que não parece existe é o direito à formalização do acordo por intervenção judicial. No ponto, não deve e não pode o juiz avançar sobre matéria que ainda não se encontra sob sua jurisdição.

Se algum investigado ou acusado atuou de modo eficiente e em prol da satisfação dos requisitos legais para a redução ou substituição da pena

privativa da liberdade, ou, ainda, para a aplicação do perdão judicial, deverá o juiz reconhecer tais circunstâncias por ocasião da sentença condenatória, ainda que não tenha havido o acordo de colaboração, por recusa injustificada do Ministério Público. A distinção entre as duas situações é manifesta. Na fase de sentença, o juiz já terá diante de si todo o conjunto probatório efetivamente produzido – e não prometido, como pode ocorrer no acordo de colaboração – daí por que lhe será permitido reconhecer a eficácia, ou não, de eventual atual em benefício dos resultados previstos em lei. De outra parte, uma das mais consistentes críticas que são feitas ao modelo de colaboração premiada diz respeito ao oportunismo e, via de consequência, à possibilidade de mendacidade intrínseca da atuação do colaborador, em prejuízo, tanto da persecução penal quanto do direito de defesa dos demais participantes da organização criminosa (se e quando existente, efetivamente). Ficam, então, algumas advertências: a) nem toda investigação deve ser guiada pelas interceptações telefônicas, ainda quando seja esse meio de prova o mais confortável. Deve-se lembrar que tal medida, diante de seu alto grau de invasão à privacidade, deve ser reservada às hipóteses de indispensabilidade; e, b) nem todo colaborador esta interessado nos resultados concretos exigidos pela Lei 12.850/13. Será sempre mais provável que seu interesse seja de fundo exclusivamente pessoal, mesmo que de sua atuação resulte a responsabilização indevida – ou, em graus indevidos – de terceiros.

Daí, a prudência – óbvia, é verdade – do art. 4º, §16º, Lei 12.850/13, a ditar que nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações do agente colaborador.(PACELLI, 2013)

> Feitas já as ressalvas quanto à validade de outras formas de colaboração premiadas previstas em outras normas, a Lei 12.850/13 institui algumas medidas procedimentais para a aplicação do aludido acordo nas infrações praticadas por meio de organizações criminosas. Dispositivos, aliás, que poderão ser aplicados, por analogia, às demais situações de seu cabimento. Enquanto as demais leis que a contemplam se referem às infrações praticadas em coautoria e/ou participação, a Lei 12.850/13 parece se destinar apenas aos casos de organização criminosa. No entanto, repita-se, as normas mais favoráveis da mencionada legislação podem e devem se estender às demais hipóteses de cabimento do instituto, isto é, segundo o disposto nas demais fontes legislativas. Inicialmente, observa-se que o acordo poderá ter por objeto a redução da pena, até dois terços, ou a substituição da pena privativa da liberdade por restritivas de direito, além da concessão do perdão judicial pela colaboração efetiva e voluntária com a investigação e/ou com o processo criminal.(SANCHES & PINTO, 2013)

Da aplicação do princípio da insignificância na delação premiada

O questionamento que se faz porque esta impede, de certa maneira, como está projetado, o contraditório judicial. E por quê? Por que, na verdade, não haverá processo. O projeto foi aberto, qualquer suspeito antes de ser denunciado pelo Ministério Público, desde que com a presença de seu advogado e do promotor da causa, pode barganhar e barganha é contrato, um acordo de vontades, em que o Ministério Público, ao invés de oferecer a denúncia, propõe: 'você confessa total ou parcialmente o seu crime e será beneficiado por isso'. Porém, que fique bem claro, tem que ser uma confissão voluntária, não pode ser sob coação. Ela tem que ser real, sem mentiras, ou que, de alguma forma, tente confundir a justiça em causa própria, e, não podemos esquecer, pode ser de qualquer crime: homicídio, sequestro, tráfico de entorpecente, lesão corporal, etc. E qual é a vantagem para o réu? Confessando antes da acusação, como está no artigo 105, ele primeiro negocia a pena no mínimo legal. Isso, independente de ter agravante, de ter uma causa especial. Em segundo lugar, pode negociar o regime, e esse ponto certamente será muito polêmico na discussão. Por quê?

Da maneira como está redigido o art. 1º § 1º da Lei n. 12.850/13, o legislador amplia demasiadamente o horizonte de projeção do conceito de crime organizado, dando margem à criação das organizações criminais de bagatela. Quem acha que pode tudo, não pode nada.Entenda-se: bagatela dado o contexto. Rotular de crime organizado a quadrilha ou bando de traficantes de favela, por exemplo, é despropositado. A aceitar a vulgarização conceitual, seremos forçados a buscar uma subdivisão interna: crime organizado de primeiro grau, se segundo grau, etc, de acordo com o efetivo poderio de cada grupo. Fenômeno semelhante já acontece com a lavagem de dinheiro: suprimido o rol de crimes antecedentes, qualquer infração hoje pode levar à caracterização da lavagem. Mesmo uma contravenção ou um crime corriqueiro como a sonegação fiscal – uma aterradora demasia num pais como o nosso. A vingar a lei, as Varas especializadas ficarão atulhadas de processos por condutas de pouca relevância – se é que a polícia será capaz de apurar todos os ilícitos. No afã de querer punir a todos, o legislador perde por completo o foco: é o punitivismo – contraponto do garantismo -, que, em pelo menos uma de suas vertentes, pretende reconstruir relações sociais puídas e restaurar a credibilidade erodida das instituições estatais com a reafirmação contrafactual de valores comunitários elementares. (LENART, 2013)

A delação premiada é quando alguém colaborar em um crime envolvendo outras pessoas. Nesse caso, a colaboração tem que ser homologada, o que na barganha não é preciso. A delação premiada pode ser em qualquer momento do processo, a exemplo do 'Macarrão' no Caso Bruno. Pode ser na fase do inquérito, durante a instrução criminal ou até já em fase de recurso. Nesse caso, o réu pode ser beneficiado com a extinção da punibilidade, se ele for primário,

e, caso não seja, com a redução de pena em até dois terços. E quais são as condições para esses benefícios? Primeiro, a delação tem que ser feita no curso do processo e não depois, já na condenação final, como o Marcos Valério tentou. Em segundo lugar, ele tem que admitir o fato, tem que indicar os autores, co-autores, partícipes, e mais, tem que ser com relação a pessoas que nem a Polícia sabia que estavam envolvidas. No entanto, que fique bem claro, ninguém vai ser condenado somente porque alguém denunciou, sua denúncia será investigada, e terá que se provar o que foi dito, cabendo ao juiz a decisão final. Ninguém poderá ser condenado por mera delação de terceiros. Muitos advogados, promotores, juízes têm um pouco de receio da chamada barganha, da delação premiada. No caso da barganha, aqui é um pouco diferente dos Estados Unidos, porque lá a promotoria pode barganhar. (GOMES, 2005)

Se o princípio da insignificância não fere o devido processo legal, que é uma garantia constitucional, porque a pessoa será condenada sem responder a processo, ou seja, sem ter feito uma prova em seu favor, ou o juiz tê-la ouvido. Funciona lá, mas será que irá funcionar aqui? E a outra polêmica é se se deve valorar a acusação de um réu em relação a outros, que sequer eram conhecidos num contexto de uma investigação. Nesse ponto eu não vejo qualquer óbice em matéria constitucional. Se um ladrão, um assassino, um sequestrador, com baixos valores morais, delata outros, isso é um problema inerente à própria criminalidade, o que a sociedade deseja é apenas o esclarecimento do fato". Há quem utilize as expressões colaboração premiada e delação premiada como sinônimas. Outros doutrinadores, todavia, preferem trabalhar com a distinção entre delação premiada e colaboração premiada, considerando-as institutos diversos. Nessa linha, segundo Luiz Flávio Gomes, delação premiada e colaboração à justiça não são expressões sinônimas, sendo esta última dotada de mais larga abrangência. O imputado, no curso da persecutio criminis, pode assumir a culpa sem incriminar terceiros, fornecendo, por exemplo, informações acerca da localização do produto do crime, caso em que é tido como mero colaborador. Pode, de outro lado, assumir culpa (confessar) e delatar outras pessoas – nessa hipótese é que se fala em delação premiada (ou chamamento de corréu). Só há falar em delação se o investigado ou acusado também confessa a autoria da infração penal. Do contrário, se a nega, imputando-a a terceiro, tem-se simples testemunho. A colaboração premiada funciona, portanto, como o gênero, do qual a delação premiada seria espécie. É bem verdade que a referência à expressão delação premiada é muito mais comum na doutrina e na jurisprudência. No entanto, preferimos fazer uso da denominação colaboração premiada, quer pela carga simbólica carregada de preconceitos inerentes à delação premiada, quer pela incapacidade de descrever toda a extensão do instituto, que nem sempre se

limita à mera delatio. Com efeito, a chamada “delação premiada” (ou chamamento de corréu) é apenas uma das formas de colaboração que o agente revelador pode concretizar em proveito da persecução penal. (CARVALHO, 2009)

CONCLUSÕES

De fato, e a depender do estágio das investigações, a apresentação da colaboração pode surgir com a melhor alternativa defensiva, o que, em si mesmo, não constitui problema insolúvel. Mas, por outro lado, pode, com efeito, embaraçar a eficácia da investigação, conduzindo os órgãos da persecução para frentes menos importantes do conjunto de fatos eventualmente acessíveis, ou, pior ainda, pode também deslocar o foco investigativo para aqueles que detém responsabilidade penal muito inferior àquela do colaborador, ou mesmo para pessoas inocentes.A colaboração, portanto, há de ser vista com cautela e com prudência, cuidados esses que devem ser redobrados quando aquela (colaboração) preceder às diligências regulares que teriam o condão de determinar a abertura de inquérito policial.

É fato que os benefícios legais oferecidos ao colaborador servem como estímulo para sua colaboração, que comporta, quase sempre, a autoincriminação. Porém, desde que não haja nenhuma espécie de coação para obrigá-lo a cooperar, com prévia advertência quanto ao direito ao silêncio, não há violação ao direito de não produzir prova contra si mesmo. Nessas condições, cabe ao acusado decidir, livre e preferencialmente assistido pela Defesa técnica, se colabora ou não”.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Carlos Eduardo Rios. **Princípio da insignificância no Anteprojeto de Código Penal. 2012.** Disponível em: http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=8157.Acesso em: 05 nov. 2016.

APOLINÁRIO, Marcelo Nunes. **As penas alternativas entre o direito penal mínimo e máximo**. Eumed.net. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/07/mna.htm>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal.** 3. ed. Rio de janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BECCARIA, C. Dês Délits et des peines. **Trad. de Maurice Chevallier**. Paris:

GF-Flammarion, 1991.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas.** 5. reimpr. da 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008, p. 47-48.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. 5. reimpr. da 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

BOBBIO, Norberto. T**eoría general del Derecho.** 2. ed. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis S.A., 1999.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. **Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal**; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995. **Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas.**

BRASILEIRO, Renato. **Curso de Processo Penal**, publicado pela Editora Ímpetus.

CARVALHO, Natália Oliveira de. **A delação premiada no Brasil.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 130.

CARVALHO, Natália Oliveira. **A delação premiada no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; CARVALHO, Edward Rocha de. **Acordos de delação premiada e o conteúdo ético mínimo do estado**. In: Revista Portuguesa de Ciência Criminal. [S.l.]: Editora Coimbra, ano. 17, n. 1, p. 95-106, jan./mar. 2007, p. 97.

DOSTOIEVSKI, F. M. **Crime e Castigo.** São Paulo: Abril cultural, 1979.

DUCLERC, Elmir. Direito processual penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

em: 19 out. 2013.

EMERJ, **Revista**. v. 13, n. 51, 2010.

ESTRÊLA, William Rodrigues Gonçalves .D**elação Premiada: Análise de sua Constitucionalidade**. Revista da Faculdade Projeção. Ed. 01. 2012

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão. Teoria do Garantismo Penal.** São Paulo: RT, 2002.

FILHO, Paulo Sérgio de A. Coelho .**Barganha penal, perigo iminente**. Disponível em: http://www.estadao.com.br /noticias/impresso,barganha-penal-perigo-iminente-,956711,0.htm. Acesso em: 05 nov. 2016.

Goffman, E. **Manicômios, prisões e conventos.** Trad. de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GOMES, Luiz Flávio. **Corrupção política e delação premiada**. In: Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal, ano VI, n. 34, Porto Alegre, out.-nov./2005.

GUIMARÃES, T. R. R. **Direito Penal Mínimo - Mais Eficiência Ao Ordenamento Penal.** 22. ed. Revista do Ministério Público do Estado de Goiás.2013.

HULSMAN, L.; CELIS, J. B. **Penas perdidas; o sistema penal em questão.** Rio de Janeiro: Luam, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. Disponível em: http:// www.ibccrim.org.br. Acesso em: 06 out. 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Estágio atual da "delação premiada" no Direito Penal brasileiro.** Disponível em: <http//jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7551>. Acesso em: 17 out. 2016.

JESUS, Damásio, **Lei dos Juizados Especiais Criminais Anotada**. 6ª edição 2001, editora SARAIVA.

LENART, André. **Nova lei de combate ao crime organizado** Disponível em:http://reservadejustica.wordpress.com/2013/08/15/nova-lei-de-combate-ao-

crime-organizado/. Acesso em: 10 out. 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, **Inocêncio Mártires;** BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 282.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Processo penal.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MOBERLY, Sir W. **The ethics of punishment.** London: Faber and Faber, 1968.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**, 2010.

NIZOLLI, Thales & PILAU, Lucas e Silva Batista. **Limites e possibilidades constitucionais à aplicação do instituto de barganha no ordenamento jurídico penal brasileiro.** Disponível em: http://nizollipilau.blogspot.com.br/2012/10/limites-e-possibilidades.html. Acesso em: 05 nov. 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal.** 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 4. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PACELLI, Eugenio. **Curso de processo penal** – 17a. edição – Comentários ao CPP Lei 12.850/13– 5a. Edição. 2013.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de Criminologia.** São Paulo: Saraiva, 2010.

PORTANOVA, Rui. **Princípios do Processo Civil**. 4.ª edição. Editora Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2001.

SANCHES, Rogério Sanches & PINTO, Ronaldo Batista. **Crime Organizado - Comentários à nova lei sobre crime organizado** (Lei n. 12.850/13). Ed. JusPODIVM. 2013.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico.** 18. ed., 2. tiragem. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 2001, p. 247.

STJ, **o instituto da delação premiada consiste em ato do acusado que, admitindo a participação no delito, fornece às autoridades elementos capazes de facilitar a resolução do crime:** STJ, 6ª Turma, HC 107.916/RJ, Rel. Min. Og Fernandes, j. 07/10/2008, DJe 20/10/2008.

SUN-TZU. **A arte da guerra.** 9. reimpr. da 1. ed. de 1994.

São Paulo: **Pensamento**, 2007, p. 191 e 193. Traduzido do chinês por Thomas Cleary. Tradução Euclides Luiz Calloni, Cleusa M. Wosgrau. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=u_JBHNI85WUC&printsec=frontcover>. Acesso em: 18 out. 2015.

TOLEDO, F. de **A. Princípios básicos de Direito Penal**. 5. ed. Saraiva: São Paulo, 2001.

VERAS, Ryanna Pala. **Nova criminologia e os Crimes do Colarinho Branco.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE ARMAZENAGEM PARA CONSERVAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GRÃOS

Wilson Dias dos Santos
Acadêmico do curso de Administração da Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: wilsonddsantos@gmail.com.

Renata Ferreira Chavaglia
Professora Administração e Coordenadora do NICOM da FAR Graduada em Tecnologia do Agronegócio e Especialização em Gestão Empresarial pela Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. E-mail: renata_chavaglia@hotmail.com

RESUMO : Grande parte da produção de grãos é armazenada em silos metálicos ou de alvenarias (graneleiro) antes da sua comercialização, nesse período pode acontecer do produto perder qualidade devido à permanência estendida no armazém. O objetivo desse trabalho foi acompanhar a qualidade dos grãos. Foram coletadas várias amostras semanalmente no período de 60 dias nos armazéns da unidade e feita análise de classificação nos grãos para identificar o teor de água (umidade), impurezas e A/B ardidos e brotados. Acredita-se, que um armazém de grãos com tecnologia e convenientemente localização, estabelece uma solução para tornar o sistema mais econômico. Garantindo a venda da produção em períodos de pouca oferta, resguardando as pressões do mercado no ato da colheita. Nesse período, a armazenagem do produto na propriedade, sendo ela rural ou privada, quando bem gerida, apresenta inúmeras vantagens. Dentre elas deve-se enfatizar: Diminuição das perdas em relação ao volume e qualidade que ocorrem nas lavouras, pelo atraso da colheita ou armazenado em armazém com estruturas precárias; Economia na logística, devido à grande concorrência no período da safra os fretes atingem seu preço máximo e o tempo de espera em filas nos armazéns de terceiros; E o transporte interno será necessário, quando realmente for a hora certa de colher, diminuído o peso, devido à eliminação do excesso de água pela secagem natural; Maior qualidade do produto, devido a secagem natural, como opção do produtor, sem necessidade de parte da produção sofre impacto no processo de secagem.

Palavras-chave: Armazenagem. Grão. Umidade. Qualidade. Comercialização.

THE IMPORTANCE OF CONTROLLING STORAGE FOR CONSERVATION AND MARKETING OF GRAINS

ABSTRACT : A large part of grain production is stored in silos of metal or masonry (carrier) before they are marketed, this period can happen for the product losing quality due to the stay extended in the warehouse. The objective of this study was to monitor the quality of the grains. We collected several samples on a weekly basis during the period of 60 days in warehouses of the unit and made analysis of classification in the grains to identify the water content (moisture), impurities and A/B burned and brotados. It is believed that a store of grain with technology and conveniently located, provides a solution to make the system more economical. Ensuring the sale of production in periods of short supply, protecting market pressures at time of harvest. During this period, the storage of the product on

the property, it being rural or private, when well managed, presents numerous advantages. Among them must be emphasized: Decrease the losses in relation to the volume and quality that occur in crops, by the delay of the harvest or stored in warehouse with precarious structures; Economics in logistics, due to fierce competition in the period of the crop freight reaches its maximum price and the waiting time in queues in the warehouses of third parties; and internal transport will be necessary, when really is the right time to reap, minus the weight, due to the elimination of excess water by natural drying; greater product quality, due to natural drying, as option of the producer, without need of part of the production suffers an impact in the drying process.

Key words: Storage. Grain. Moisture. Quality. Marketing.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo explora a armazenagem de grãos em uma empresa no ramo do agronegócio em Montividiu – GO, analisando proposições para melhoria no processo, coletando amostras e analisando dados in-loco e imputados no sistema, com o objetivo de prover ganhos para o setor.

Durante o processo de padronização (limpeza, secagem e armazenagem) são observados alguns pontos fundamentais que necessitam de um monitoramento constante para que a armazenagem ocorra sem maiores problemas. A qualidade dos grãos é determinada pelo: teor de água uniforme; impurezas que são: percentuais de resíduos de material estranho; danos causados por insetos e fungos, e pela proteína conhecida como germe. Vários fatores podem afetar estas características como sistemas de secagem, técnicas de armazenamento. Amostragens deverão ser coletadas para acompanhar a temperatura da massa de grãos, e aproveitar o volume coletado e fazer uma nova classificação, onde irá ser verificada a qualidade intrínseca do grão. Durante a coleta aproveita-se para verificar a estrutura do silo, se não há nenhuma infiltração ou rachaduras que poderão comprometer a qualidade do produto armazenado.

Importante também para uma boa armazenagem, é manter o sistema de aeração (pressão ar positiva) em funcionamento sempre que necessário, com o intuito de resfriar a massa de grão, com objetivo de manter a temperatura baixa possível.

2 REVISÃO LITERATURA

2.1 Armazenagem de grãos

Grande parte da produção de grãos é armazenada durante determinado

período. A importância da armazenagem reside no fato de que com o armazenamento adequado dos produtos agrícolas evitam-se perdas e se preservam suas qualidades, além de suprir as demandas durante a entressafra e de permitir aguardar variações de preços melhores (SAUER, 1992).

Nos últimos anos, houve um grande volume de grãos em especial o milho colhido de segunda safra, ficarem estocados, sejam em armazéns ou silos bags. Com os estoques de passagem no Brasil, ficando abaixo da média, as especulações por parte dos produtores vêm crescendo, eles estão tendo a visão da comercialização futura, e conseguindo melhores preços em determinadas épocas do ano.

No entendimento de Rezende (2009, p. 23) “produzir e conservar com excelência são fatores que determinaram o incremento de receita à cadeia produtiva, maior diferenciação no competitivo mercado, além da disponibilidade de produtos seguros para o consumidor”.

Segundo dados da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), e do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento Brasileiro), calcula-se que as perdas de grãos provocadas pelo ataque de pragas no Brasil somam aproximadamente 10% do que é produzido anualmente (LORINI, 2005).

Graeff (2002) expõe que é inconcebível perder a qualidade de produtos em armazéns, sendo que os maiores desafios são os investimentos em tecnologias na produção de grãos, como a escolha de sementes de boa qualidade, tratos culturais, e máquinas que irão colher os grãos. Pode ser citado ainda o fator clima, ao qual a produção no campo está sujeita, mesmo assim, percebe-se que os recordes de produção e produtividade estão crescendo a cada ano.

A armazenagem passa por muitas mudanças que se refletem na adição de novos sistemas de informação aplicados ao controle de armazenagem, em sistemas automatizados de controle de ventilação e de temperatura com a principal finalidade de estocar produtos (FLEURY 2000).

As mudanças foram predominantes, segundo Figueiredo (2004), por fatores de resposta rápida, leituras em tempo real, melhor controle de qualidade, redução de desperdício, garantindo um melhor acompanhamento durante o período de estocagem.

2.2 Qualidade dos grãos

As etapas de limpeza e secagem são dois pontos fundamentais que necessitam de um monitoramento constante para que a armazenagem ocorra sem maiores problemas, pois basta uma delas ser mal processada para

proporcionar maior facilidade ao surgimento de insetos.

Conforme ensinamentos de Sinha (1973, p. 15-47), fatores climáticos e microrganismos atuam direto na qualidade do grão:

> Os fatores mais importantes que afetam os grãos durante o armazenamento são: temperatura, umidade, concentração de dióxido de carbono e oxigênio no ar intersticial, características do grão, presença de microrganismos, insetos, ácaros, condições do clima e a estrutura do grão.

Lazzari aponta que se deve ter um controle intenso, com o grão armazenado, fazendo leituras semanais, a fim de detectar a tempo pontos quentes na massa de grãos e tratar o mesmo resfriando através da aeração, para evitar atividade respiratória e desenvolvimento de fungos, o processo de aeração passa a ter como objetivo a conservação dos grãos. Neste caso, é realizada a aeração preventiva, isto é, realizada sempre que as condições climáticas são favoráveis:

> As espécies que surgem nos armazéns reduzem o vigor das sementes pelo consumo de reservas e pela intensa atividade respiratória que pode desencadear outros processos, como a fermentação e o desenvolvimento de fungos, podendo deteriorar por completo as sementes (LAZZARI, 1993 p. 59-61).

De acordo com Brandão (1989, p.198), “consideram-se pragas dos produtos agrícolas armazenados todos os seres vivos que atacam os referidos produtos para deles se alimentarem”.

Antes mesmo do uso de inseticidas químicos sintéticos para o controle dos insetos em grãos armazenados, os métodos físicos de controle eram os mais difundidos nos armazéns de grãos. Hoje são substituídos pelos químicos pela sua rapidez e facilidade de uso e pelos resultados que proporcionam (BANKS; FIELDS, 1995, citados por LORINI, 2005).

Nesse estudo, Fourquet aplica que utilização do termonebulizador facilita muito é de grande praticidade no controle de pragas, tratando na prevenção a baixo custo.

> A termonebulização pode ser utilizada de forma a completar as atividades de combate dos insetos, ajudando no tratamento das estruturas ou na própria massa de grãos, de forma rápida e econômica, pela alta concentração do princípio ativo e com volume de calda menor, podendo ser executada por um único trabalhador, garantindo excelentes resultados de combate aos insetos (FOURQUET, 2002 p. 549).

“Com isso, a utilização de inseticidas protetores torna-se indispensável para evitar a infestação de insetos-praga, que se constituem num problema

durante o armazenamento de grãos" (SANTOS, 1993 p;110-119).

O controle é feito sempre por empresas especializadas em controle de praga, fazendo o expurgo na massa de grãos sempre que for detectado alto índice de infestação de insetos.

2.3 Comercialização da produção

Vários fatores interferem na hora da comercialização, saber o momento certo de vender os grãos para muitos agricultores ainda é a maior dificuldade, pois não se atentam para uma análise de mercado macro, suas atenções estão voltadas apenas para sua microrregião, onde os preços são balizados pelo maior comprador local, ou pequenos granjeiros.

Commoditiessão artigos de comércio, bens que não sofrem processos de alteração (ou que são pouco diferenciados), como frutas, legumes, cereais e alguns metais. Como seguem um determinado padrão, o preço das commodities é negociado na Bolsa de Valores Internacionais, e depende de algumas circunstâncias do mercado, como a oferta e demanda, a soja e o milho, como tal, suas precificações são formadas basicamente pela oferta e demandas internacionais, exportação e consumo interno, ou seja, são considerados fatores como Cotação do Dolar; BM&F - Bolsa Mercadorias e Futuros; CBOT – Bolsa Chicago; Frete: CIF - (Cost, Insurance and Freight) até o Porto.

O produtor precisa estar bem informado desses fatores para tomar suas decisões e saber a hora de vender seu produto, como por exemplo: realizando 'HEDGE' ('proteção').

Hedge é uma operação comum, de resguardar o valor de uma negociação, contra uma baixa no seu valor em determinada data futura ou, ainda, garantir o valor de um débito a ser pago no futuro, maximizando seu lucro.

Os modernos sistemas de fixação hoje disponíveis no mercado, exigem que os controles produtivos sejam eficazes na conservação da qualidade dos produtos, esperar o melhor momento e preço final de mercado, para cobrir por completo os gastos de produção, remunerando melhor, aumentando a margem de lucro.

Perobelli e Haddad (2006) asseguram que a maior inserção da economia brasileira no contexto internacional está centrada na necessidade de um aumento da competitividade, de uma diminuição de custos e da reestruturação produtiva. Hoje, o preço dos produtos é estipulado pelo mercado (interno e externo), relacionado com a oferta e demanda. O principal fator é o custo na produção e controle eficaz do produto armazenado, onde é necessário produzir mais, por menos, e guardar com qualidade. Em um mercado competitivo são fundamentais

profissionalismo e competência para se produzir bem.

Para obtenção de maiores esclarecimentos Silva (2000) relata que a armazenagem na fazenda é uma forma de aumentar a produção agrícola, reduzindo as perdas do processo com um custo mais alto pago ao armazenador terceiro, ou mesmo evitá-lo, e acompanhar os fluxos de oferta e demanda, com a regularização dos estoques e a racionalização do sistema de transportes, evitando-se, assim, os efeitos especulativos.

Os setores produtivos necessitam de adequados serviços de transporte e armazenagem, buscando o aumento da produtividade e a redução do custo unitário de produção. O transporte de grãos sempre teve um grande impacto no custo final do produto, devido estradas precárias, valor diesel aliado à carga tributaria, segundo a visão de (BALLOU, 2001).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de cumprir a carga horária de 400 horas de estágio obrigatório necessário para a conclusão do curso de Administração, esse estudo será desenvolvido por meio de um estudo de caso. O estudo foi fundamentado através da avaliação do problema atual, através de informações vivenciadas durante o processo de recebimento, classificação, secagem até a armazenagem do grão, e posterior foram realizadas várias coletas de amostras de grãos em pontos diferentes pelo estagiário, com o intuito de observar, registrar, analisar a qualidade do produto, através dos resultados obtidos na classificação de grãos. “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39).

3.1 Caracterização da Empresa

Criada após a fusão entre duas grandes indústrias de alimentos e conhecida aqui no Brasil pela qualidade dos seus produtos, os mesmos são vendidos em mais de 150 países, em todos os cinco continentes, possui mais de 115 mil funcionários, em 54 fábricas distribuídas em sete países: Argentina, Brasil, Emirados Árabes Unidos, Holanda, Malásia, Reino Unido, Tailândia e a mais nova na Turquia.

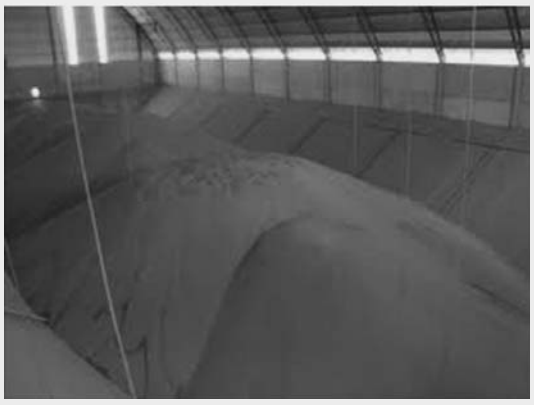
A diretoria de Commodities é responsável por todo abastecimento de grãos e materiais alternativos da Cia, para produção de ração, aqui no estado de Goiás, existem 06 (seis) Filiais de Compra de Commodities e foi em uma

delas que se decidiu realizar essa pesquisa, na Filial de Montividiu, na cidade de Montividiu, Goiás, está em atuação há mais de 08 anos na cidade de Montividiu/GO, sua atividade está relacionada ao recebimento e armazenamento de grãos, exclusivo para produção de ração animal, e transfere toda a produção para Fábrica de Rações na cidade de Rio Verde/GO e Uberlândia/MG. A Filial de Montividiu atualmente conta com 06 colaboradores fixos, e no período de safra são contratados em média 30 colaboradores terceirizados.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2017.
FIGURA 1 – Organograma

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período do estágio, foi feito um controle e acompanhamento da umidade e temperatura da massa de grãos, onde foram coletadas amostras do produto em pontos diferentes dentro dos armazéns (Armazém – A e Armazém – B), de forma que apresente claramente a qualidade do grão no armazém, servindo de parâmetro para sua comercialização, conforme normas de identificação e classificação MAPA.

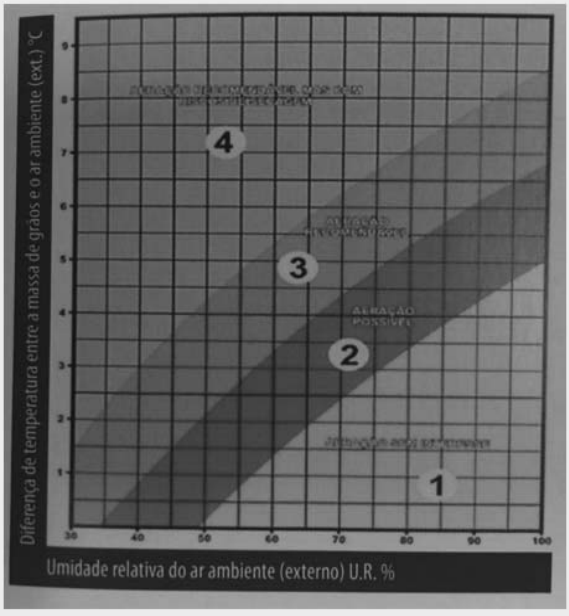


FONTE: Elaborado pelo autor, 2017.
FIGURA 2 – Armazém de grãos

As amostras foram coletadas com auxílio de um calador de 03 (três) estágios, aleatoriamente, de forma a se obter 10kg de grãos de cada ponto, passou-se pelo homogeneizador e foi retirada uma amostra de 250g para compor a amostra de trabalho, determinando a porcentagem de impurezas e grãos avariados, e também o percentual de umidade.

Esse acompanhamento se faz necessário para controlar a temperatura do grão e evitar com que o mesmo perca qualidade. Com base nos dados encontrados, tomaram-se várias ações de controle de temperatura, como transilagem: que é a circulação da massa de grãos de um ponto para outro, esse processo simples ajuda no resfriamento do produto, esse caso em especial funciona muito bem em armazém metálico, pois consegue movimentar 100% da massa de grãos e/ou aeração: esta se usa, utilizando como parâmetro a tabela Diagrama de conservações de cereais, apresentada na Figura 2. Existe uma grande vantagem da aeração em relação à transilagem, que é, facilidades de execução, menor custo e tempo de execução da atividade para alcançar o objetivo, pois não necessita transportar o produto para outro ponto e consequentemente menor incidência de grãos quebrados.

Foram feitas várias aplicações preventivas de inseticidas, na massa de grãos e na estrutura, a fim, de prevenir o aparecimento de insetos que comprometem a qualidade do produto armazenado. Essas aplicações eram feitas 02 (duas) vezes por mês, ou quando necessário.



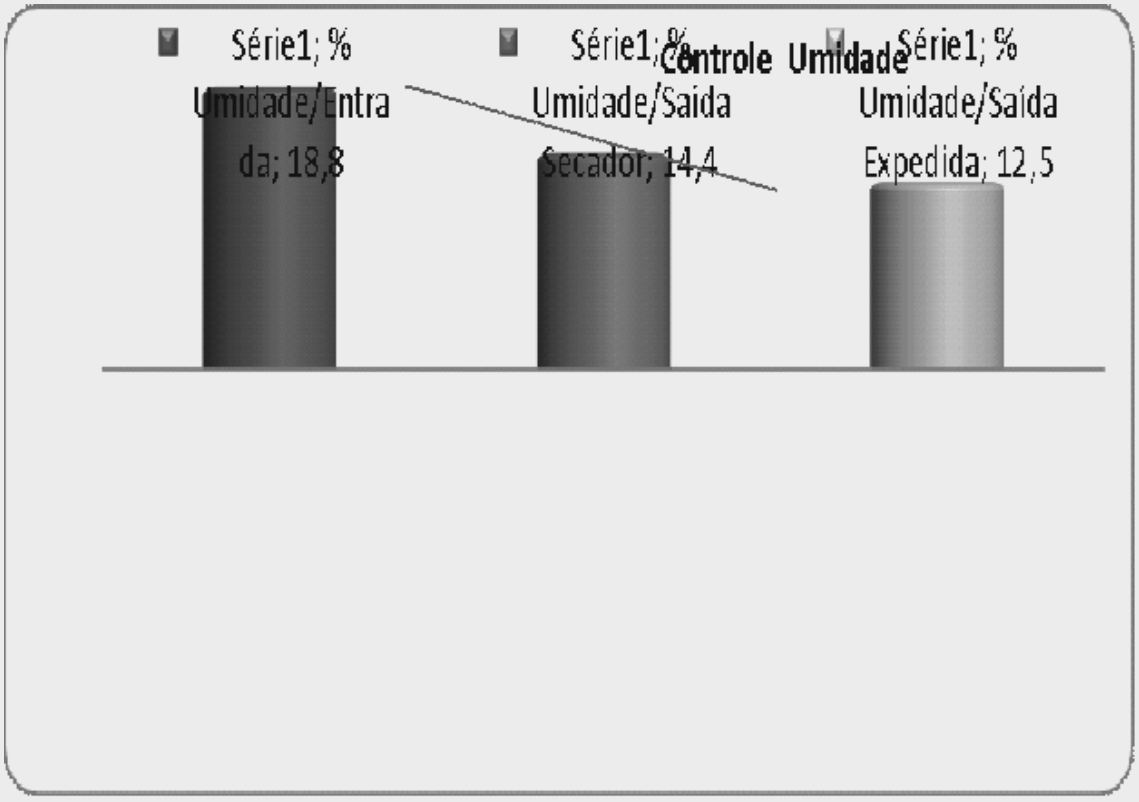
FONTE: Lasseram, 1978.
FIGURA 3 – Diagrama de Conservação de cereais

Outros dados importantes foram feitos anterior a coleta no armazém, em consulta no programa de gestão da empresa, como o percentual médio de

umidade que deram entrada no armazém, percentual de umidade na saída dos secadores e a umidade no momento da expedição dos grãos.

Observou-se que a umidade média de saída ficou 1,9%, abaixo do exigido pelas empresas compradoras dos grãos. Consequentemente houve uma perda de peso, que pode ter sido ocasionada pelo excesso de aerações em momento inadequado, tempo médio do produto armazenado, secagem do produto além do necessário, aumentando o custo na secagem desnecessariamente com queima de cavaco/lenha na fornalha.

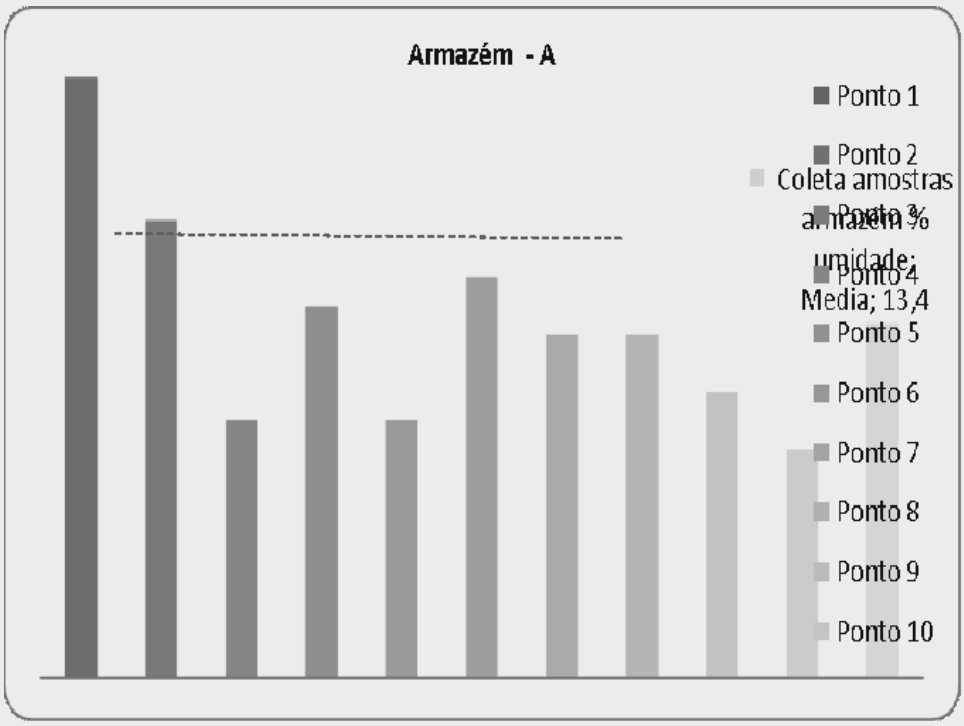
A umidade comercial padrão do grão, no caso do milho é de 14% umidade, 1% impureza e 6% A/B (ardidos e brotados).



FONTE: Elaborado pelo autor, 2017
FIGURA 4 – Controle de umidade.

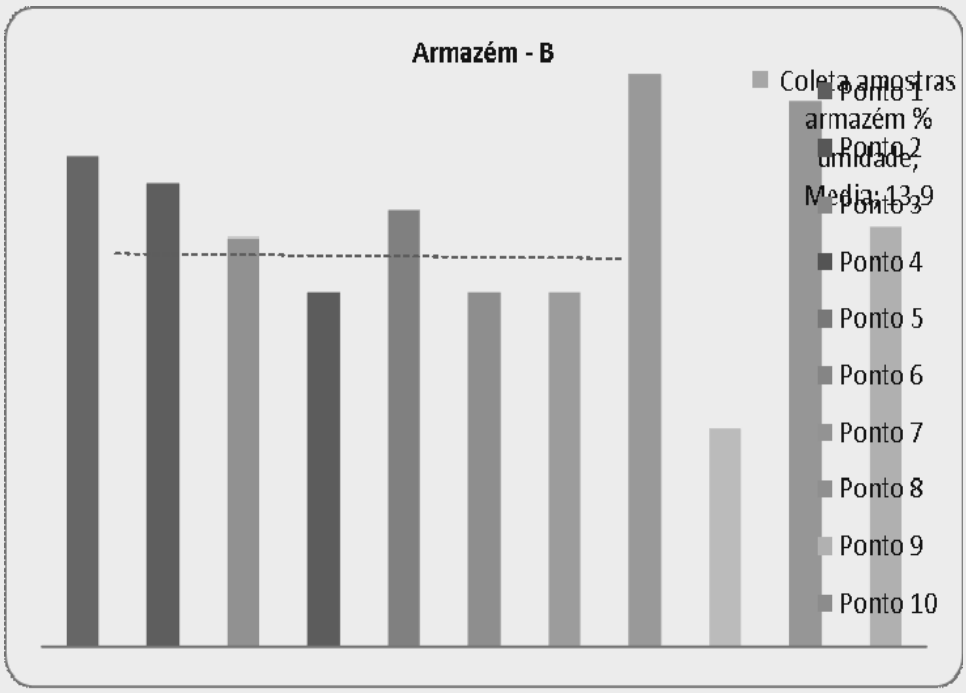
O resultado do levantamento feito nos dois armazéns da empresa, mostrou que o armazém – A, encontra com a umidade média abaixa e com uma tendência de queda, onde com certeza não se tomou os cuidados necessários, e ou negligenciou o processo de secagem.

Abaixo se pode observar a Figura 4, o resultado médio das umidades encontradas, com base nesses números observou-se uma desconformidade entre os pontos coletados, levando a um percentual médio de 13,4% de umidade.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2017
FIGURA 5 – Controle de umidade no armazém - A.

Já os resultados das coletas feitas no Armazém – B indicam na média um percentual de 13,9% de umidade, ficando próximo do desejado, ou seja, 14% umidade. Como mostra o gráfico abaixo:



FONTE: Elaborado pelo autor, 2017.
FIGURA 6 – Controle de umidade no armazém - B.

Durante o período de processamento e de padronização, demonstrado nos relatórios, fica evidente que, houve um melhor acompanhamento do processo, na armazenagem do grão no Armazém – B demonstrou também que foram seguidos e respeitados os procedimentos de Secagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte da produção é armazenada durante determinado período, com objetivo principal de evitar as perdas e preservar a sua qualidade original, além de suprir as demandas durante a entressafra e permitir aguardar o melhor momento para comercializar o produto.

É importante também manter o acompanhamento do produto armazenado, coletando amostras e tratando os desvios encontrados, com ações eficazes evitando a perda da qualidade.

Depois de comparados os resultados e checados os controles de padronização, conclui-se que os indicadores merecem uma atenção especial, pois diante dos resultados é possível definir estratégias para comercialização dos grãos, poderá ficar por um período maior de tempo armazenado ou se precisarão ser vendidos em curto prazo. Portanto esse trabalho abre uma perspectiva para novos estudos com vista a mitigar os riscos e prejuízos.

Fazer gestão de processos é a principal forma para garantir a qualidade do produto e uma maior rentabilidade na hora da venda.

REFERÊNCIAS

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BRANDÃO, Filadelfo. **Ciências Agrarias nos Topicos Brasileiros: Manual do Armazenista**. 2. ed. Viçosa: UFV, 1989.

FIGUEIREDO, Kleber. **Gestão estratégica de armazenagem.** Rio de Janeiro: CEL-COPEAD, 2004.

FLEURY, P. F., WANKE, P.; FIGUEIREDO, K. **Logística empresarial: a perspectiva brasileira.** São Paulo: Atlas, 2000.

FOURQUET, Gunther. T**ermonebulizador como pratica de controle de pragas de grãos**. In: LORINI, Irineu; MIKE, Lincoln Hiroshi; SCUSSEL, Vildes Maria

(ed.). Armazenagem de grãos. Campinas: IBG, 2002.

GRAEFF, Romeu. **Demistificação do controle de qualidade da massa de grãos.** Grãos Brasil: Da Semente ao consumo. Maringá: a. I, n. II, p.25-26, mar.2002.

LASSERAN, J.C. **Princípios gerais de secagem. Revista Brasileira de Armazenamento.** n. 3, p. 17-46, 1978.

LAZZARI, Flavio. **Contaminação fúngica de sementes, grãos e rações**. In: SIMPÓSIO DE PROTEÇÃO DE GRÃOS ARMAZENADOS, Passo Fundo, 1993. Anais... Passo Fundo: EMBRAPA, CNPT, 1993. p. 59-61.

LORINI, Irineu. **Manual técnico para o manejo integrado de pragas de grãos de cereais armazenados.** Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2005.

PEROBELLI, F. S.; HADDAD, E. A. **Exportações internacionais e interações regionais: uma análise de equilíbrio geral.** Estudos Econômicos, São Paulo, v. 36, n. 4, out./dez. 2006.

REZENDE, Arnaldo Cavalcanti. **Armazenagem de grãos.** Grãos Brasil: Da semente ao consumo. Maringa, PR., n.35, ano VIII, p. 23-25, marlabr 2009.

SANTOS, C.M.R., MENEZES, N.L., VILLELA, F.A. **Alterações fisiológicas e bioquímicas em sementes de feijão envelhecidas artificialmente.** Rev. bras. sementes, v.26, n.1, p.110-119, 2004.

SAUER, D.B. **Storage of cereal grains and their products.** Fourth Edition, St. Paul, MN: AACC, 1992. 615p.

SILVA, Juarez S. **Secagem e armazenagem de produtos agrícolas.** Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.

SINHA, R.N. **Interrelations of physical, chemical and biological variables in the deterioration of stored grains.** In: SINHA, R.N., MUIR, W.E. (Eds.). Grain storage: part of system. Westport, 1973. p. 15-47.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

GESTÃO DA QUALIDADE ADMINISTRATIVA REALIZADA EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO AGROPECUÁRIO NO RAMO DE NUTRIÇÃO DE BOVINO

Gislaine Oliveira Barcelos
Acadêmica do 5º do curso de Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Almeida Rodrigues-FAR. E-mail: gislaineoliveirabarcelos@gmail.com.

Renata Ferreira Chavaglia
Professora no Curso de Administração e coordenadora do NICOM da FAR, graduada em tecnologia de agronegócio e em especialização em gestão estratégica empresarial pela Faculdade Almeida Rodrigues-FAR. E-mail: ranata_chavaglia@hotmail.com.

RESUMO : Este estudo teve como objetivo analisar a importância da gestão da qualidade administrativa e seu planejamento em uma empresa de nutrição animal. Foi analisada a organização da empresa em seus vários setores de atuação, identificando os pontos fortes e fracos e as decisões a serem tomadas para se alcançar maior produtividade e lucratividade. A partir desse estudo, foram adquiridos resultados relevantes como o bom planejamento e sua funcionalidade dentro de uma empresa, a importância de um líder que tenha competência e responsabilidade com a organização e seus funcionários, o bom desempenho de todos que fazem parte da organização quando opiniões ou ideias inovadoras são citadas e executadas. Oferecer produtos de qualidade que possam satisfazer a necessidade do cliente e trazer resultados positivos.

Palavras-chave: Gestão. Organização. Produtividade. Planejamento.

MANAGEMENT OF ADMINISTRATIVE QUALIY HELD IN A COMAPNY OF THE AGRICULTURAL SECTOR IN BOVINE NUTRITION BRACH.

ABSTRACT : This study aimed to analyze the importance of managing the administrative quality and its planning in an animal nutrition company. the company's organization in its various sectors of activity was analyzed, identifying strengths and weaknesses and the decisions to be taken to achieve greater productivity and profitability. From this study, we acquired relevant results as good planning and its functionality within a company, the importance of a leader who has competence and responsibility to the organization and its employees, the good performance of all who are part of the organization when opinions or innovative ideas are quoted and executed. Offer quality products that can meet the customer's needs and bring positive results.

Key words: Management. Organization. Productivity. Planning.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como tema: Gestão administrativa realizada em uma empresa de nutrição de bovinos de corte, que visa à importância da nutrição

animal no campo e dentro da empresa. Quais os problemas à serem resolvidos, seguindo as exigências nutricionais sem que comprometa sua produtividade.

Gestão Administrativa realizou-se em uma empresa de nutrição de bovinos de corte. A alimentação saudável e balanceada, para um animal de corte, influência diretamente na saúde humana, por este motivo é de grande relevância produzir produtos com qualidade os quais futuramente não venham ocasionar prejuízos. A Gestão Administrativa bem efetuada garante lucratividade.

Ao aprimorar as informações corretas para que auxiliem na tomada de decisões e no desenvolvimento nutricional, busca-se por melhores desempenhos e por uma produtividade de qualidade, Identificam-se pontos negativos os quais prejudiquem a organização e que devem ser avaliados em prol de melhorias.

Aprimorar ideias e opiniões dos funcionários os quais lidam todos os dias com as atividades da empresa, que podem ajudar e auxiliar a organização a ter melhorias e maior produtividade. Analisar a Gestão Administrativa e quais os métodos aplicados para que a mesma seja efetuada com sucesso, análise de seus pontos negativos e positivos e a partir dessas análises tomar as devidas decisões em busca de melhorias e satisfação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Gestão de qualidade

Um conjunto de conceitos bem caracterizados suporta a estrutura e o funcionamento do processo de gestão de qualidade. Os mais relevantes, é evidente, referem-se á forma como se estende a qualidade, ou seja, a noção da qualidade adotada em cada organização (PALADINI 1999, p. 1).

Na visão de Paladini (1999) a qualidade é como um conjunto que engloba todos os aspectos da organização seja na parte da produção, no planejamento, até a venda do produto final. É buscar ter qualidade de maneira geral.

Na gestão de qualidade é importante que valores sejam transferidos para que as ligações interpessoais ocorram sem ênfases e a partir disso é possível ter bem menos pontos negativos na empresa, quando os funcionários de todos os setores da organização estão satisfeitos com o modo como a organização se impõe, consequentemente irão trabalhar com mais satisfação e assim aumentar sua produtividade e lucratividade.

Paladini (1999) agrega que a qualidade era vista apenas em quesitos de serviços e produtos, deixando de lado outros fatores importantes da organização que são de extrema importância para obter sucesso.

Á partir disso a qualidade foi vista de maneira mais ampla que agregasse

todos os setores da empresa, novas formas de gerências e uma preocupação ao quesito de qualidade para os funcionários. Visar sempre os pontos negativos para serem analisados e avaliados, e a partir disso buscar pela qualidade que as empresas tanto almejam ter, seja no interior ou exterior da organização.

2.2 Expansão da carne bovina

Essa domesticação contribui para grandes fatores, como a alimentação humana e a economia. A partir daí o homem começou seus estudos e pesquisas que foram essenciais para a nutrição dos bovinos, com toda essa evolução o mercado de carne de bovinos expandiu-se e aumenta cada vez mais.

Nos reconhecimentos de Faria (1995), a domesticação dos bovinos foi crucial para o desenvolvimento do bem-estar das pessoas, porque através disso foi que a produção de carne teve seu lugar no mercado e passou a fornecer produtos que foram fundamentais para o homem. Fato que ocorreu há anos atrás, mas que reflete nos dias de hoje.

> Firmando o conceito de que o ganho compensatório é a resposta biológica ao crescimento deprimido por subnutrição temporária dos bovinos, resta esclarecer que se trata de problema universal, ligado à estacionalidade da produção de alimentos forrageiros. O ganho compensatório, sendo causado por diferentes fatores regionais, deveria ser examinado em estreita relação com as zonas temperadas e tropicais, em separado, para o conhecimento de suas possibilidades na exploração de bovinos de corte (VILARES 1995, p.262).

O Brasil é rico em pastagens, tanto que as pastagens são fontes de alimentação mais econômica do país. Mas apesar dessa vantagem, há problemas como a época da seca, nessa época os pastos por si só não são capazes de oferecer nutriente suficiente para o gado e com isso surge a perda de peso e também a desvalorização do animal.

Na visão de Quadro (2005), a forma de alimentação por pastagens é uma vantagem em termos econômicos no Brasil para bovinos, pois em épocas de chuva há um desenvolvimento sucessivo dos bovinos que se alimentam de pastagens. Porém, ocorre um baixo valor nutritivo na época da seca que prejudica o desenvolvimento do animal.

> A matéria seca é a mais simples e mais usual das análises bromatológicas. Como o próprio nome diz, representa a fração do alimento que não é água. A maneira mais simples de retirar água é pelo aquecimento da amostra. A água torna-se vapor e deixa a amostra. Isso acontece mesmo à temperatura ambiente (MEDEIROS et al, 2015, p. 4).

2.3 Exigências Nutricionais

É a quantidade de nutrientes que o animal irá adquirir para chegar até a sua produção exigida e para oferecer uma nutrição correta é preciso ser feita antes uma análise sobre o animal, desse modo será muito mais fácil seguir suas exigências nutricionais e a partir disso garantir uma produção de qualidade.

Feltrin et al (2015) esclarecem que as exigências nutricionais são os valores diários de nutrientes que os bovinos precisam para conseguir chegar ao nível determinado de produtividade. Fazer a nutrição correta e ter devido conhecimento da exigência nutricional, são alguns fatores importantes para alcançar essas exigências e ter a produtividade que se espera obter.

> Pastagens com baixo valor alimentar são, tipicamente, aquelas encontradas na época seca. Nesta época, a paralisação do crescimento leva a um aumento da idade das plantas que compõem a pastagem. Como as plantas com o passar do tempo reduzem o conteúdo celular, aumentam o material fibroso e os fatores anti-nutricionais, com destaque para a lignina. O resultado é a redução do teor de nutrientes e da sua digestibilidade (MARINO et al, 2015, p. 40).

O mercado tem exigido cada vez mais, isso porque o consumidor está à procura de carne de qualidade e confiança. Para que essa demanda seja cumprida é importante que o bovino tenha a alimentação de acordo com essas exigências nutricionais e de acordo com sua função.

Mattos (1995) explica que um dos maiores desafios nos rebanhos é manter a alta produção, devido à incapacidade dos animais ao consumo de alimentos satisfatórios para alcançar a exigência nutricional para ter elevado grau de produtividade. Esse é com certeza um dos maiores desafios.

Atender as exigências nutricionais é muito importante não só para a saúde do animal, mas também pela qualidade da produção, porém é preciso ficar atento tanto na falta ou excesso, esse animal deve ser avaliado para saber quais as suas exigências e a partir disso atendê-las corretamente.

Luci (1995) reconhece que o primeiro passo é definir o que é estado nutricional satisfatório, na visão do profissional zootécnico, esse estado satisfatório é aquele contribuinte de nutriente ao mecanismo do animal que consegue captar a exigência para o sustento e sua produtividade, sem prejudicar a saúde do animal. A exigência se for excessiva ou escassa poderá trazer problemas, vai depender da austeridade do excesso ou a falta nutricional.

“O conceito de suplementação mineral parte do princípio de que cada animal consome da mistura mineral à sua disposição, a quantidade necessária para atender às suas demandas metabólicas” (LOPES et al, 1998, p.37).

A informação correta é de muita importância para alcançar bons resultados, é preciso fazer um estudo a partir dessas informações e analisar os pontos positivos e negativos e a partir disso tomar as devidas decisões.

Terêncio et al (2014) relata que no confinamento informações sobre os bovinos de corte como por exemplo as exigências nutricionais são de grande importância para desenvolver esse processo com sucesso, essas informações contem importantes fatores que irão contribuir para muitas atividades desenvolvidas dentro do confinamento. Nada será de eficiência sem informações coerentes, as informações servem de auxílio para alcançar bons resultados.

2.4 Praticidade para o produtor rural

O software de gestão nutricional é econômico para confinamento Feed Manager foi desenvolvido para facilitar o controle dos animais. Com mais de 800 mil animais atendidos, o principal objetivo é diminuir as necessidades no confinamento e acompanhar de forma prática o desenvolvimento e precisão dos clientes.

Os consumidores têm exigido cada vez mais qualidade dos produtos, isso fez com que os mercados se preocupassem mais com as informações concretas, sendo assim o pecuarista é o principal responsável por essas informações que caracteriza de forma clara como foi feito todo o processo de produção.

Ferreira (2012) salienta que esse software foi desenvolvido para auxiliar a nutrição do bovino de corte em confinamento e também para auxílio do cliente e atender suas necessidades.

> Os benefícios do confinamento para o pecuarista são muitos, o principal e mais característico é a possibilidade de se aglomerar um grande número de animais em uma pequena área, o que vai de encontro com as tendências atuais de se produzir cada vez mais em um menor espaço de tempo, porém, todos esses benefícios conseguidos com a alta lotação de animais têm inconvenientes de diversas ordens, dentre elas a poeira, que tem causado sérios problemas aos confinadores, destacando-se: poluição do ar e do ambiente; riscos para a saúde humana; riscos para saúde e bem- estar animal. Não só os ser humano sofre as consequências da exposição á poeira, mas os bovinos também, apesar de aparentemente serem mais resistentes que o homem ás condições. Eles ficam expostos por um período muito maior que o ser humano e também apresentam diversos problemas de ordem respiratória, que geralmente, são crônicos, e interferem no seu comportamento normal, diminuindo seu apetite natural, causando estresse, perdendo peso e até morte por complicações respiratórias, geralmente causadas pela pneumonia (FERNANDES 2013, p.34).

2.5 Crise X Produtividade

Dias de inquietação é o que a pecuária de corte tem passado ao analisar preços atuais da arroba do boi gordo e dos animais de reposição. A cadeia passa por um período antes nunca passado. 2015 foi um marco, ano positivo para a maior parte dos componentes da cadeia mesmo sendo um ano difícil na economia do país.

Baseado em Rodrigues et al (2016), a pecuária brasileira tem passado por momentos complicados devido a problemas como política e economia e preços em alta. A qualidade da carne tem sido destaque sendo assim a indústria preocupa-se em ter produtos bons e de qualidade, o consumidor tem se preocupado e mais do que nunca quer saber a origem da carne consumida.

> Embora seja muito cedo para definirmos qualquer prognóstico, economistas afirmam que o país começará a sair do atoleiro no ano que vem. Indicadores econômicos apontam para um crescimento modesto no PIB, de 1% sendo que para 2015 a retração prevista é de 1,18%. Colocar a economia nos trilhos não será tarefa fácil, visto que haverá muitos desafios a serem enfrentados, como recuperar o nível de confiança dos empresários e consumidores, retomar a credibilidade no mercado internacional, evitar o rebaixamento das notas de classificação de risco no cenário internacional e controlar a inflação que freia o consumo doméstico (RODRIGUES et al, 2016, p.10).

Silva (2016) afirma que só será possível fazer um planejamento organizacional a partir de uma análise feita na empresa com as seguintes questões, o que irei produzir, qual meu público-alvo, quais os meus pontos fortes e fracos. É de extrema importância saber e conhecer a empresa que se lidera e trabalha.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com objetivo de realizar o trabalho de conclusão de curso este estudo de caso foi realizado por meio de uma pesquisa através do estágio de 200 horas.

Araújo et al.(2008) definem um estudo de caso como uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. Esse estudo foi baseado na nutrição animal de bovinos com o objetivo de encontrar pontos positivos e negativos dentro da empresa, sua organização, planejamento e métodos aplicados pela mesma.

3.1 Caracterização da Empresa

A Fortaleza Agropecuária é uma empresa voltada para a nutrição animal, a principal função é a produção de ração animal (bovinos, suínos e aves). A empresa já atua há seis anos no mercado, a empresa é de porte privado e pequeno porte. Composta por seis funcionários, cada um responsável por uma atividade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das vivências do estágio pôde ser identificado o quanto a Gestão Administrativa planejada e organizada é importante dentro da empresa. Através da gestão é possível obter resultados satisfatórios os quais toda organização requer.

Á partir desta pesquisa foi comprovada a importância da nutrição animal e seu planejamento. E das informações coerentes e objetivas dentro da organização, que auxiliem os funcionários a desenvolver suas atividades e a empresa a alcançar a lucratividade esperada.

É de extrema importância que as empresas avaliem seus métodos de trabalho e se os funcionários estão satisfeitos com esses métodos impostos pela empresa, buscar sempre por melhorias e praticidade para alcançar os resultados esperados. Informações corretas e precisas são de grande relevância para que não ocorram erros que venham a ocasionar possíveis prejuízos.

Cuidados devem ser tomados na tomada de decisões e no momento certo, da avaliação dos funcionários dentro da instituição e opiniões dos mesmos para a contribuição de ideias e melhorias na organização.

É importante também, que o gestor ou responsável pela empresa se desempenhe para o crescimento da mesma, com competência e responsabilidade e que faça análises e avalie a organização a qual ele é o responsável, outro ponto relevante é que funcionários, gestores e demais que fazem parte da organização trabalhem em conjunto para melhores resultados.

“A organização certa é algo que não existe; a organização é um absoluto, é uma ferramenta para tornar as pessoas produtivas quando trabalham em conjunto” (PETER DRUCKER 1998, S\P).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Á partir desse estudo é possível ver a importância da Gestão Administrativa e seu planejamento organizacional e o quanto é relevante o trabalho em equipe, buscar atender as exigências e produzir produtos com qualidade e que satisfaça as necessidades do cliente. Dar continuidade a novas pesquisas para aprimorar

cada vez mais conhecimento nesse meio, o qual está sempre em busca de novos métodos para se alcançar resultados, produtividade e lucratividade satisfatórios, que é o que toda empresa busca sempre ter.

É importante que o gestor tenha em mãos ferramentas de auxilio para que possa efetuar uma gestão de qualidade em todos os aspectos da organização, seja no setor da produção, administrativo até a venda do produto final, toda empresa busca por lucratividade, mas é importante que o gestor tenha sempre em mente que sem a qualidade consequentemente ele não obterá lucro.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Afonso. **Gado de corte.** Brasília DF. Embrapa 1996.

FERREIRA et al. **A revista do criador: Integração rende.** Ed. Centaurus 2012.

FERNANDES et al. **A revista do criador: Bem-estar animal.**Ed. Centaurus 2013.

GUSMÃO, Danilo. **Sistemas de produção de bovinos de corte.** Salvador BA. NEPPA-UNEB 2005.

MEDEIROS, Gomes et al. **Nutrição de bovinos de corte: fundamentos e aplicações.** Brasília DF: Embrapa 2015.

PEIXOTO, **Medeiros et al. Nutrição de bovinos: conceitos básicos e aplicados.**2. ed. Piracicaba SP: Fealq 1995.

PITOMBO et al. **A revista do criador: Pastagem manejo e adubação maximizam ganhos**.Ed. Centaurus 2012.

SULEIMAN et al. **A revista do criador: Saúde proteja seu lucro.**Ed. Centaurus 2013.

RODRIGUES et al. **Guia do criador:** 2016.Ed. Centaurus. 2016.

VALLE, E.R.do; ANDREOTTI, R; THIAGO, L.R.L. de S. **Estratégias para aumento da eficiência reprodutiva e produtiva em bovinos de corte.** Campo Grande MS: Embrapa 1998.

GESTÃO DA PRODUÇÃO DE EUCALIPTOS PARA FONTE DE ENERGIA

João Batista Gomes Barbosa
Aluno do curso Tecnologia em Agronegócio da Faculdade Almeida Rodrigues – FAR., e-mail: jbgomes2008@hotmail.com.

Fabianne V. de Sousa
Professora da Faculdade Almeida Rodrigues – FAR. Orientadora, Engenheira Agrônoma, Drª em sementes, e-mail:fabiannebrasil@hotmail.com.

RESUMO: Este trabalho se refere a gestão e produção do eucalipto como recurso de extração de energia considerada limpa, ou menos poluente, além de ser um produto em expansão comercial que pode ser produzido em propriedade de pequeno a grande porte. Neste contexto o objetivo desse trabalho é esclarecer que a produção de eucaliptos para o comércio é uma importante fonte de renda para os produtores e um sistema de reflorestamento e de produção de energia sustentável usado Brasil gerando grandes ganhos para o meio ambiente e para o produtor. O problema apresentado é a respeito do reflorestamento e buscando assim uma alternativa de energia sustentável se esta é uma das práticas adotadas pelo sistema de produção do eucalipto. Mas, como as propriedades se encaixam na produção de eucalipto? Para responder a essa questão este trabalho a metodologia utilizada foi de revisão de literatura ou bibliográfica e pesquisa de campo com um questionário aplicado para 30 produtores rurais, questionando a perspectiva de produção e rentabilidade desse setor produtivo, o resultado apresentado é que o eucalipto se adaptou no solo brasileiro sendo economicamente viável gerando lucros para o produtor.

Palavras chave: Eucalipto, gestão, energia, reflorestamento, economia.

ABSTRACT: This work refers to the management and production of eucalyptus as feature extraction of energy considered clean, or cleaner, as well as being a product expanding commercial property can be produced in small to large. In this context, the objective of this work is to clarify that the production of eucalyptus for trade is an important source of income to producers and a system of reforestation and sustainable energy production used Brazil generating big gains for the environment and for the producer. The problem presented is about reforestation and thus seeking an alternative sustainable energy if this is one of the practices adopted by the system of production of eucalyptus. But as the properties fit for the production of eucalyptus? To answer this question this paper the methodology used was a review of literature or literature and field research with a questionnaire administered to 30 farmers, questioning the perspective of production and profitability of the productive sector, the displayed result is that Eucalyptus has adapted on Brazilian soil being economically viable generating profits for the producer.

Keywords: Eucalyptus, management, energy, forestry, economy.

1 INTRODUÇÃO

Com as transformações econômicas no mundo, surge a preocupação com o crescimento econômico sustentável e o eucalipto é integrante dentro do setor econômico que envolve o agronegócio, pois produz celulose, madeira, carvão e é possível investir em reflorestamento.

Para efetivação dessa pesquisa foi aplicado um questionário para 30 produtores rurais com perguntas sobre a produção de eucaliptos, fatores econômicos e os impactos ambientais provocados pelo plantio do eucalipto.

A competitividade do setor florestal brasileiro é crescente, fruto das condições climáticas e da tecnologia desenvolvida pelas empresas e instituições de pesquisa do país, e dentro deste cenário se destaca a produção de eucalipto. O eucalipto se adaptou ao solo brasileiro, podendo ser produzido em propriedades de todos os tamanhos, o fator a ser considerado é o conhecimento do produtor para o plantio dessa árvore. Nesse contexto, é importante conhecer o mercado ao qual o produto está destinado.

Observando esses fatos o trabalho faz uma reflexão sobre a gestão e o plantio do eucalipto nas propriedades, abordando a importância de conhecer o mercado que o eucalipto está destinado. Alerta ainda que seja necessário esperar o tempo certo do corte do eucalipto para que a produção alcance a lucratividade esperada pelo produtor.

O objetivo deste trabalho é esclarecer que a produção de eucaliptos para o comércio é uma importante fonte de renda e um recurso renovável, aliando desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

Enfim, são apresentadas também as vantagens e desvantagens da produção do eucalipto, para a produção de energia e sua utilização no reflorestamento, aliando crescimento econômico e sustentabilidade.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Do plantio e gestão da produção do eucalipto

Até a pouco tempo, a produção de madeira era suprida quase que exclusivamente por meio as florestas nativas, cuja destruição tem provocado, muitas vezes, danos irreversíveis a alguns ecossistemas. A situação é preocupante e os proprietários da Fazenda Rio do Peixe possuem o olhar voltado para a problemática da preservação ambiental e ao mesmo tempo não perdendo a noção que para a sobrevivência econômica da fazenda é preciso fazer investimentos, e o caminho encontrado foi a de plantação de eucalipto.

O gênero Eucalyptus segundo pesquisa realizado por Higa et al (2000) envolve mais de 600 espécies que estão adaptadas a diferentes climas e solos no Brasil, observa-se que esse tipo de vegetação pode ser utilizada para diferentes finalidades, tais como: árvores ornamentais, as folhas podem ser usadas em arranjos florais, extração de óleo e as flores são usadas para a produção de mel. O uso mais comum é o aproveitamento da madeira como lenha, postes, moirões de cerca, construções rurais, produção de madeira cerrada, fabricação de painéis e fabricação de papel e celulose.

Nenhum gênero foi plantado em grande quantidade no mundo todos como o eucalipto. Estima-se segundo Higa et al (2005) cerca de seis milhões de hectares de eucaliptos plantados em todo o mundo, dos quais a metade está plantada no Brasil, o que representa mais da metade de toda a área de reflorestada no Brasil.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente ABIMCI, (2005) o eucalipto foi introduzido no Brasil em 1904, o seu objetivo era o de suprir as necessidades de lenha, postes e dormentes das estadas de ferro, especialmente na região Sudeste. Na década de 50, passou a ser matéria prima no abastecimento das fábricas de papel e celulose: apresenta-se como uma espécie de vegetal de rápido crescimento e adaptado para o clima do Brasil. Sua plantação vem crescendo nas últimas 3 décadas.

Hoje o setor florestal do Brasil conta com cerca de 530 milhões de hectares de Florestas Nativas, 43,5 milhões de hectares em Unidades de Conservação Federal e 4,8 milhões de hectares de florestas plantadas com pinus, eucaliptos e acácia-negra.

Segundo Medrado & (Embrapa) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2011) apresenta que com a exploração de áreas de Florestas Nativas mais a exploração das florestas plantadas gera mais de 2 milhões de empregos, esse setor contribui com mais de US$ 20 bilhões para o PIB (Produto Interno Bruto), exporá mais de US$ 4 bilhões, que hoje significa contribuir com cerca de 8% do agronegócio e mais, colabora com cerca de 3 bilhões de dólares de impostos, ao ano, com cerca 60.000 empresas que vive nesse setor.

O grande desafio do produtor é a escolha da espécie que será plantada, é necessário que o agricultor tenha em mente o resultado que espera e a qual mercado que o eucalipto está voltado, portanto é necessário fazer uma pesquisa de mercado e analisar todos os fatores favoráveis e contrários a plantação.

Essa escolha de espécie também deve ser voltada a política florestal do Estado e do Município a qual pertence a propriedade rural. Isso garantirá a existência de um mercado regional na ocasião da colheita do produto florestal.

“Numa época de alta competitividade não basta ter um bom produto. É

importante ter o produto certo e que chegue ao mercado a um preço competitivo" (HIGA, et al, 2000. p.4).

É necessário observar a influência do mercado, este deve ser positivo, isto é, o custo do transporte muitas vezes é um componente de muito peso no custo da madeira, fator que interfere diretamente no valor do eucalipto para o produtor.

O potencial econômico e financeiro e a versatilidade do uso do eucalipto fazem com que ele se torne um atrativo para os investidores tanto interno quanto externo, segundo Mota et all (2011) observa que desde 1995 a 2000 ocorreu uma variação entre 16,67% até 37,78% no crescimento dos preços de produtos de origem florestal, principal explicação para o crescimento de plantação do eucalipto.

A discussão desta pesquisa está voltada para a possibilidade de lucros para o produtor do eucalipto e a possibilidade de realizar a produção em pequena ou média propriedade rural e alerta para o desenvolvimento econômico aliado a sustentabilidade. Este trabalho apresenta como resultado a satisfação dos produtores em relação ao eucalipto, sua importância econômico e a importância da proteção ambiental.

2.2 Vantagens e desvantagens do plantio do eucalipto

O grande ponto a favor é que o plantio deve ser realizado em áreas degradadas, principalmente por pastagens degradadas, "pois são ociosas e correspondem a cerca de 30% do uso do solo" (GUIMARÃES, 2011, p. 29). Haja vista que, muitos estados hoje possuem esse tipo de área que pode ser aproveitada. Existem espécies rudimentares de eucaliptos que se adaptam a esses solos e que com sua maturidade podem ser comercializado e o seu crescimento é rápido.

Para compreender os impactos do plantio sobre o solo Guimarães (2011) apresenta que é preciso considerar que no três a quatro primeiros anos a planta absorve muito nutriente do solo, mais após esse período a planta devolve a maior parte desses nutrientes via queda de liteira (litter) com a formação de espessa serrapilheira – camada formada pela deposição e acúmulo de matéria orgânica morta que reveste superficialmente o solo ou o sedimento aquático.

Além dos benefícios para o solo, o eucalipto contribui para o combate ao aquecimento global, pois créditos de carbono são certificados que garantem que o eucalipto reduz a emissão de gases que provocam o efeito estufa ou o aquecimento global. Estudos mostram que um hectare de floresta de eucalipto absorve 12 toneladas de gás carbônico, por ano. Nesse contexto, quem compra

o eucalipto está diretamente ligado ao combate do efeito estufa.

As florestas de eucalipto funcionam como uma forma de minimizar o aquecimento global. Existem pesquisas realizadas pela Coordenação Geral de Mudanças Globais do Ministério da Ciência e Tecnologia (2002), mostrando que houve uma redução de emissão da gás carbônico nas flores de eucalipto no Brasil. Segundo Balbinot (2004), existem estimativas que apontam o estoque de carbono está colocado em 148 milhões Mg (estoque de biomassa e carbono orgânico em eucaliptos, fato vantajoso para a preservação ambiental).

As florestas de eucaliptos também colaboram com a conservação da água, pois ele produz mais madeira e consome menos que as demais culturas. Segundo Lima (2007, p. 25) “essa árvore ajuda na conservação do lençol freático, pois a raiz não alcança o lençol, sobrevivendo apenas com a água superficial”. Além do mais, o reflorestamento de eucalipto produz uma proteção e beneficiando as margens de rios, evitando o assoreamento fator que diminui os leitos dos rios e ainda diminui o escoamento superficial da água no solo.

Quando faz a plantação das árvores de eucalipto são deixados os corredores biológicos, que influenciam na quebra do vento, na presença de pássaros e também diminui o efeito estufa, pois segundo Almeida (2007) diminuindo o vento em plantações que têm pouca tolerância a ventos fortes aumentam a sua produtividade, diminui os problemas de desenvolvimento fisiológicos da plantas, das flores e frutos.

Guimarães (2011) destaca que a plantação de eucalipto é menos complexa que os povoamentos naturais tende apresentar menor riqueza de espécies. Com o manejo adequado, que atende as necessidades de aumento de heterogeneidade estrutural como por exemplo, a questão de reserva legal e APPs (Áreas de Preservação Permanente), faixas de vegetação nativa, entre os povoamentos, subbosques, plantios de enriquecimento com espécies frutíferas – é possível aumentar sobremaneira a biodiversidade e consequentemente a estabilidade do ecossistema.

> É possível amenizar os impactos ambientais da monocultura do eucalipto por meio de manejo adequado, desde a escolha correta da espécie, passando por uma rigorosa seleção de mudas, plantios e mosaicos, entremeados por vegetações naturais, com técnicas de proteção florestas e métodos silviculturais adequados (GUIMARÃES, 2011, p.15)

Além dos benefícios ambientais podem ser ponderado os benefícios econômicos, tais como a produção de: óleos, papel, celulose e o carvão, aliando desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

Enfim, diante de tudo o que foi dito poder ser concluído que vale apenas

investir no eucalipto, mais o indivíduo que vai produzir precisa contratar uma pessoa que entende do assunto para poder auxiliar o processo de gestão dos negócios e como de quem conhece o eucalipto para ser se é ou não produtivo.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A metodologia da pesquisa foi realizada com embasamento teórico em livros, revistas, saits e com o estudo de caso apresentando um questionário com 30 perguntas, feitas aos produtores de eucalipito da Região de Rio Verde.

4 RESULTADOS DISCUSSÃO

Em uma pesquisa apresentada pela Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (2005), dentre os principais produtores estão os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Espírito Santo e em uma outra pesquisa apresentada pelo BNDS (2011), os plantios de eucalipto, nos principais estados produtores, estão presentes em áreas superiores a 1,0 mil hectares. Em Santa Catarina e Rio Grande do Sul predominam os plantios em ares inferiores a 50 hectares.

Para compreender o crescimento da produção de eucalipto em um questionário aplicado com 30 produtores de eucalipto sobre o crescimento da produção desse produto, 85% percebe um médio crescimento dessa produção, 10% um pequeno crescimento e 5% um grande crescimento. Sobre esse resultado veja o gráfico 1.

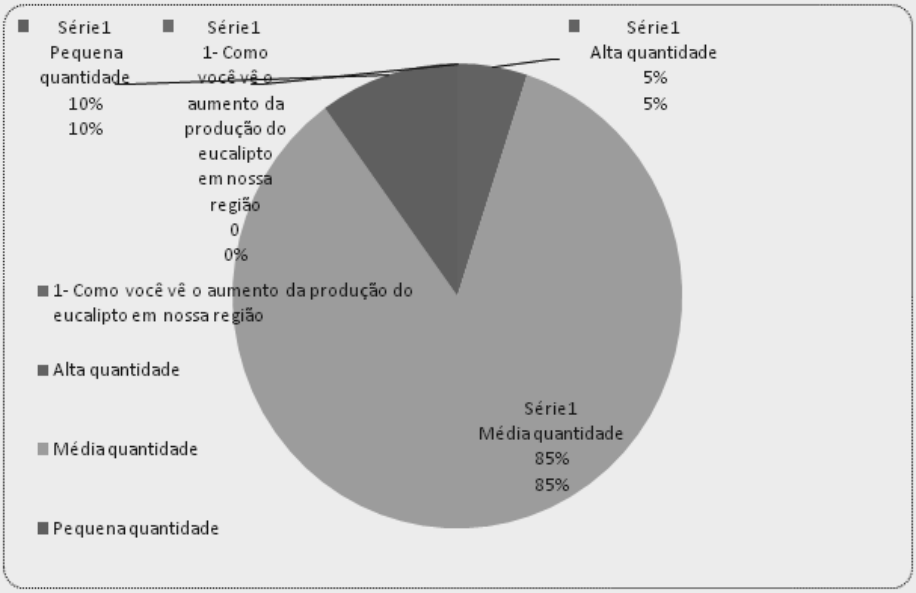


Gráfico 1: Aumento da produção de eucalipto na região de Rio Verde-GO.
Fonte: adaptada pelo aluno

Segundo Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (ABIMCI) (2005), 70% das áreas com plantio florestais pertencem a eucalipto e pinus que pertencem a empreendimentos verticalizados para atender as necessidades de empresas que trabalham com a produção de celulose e papel. Somente agora o Estado de Goiás vem despontando nessa produção.

Outro fator importante abordado por esta pesquisa está na questão de mercado e para que a produção de eucaliptos gere lucros para os proprietários, é necessário observar a questão do plantio.

A implantação da floresta depende, dentre outros fatores, da utilização de mudas saudáveis, com bom diâmetro de colo, raízes bem formadas, relação parte área / sistema redicular adequada, e nutridas adequadamente. Esses procedimentos podem garantir a sobrevivência do plantio, maior resistência do eucalipto com processos ambientais e maior crescimento fator que influencia diretamente na qualidade final da floresta.

Segundo Ferrari (2003) as técnicas a serem adotada para a produção das mudas devem atender às necessidades de cada produtor, em termos de disponibilidade e localização da área, grau de tecnologia e dos recursos financeiros.

Ferrari (2003) vem discorrendo ainda que é preciso tomar uma série de cuidados no momento do plantio, tais como: qualidade das sementes, dos substratos, da semeadura, da irrigação e da adubação.

Existem outros cuidados Higa, et al (2000), que são essenciais para o crescimento saudável do eucalipto. Mesmo com todos esses cuidados o eucalipto pode ainda ser atacado por predadores que geram grandes prejuízos para as propriedades. Os principais predadores são: formigas, cupins, lagartas (classificadas em: desfolhadores e bloqueadoras), besouros (desfolhadores, caleobrocas e besouros de raízes), sugadores (psilideos, cigarrinhas, trips e pulgões, sugam a seiva dos eucaliptos).

Para controle dessas principais pragas, Ferrari (2003) deve-se, sempre, “considerar possibilidade de manejo integrado, de controle biológico, inclusive utilizando-se insetos parasitóides e predadores de pragas”. Todos esses procedimentos possuem o objetivo de aumentar a produção de eucalipto dentro das propriedades.

Para o crescimento da produtividade é preciso que além da preocupação com o sistema de plantação, o produtor do eucalipto deve estar voltado para o processo de gestão de seu negócio, observando: análise geral do processo, planejamento, organização, controle, implementação, análise de indicadores e educação continuada.

Enfim, observa-se no agronegócio que existe uma enorme rede de prestação de serviços e troca de mercadorias, vendas, dinheiro e informação entre as diversas cadeias produtivas, dentre elas encontram-se a produção de eucalipto, e a EMBRAPA é uma das organizações responsáveis pela informação e distribuição de sugestão de plantação e produção dessa espécie.

4.1 Mercado e comercialização do eucalipto

Segundo o BNDES (2011) a participação brasileira com produtos florestais no mercado mundial é de apenas 2% considerando-se os dados agregados de diferentes áreas, incluindo os eucaliptos. Nesse contexto o BNDES (2011) continua refletindo que o eucalipto é uma fonte de matéria-prima para a produção do papel, o Brasil ocupa o 11º produtor mundial, com 2,2% da produção. Já o comércio da celulose, são 4,2% onde o Brasil é o 7º colocado como produtor mundial. No caso da madeira serrada a posição brasileira é de 5º produtor mundial, com uma participação relativa de 4,3%.

Observando o mercado da produção de eucalipto na região de Rio Verde, 88% dos produtores acreditam que o mercado que envolve a produção do eucalipto é lucrativo, 5% acreditam que é inviável e 7% acreditam que é impossível pela questão do mercado. Sobre este resultado veja o gráfico 2:

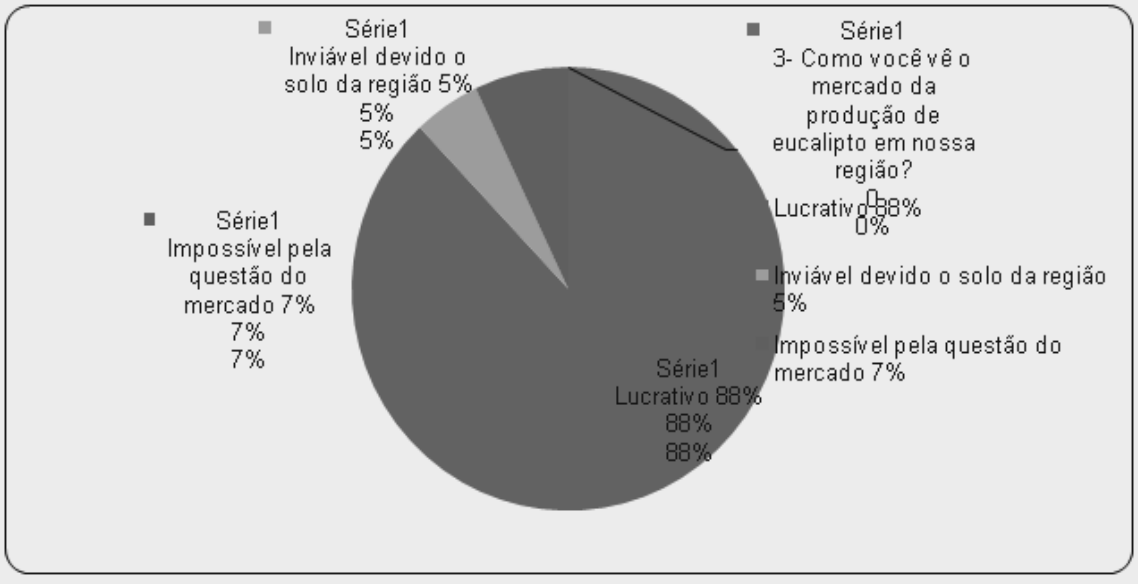


Gráfico 2: O crescimento do mercado da produção de eucalipto na região de Rio Verde.
Fonte: adaptada pelo aluno

Valverde, et al (2004) apresentaram que na década de 1990, o consumo de toras provenientes das plantações de eucalipto para a produção de serrados, lâminas e compensados e carvão vegetal aumentou, respectivamente, 108, 392, 133 e 45%. Já provenientes de florestas nativas para a produção

de madeira serrada apresentaram crescimento de 24% nessa década. Nesse contexto apresenta-se o crescimento do mercado consumidor para a produção do eucalipto

É possível notar que o país pode crescer economicamente visando à produção do eucalipto, já que é fonte de reflorestamento, portanto passa a não destruir o meio ambiente e é base de várias matérias-primas que interessa a grandes organizações que estão em busca de novas fontes de energia. Com esse propósito a demanda de eucalipto vem crescendo muito nos últimos anos, portanto necessidade de uma ampliação no sistema de produção.

Essa ampliação no sistema de produção do eucalipto pode ser influenciando pelo crescimento em áreas de uso do eucalipto, seja nas propriedades rurais para a manutenção e construção, seja no uso como madeira de queima, carvão e até mesma para a produção de celulose. A perspectiva de comercialização para o aumento de produção de celulose em três milhões de toneladas.

Para compreender essa expansão de produção do eucalipto é fundamental verificar que o mercado é volátil e que avaliar os mercados futuros agropecuários, principalmente o que visa compreender as necessidades do mercado, as políticas governamentais, taxas de juros, taxa de câmbio, blocos econômicos, barreiras ao livre-comércio e preços mais diferentes commodities (agrícolas, energia, ouro, dólar, papéis de curto e longo prazo).

> Os mercados futuros têm se expandido além das tradicionais commodities agropecuárias e de metais para os mercados de carnes, subprodutos de madeira, petróleo, moedas, os instrumentos financeiros, ações, índices de preços e instrumentos de políticas ambientais (como o mercado de carbono). Periodicamente, novos contratos são laçados, outros encerrados, num ritmo impensável alguns anos atrás (MARQUES; MELLO; MARTINES, 2008, p.3)

O mercado agropecuário representa uma pequena mais importante parcela da produção econômica mundial, nesse sentido o produtor rural deve estar atento as mudanças do comércio. Observando ainda a questão dos preços e da demanda do produto. É necessário que a produção de um sistema seja voltado para um determinado mercado, se não for assim os prejuízos podem ser constante gerando a falência da organização.

O mercado agropecuário ainda deve estar atento as necessidades do mercado consumidor, representado simplesmente pela pessoa consumidora bem como para as indústrias que o comprarão, pois muitas vezes são as indústrias que transformam a matéria-prima em matérias industrializadas para atender a outras necessidades do mercado.

No sistema de livre mercado o produtor rural deve estar atento e tentando

prever a direção e as mudanças do sistema de consumo de seus produtos dentro do mercado, deve ainda levar em consideração a alteração e distribuição de renda existente que envolve o seu produto.

Outra vantagem da produção de eucalipto é que esta cultura pode ser adotada por que produtor de qualquer nível tecnológico seja em povoamentos puros, pequenas, médias ou grande propriedades. Para isso o produtor deve estar atento a meta de sua produção por hectare. Interrogados sobre essa questão os produtores rurais apresentaram que 87% acreditam em uma alta lucratividade, 7% uma média produtividade e 6% uma baixa produtividade. Essa perspectiva apresenta um crescimento no interesse dos proprietários rurais na produção do eucalipto. O gráfico 3 apresenta os dados coletados sobre a perspectiva da produção por hectare.

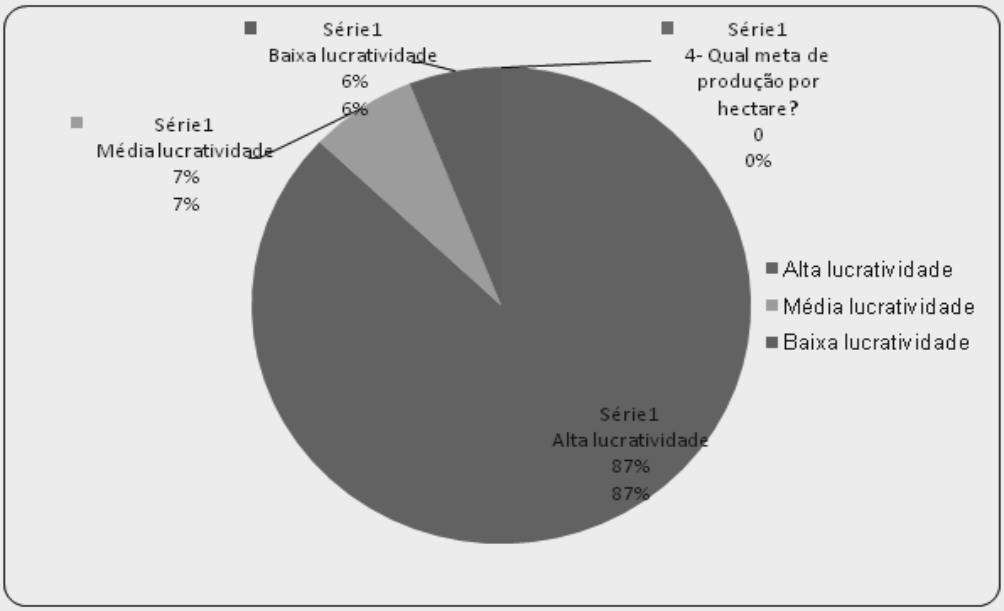


Gráfico 3: A meta de produção de eucaliptos por hectare.
Fonte: adaptado pelo aluno

Guimarães (2011) apresenta que a produção de eucalipto está voltada para o mercado externo e há uma previsão alta de crescimento, tanto é que especialistas afirmam que hoje no País chega a 4,7 milhões de hectares e a expectativa é que o setor de florestas plantadas cresça no mínimo 7% ao ano a partir de 2011. Mesmo assim o desafio encontrado é a destinação deste produto, já que muitas vezes a distância e o transporte onera o proprietário, afetando diretamente a lucratividade do produto.

Comercialmente o eucalipto é interessante a Fazenda Rio dos Peixes devido o interesse direto de uma grande organização no produto, assim sendo, o produto que ali é plantado já tem destino comercial, o que diminui o risco de percas econômicos para o proprietário.

A previsão de crescimento desse setor Valverde, et al (2004) apresenta o ponto de vista otimista e em função das possibilidades existentes tanto no mercado externo quanto no mercado interno. A demanda por móveis importados pelo consumidor americano chama a atenção dos brasileiros, que é o principal fornecedor dessa matéria, esse crescimento está levando em consideração a origem da madeira para a sua fabricação, design mais moderno e preços competitivos. Fatores como estes desenham a vocação madeireira e exportadora do Brasil.

Enfim, o eucalipto é fonte de exportação do Brasil gerando lucros, a indústria da madeira é fundamental para o desenvolvimento regional. É crucial a formulação de estratégias e instrumentos que dêem apoio a esta atividade, principalmente no que se refere ao sustento das florestas tropicais e ao reflorestamento, e que, vise o crescimento econômico do Brasil, para que ele continue competitivo em um mercado cada vez mais liberal.

5 CONCLUSÃO

A produção de eucaliptos é primordial para produtores que desejam diversificar o seu sistema produtivo, mais que não necessita de lucro rápido, pois é necessário esperar de 5 a 6 anos para iniciar o corte. O eucalipto é fonte importante de energia sustentável, de madeira, produção de carvão e celulose, abastece o mercado interno e é exportado para outros países. Nesse contexto o investimento na produção do eucalipto se torna vantajoso para o produtor.

Os benefícios da plantação de eucaliptos em uma propriedade rural são muitos, sendo um dos mais importantes a redução da necessidade de desmatamento das florestas naturais, colaborando em grande escala para minimizar o aquecimento global, reflorestar matas ciliares, promovendo uma melhora no meio ambiente e até mesmo valorizando a propriedade.

Devido a estes benefícios gerados pelo cultivo do eucalipto vem aumentando satisfatoriamente no município de Rio Verde, influenciado pelo crescimento do mercado consumidor desse produto.

A madeira de florestas plantadas pelo homem é considerada pelo mercado internacional como recurso econômico primordial para a comercialização da madeira, da celulose e do carvão, daí a mercadoria ter saída e normalmente adquire o selo de qualidade, hoje sendo esta uma exigência do mercado internacional para a exportação da madeira.

Enfim o atual produtor preocupa-se além de aumentar os seus lucros, mais com a diminuição dos impactos ambientais ofertados com o crescimento econômico, ou seja, preocupa-se com o crescimento sustentável, para isso a

diminuição do desmatamento ao mesmo tempo preserva os recursos naturais como premiam aqueles produtores com a valorização de sua propriedade bem como isenções de impostos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dário. Vital, **impacto ambiental das flores de eucalipto.** Rio de Janeiro: Revista do BNDS. V.4 nº28, dezembro de 2007.

Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (ABIMCI). **Estudo Setorial 2004** – Indústria de Madeira Processada Mecanicamente. Curitiba: ABIMCI, 2005.

BALBINOT, R. **Implantação de florestas geradoras de créditos de carbono: Estudo de viabilidade no sul do Estado do Paraná, Brasil.** Dissertação de mestrado em Ciências Florestais. Paraná, 2004.

BNDES, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Dados: indústria da celulose.** Disponível em http://www.bndes.gov.br. Acessado em: 03/10/11

COORDENAÇÃO GERAL DE MUDANÇAS GLOBAIS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Cicloforestas.** Disponível em: http://www.cicloflorestas.com.br/arquivos/doc_impacto_eucalipto_12148.pdf. Acessado em: 30/09/2011.

FERRARI, Márcio Pinheiro. **Cultivo do Eucalipto. Embrapa Florestas: Sistemas de Produção,** 4. ISSN 1678-8281 Versão Emetrônica. Ago. 2003. Disponível em: http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Eucalipto/CultivodoEucalipto/03_producao_de_mudas.htm. Acessado em: 30/09/11

GUIMARÃES, Carla. **Lavoura de árvores. Safra: revista do agronegócio.** Ano XII-nº 136 – Agosto, 2011.

HIGA, Rosana Clara Vctoria; MORA Admir Lopes; HIGA, Antonio Rioyei. **Plantio de eucalipto na pequena propriedade Rural.** Curitiba; EMBRAPA, 2000.

LIMA, Paula. **Impacto ambiental das florestas de eucalipto**. Rio de Janeiro:

Revista do BNDS. V. 14, Nº 28, dezembro de 2007.

MARQUES, Pedro Valentim; MELLO, Pedro Carvalho de; MARTINES, João Gomes Filho. **Mercados futuros agropecuários.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MEDRADO, Moacir José Sales. **Cultivo do Eucalipto: importância socioeconômica e ambiental.** EMBRAPA. Disponível em <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Eucalipto/CultivodoEucalipto/01_Importancia_economica.htm> Acessado em: 28/09/11

MOTTA, Denílson; SILVA, Wanderson Fernandes; DINIZ, Edílson Nascimento. **Rentabilidade na plantação do eucalipto.** VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos10/371_rentabilidade%20na%20plantacao%20de%20eucalipto.pdf> Acessado em: 28/09/11

VALVERDE, Sebastião Renato. **O comportamento do mercado da madeira de eucalipto no Brasil.** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2004.